

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

BRUNA TRONCA

**TURISMO, HOSPITALIDADE URBANA E ACESSIBILIDADE: ESTUDO APLICADO
AOS MUSEUS MUNICIPAIS DE CAXIAS DO SUL - RS**

CAXIAS DO SUL

2019

BRUNA TRONCA

**TURISMO, HOSPITALIDADE URBANA E ACESSIBILIDADE: ESTUDO APLICADO
AOS MUSEUS MUNICIPAIS DE CAXIAS DO SUL - RS**

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade – Mestrado e Doutorado, da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Turismo e Hospitalidade.

Linha de Pesquisa: Turismo, Organizações e Sustentabilidade.

Orientador: Prof. Dr. Pedro de Alcântara Bittencourt César.

CAXIAS DO SUL

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

T852t Tronca, Bruna

Turismo, hospitalidade urbana e acessibilidade : estudo aplicado aos museus municipais de Caxias do Sul - RS / Bruna Tronca. – 2019.

158 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade, 2019.

Orientação: Pedro de Alcântara Bittencourt César.

1. Museus - Caxias do Sul (RS). 2. Turismo. 3. Hospitalidade. 4. Acessibilidade. I. César, Pedro de Alcântara Bittencourt, orient. II. Título.

CDU 2. ed.: 338.48-6:069

Turismo, hospitalidade urbana e acessibilidade: estudo aplicado aos museus municipais de Caxias do Sul - RS

Bruna Tronca

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade – Mestrado e Doutorado, da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Turismo e Hospitalidade, Área de Concentração: Desenvolvimento Regional do Turismo.

Caxias do Sul, 03 de maio de 2019.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Pedro de Alcântara Bittencourt César (Orientador)
Universidade de Caxias do Sul

Profa. Dra. Vania Beatriz Merlotti Herédia
Universidade de Caxias do Sul

Prof. Dr. André de Souza Silva
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

AGRADECIMENTOS

À minha família: Aos meus pais, Fábio e Raquel, que me apoiaram e me incentivaram ao estudo e à formação pessoal e profissional; aos meus irmãos Vinícius e Murilo, que sempre foram fonte de estímulo e descontração, nos momentos necessários; e ao meu namorado Luan, meu companheiro mesmo nos momentos em que não pudemos estar juntos, em função deste trabalho.

Aos professores: do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade, pela contribuição ao processo de formação, instigando reflexões e compartilhando conhecimentos; em particular aos professores Dr. Pedro de Alcântara Bittencourt César e Dra. Vania Beatriz Merlotti Herédia, pelo empenho e motivação que me passaram desde as minhas primeiras ideias e dúvidas sobre o Mestrado, e também por toda a confiança e a dedicação em mim depositadas.

Aos colegas e amigos: Ao arquiteto Antônio Herédia, meu colega de profissão e “chefe”, que sempre me apoiou e incentivou para que eu trilhasse meu caminho na pós-graduação; meus colegas do PPGTURH pelo companheirismo durante este percurso, principalmente aos da Turma 17 e à doutoranda Letícia Indart Franzen, com quem tive o prazer de dividir pesquisas, palestras e eventos pela proximidade dos nossos temas; e aos amigos de outros caminhos que estiveram ao meu lado durante esses dois anos de Mestrado.

Um agradecimento especial ainda à Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior por possibilitar a realização do Mestrado por meio da concessão da bolsa de estudos; e aos colaboradores que tiveram participação neste trabalho, como entrevistados, fontes de informação e auxílio.

*“Ella está en el horizonte.
Me acerco dos pasos,
ella se aleja dos pasos.
Camino diez pasos y el horizonte se corre
diez pasos más allá.
Por mucho que yo camine, nunca la
alcazaré.
Para que sirve la utopía?
Para eso sirve: para caminar.”*

Eduardo Galeano

RESUMO

Considerando-se que todas as pessoas devem ter direito ao tempo livre e ao lazer, identifica-se a necessidade de pensar as cidades para moradores, visitantes e turistas, partindo de premissas de cidadania, qualidade de vida, urbanidade e inclusão social. Neste âmbito, abordam-se as demandas de acessibilidade, em suas mais variadas dimensões, considerando-a como a forma de garantir o direito de ir e vir de todos na sociedade, sem barreiras ou discriminações. A partir dessa temática, aliam-se conhecimentos por uma perspectiva multidisciplinar, tratando de abordagens epistemológicas, urbano-arquitetônicas, sociais, culturais e inclusivas, da atividade turística e da hospitalidade urbana. Essa relação reforça-se ainda ao pensar o turismo a partir do princípio básico de deslocamento, este considerado indispensável para a vida cotidiana nas dinâmicas das sociedades. Além disso, destaca-se o segmento do turismo cultural, em que as pessoas se deslocam para lugares fora de seu cotidiano em busca de novas experiências, encontros e conhecimentos, prática que pode ser relacionada à visitação de museus. Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo realizar diagnóstico da acessibilidade arquitetônica, de comunicação e informação em equipamentos culturais em Caxias do Sul, no que se refere aos museus administrados pela Prefeitura Municipal, propondo adaptações em condições acessíveis e inclusivas para as barreiras existentes. De caráter exploratório e descritivo, apresenta abordagem qualitativa, tendo como sujeito a pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. Apoiar-se na metodologia compreensiva de Max Weber e na formulação de um tipo ideal com base em experiências exitosas em turismo acessível, políticas públicas, leis e normas vigentes no país. Utiliza-se ainda de pesquisa bibliográfica, entrevistas estruturadas, análise textual discursiva e pesquisa de levantamento como procedimentos metodológicos para atingir o objetivo proposto. Como resultado, de forma geral, observam-se fragilidades e potencialidades nos museus municipais caxienses, que podem ser adaptados para minimizar barreiras e fomentar o planejamento e a prática turística-cultural local. Ainda que se pense em um modelo ideal, há uma variedade de situações que condicionam a execução de uma solução única, sendo necessário analisar cada caso específico. Percebe-se o conflito entre intervenções acessíveis e a preservação do patrimônio histórico construído. Mas considera-se que a preservação de bens transpõe a materialidade e deve permitir seu usufruto por todos, sem restrições. Nota-se que ainda há um longo caminho a ser percorrido pela conscientização e adaptação das condições ideais de acessibilidade, eliminando barreiras tangíveis e intangíveis. Dessa maneira, considera-se esta como uma demanda de cidadania a ser reforçada por políticas públicas de inclusão nos mais diversos âmbitos da sociedade.

Palavras-chave: Turismo; Hospitalidade Urbana; Acessibilidade; Museus; Caxias do Sul –RS.

ABSTRACT

Considering that all people should have the right to free time and leisure, it is identified the need to think of cities for residents, visitors and tourists, based on the premises of citizenship, quality of life, urbanity and social inclusion. In this context, the demands of accessibility are approached in their most varied dimensions, considering it as the way to guarantee everyone's right to come and go in society, without barriers or discrimination. From this theme, knowledge is combined with a multidisciplinary perspective, dealing with epistemological, urban-architectural, social, cultural and inclusive approaches to tourist activity and urban hospitality. This relationship is still reinforced by thinking about tourism based on the basic principle of displacement, which is considered indispensable for everyday life in the dynamics of societies. In addition, the segment of cultural tourism stands out, in which people move to places outside of their daily lives in search of new experiences, meetings and knowledge, a practice that can be related to the visitation of museums. In this sense, this research aims to make a diagnosis of architectural, communication and information accessibility in cultural facilities in Caxias do Sul, having as objects of study the museums administered by the Municipal Government, proposing adaptations in accessible and inclusive conditions for existing barriers. Of exploratory and descriptive character, it presents a qualitative approach, having as subject people with disability or with reduced mobility. It relies on Max Weber's comprehensive methodology and the formulation of an ideal type based on successful experiences in accessible tourism, public policies, laws and regulations in force in the country. It also uses bibliographical research, structured interviews, discursive textual analysis and survey research as methodological procedures to reach the proposed objective. As a result, in general, fragilities and potentialities are observed in local municipal museums, which can be adapted to minimize barriers and foster local tourism planning and practice. Although it is thought of an ideal model, there are a variety of situations that condition the execution of a unique solution, being necessary to analyze each specific case. It is perceived the conflict between accessible interventions and the preservation of the built historical patrimony. But it is considered that the preservation of goods transposes the materiality and must allow its usufruct by all, without restrictions. It is noted that there is still a long way to go by raising awareness and adapting the ideal conditions of accessibility, eliminating tangible and intangible barriers. Thus, it is considered as a demand for citizenship to be reinforced by public policies of inclusion in the most diverse spheres of society.

Keywords: Tourism; Urban Hospitality; Accessibility; Museums; Caxias do Sul – RS.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Representação do Homem Vitruviano de Leonardo da Vinci.....	34
Figura 2 – Representação do Modulor de Le Corbusier.....	35
Figura 3 – Representação do Modulor de Neufert	36
Figura 4 – Representação das principais relações antropométricas	37
Figura 5 – Dimensões referenciais para deslocamento de pessoas em pé	48
Figura 6 – Dimensões do módulo de referências para pessoas em cadeiras de rodas	49
Figura 7 – Referência de alcance manual frontal nas posições em pé e sentado.....	49
Figura 8 – Referência de alcance do cone visual de uma pessoa em pé e de um cadeirante.....	50
Figura 9 – Dimensões para assentos de pessoas obesas	51
Figura 10 – Aplicação de Sinalizações e formas de informação	51
Figura 11 – Símbolo Internacional de Acesso	52
Figura 12 – Símbolo Internacional de pessoas com deficiência visual.....	53
Figura 13 – Símbolo Internacional de pessoas com deficiência auditiva	53
Figura 14 – Novo Símbolo proposto pela ONU para indicar Acessibilidade.....	54
Figura 15 – Gráfico da diversidade de pessoas com deficiência no Brasil – 2000 / 2010	68
Figura 16 – Fotos da Pinacoteca do Estado de São Paulo	89
Figura 17 – Recursos físicos de acessibilidade da Pinacoteca de São Paulo	92
Figura 18 – Recursos de acessibilidade comunicacional da Pinacoteca de São Paulo	93
Figura 19 – Fotos do Museu de Arte do Rio Grande do Sul, Porto Alegre	94
Figura 20 – Recursos físicos de acessibilidade Museu de Arte do Rio Grande do Sul	97
Figura 21 – Fotos do Instituto Hércules Galló, Caxias do Sul	98
Figura 22 – Recursos físicos de acessibilidade do Instituto Hércules Galló.....	101
Figura 23 – Falta de legibilidade nos textos descritivos do Instituto Hércules Galló	102
Figura 24 – Condições de acesso ao Instituto Hércules Galló	102
Figura 25 – Situação do município de Caxias do Sul	110
Figura 26 – Localização dos museus municipais de Caxias do Sul - RS	113
Figura 27 – Museus municipais de Caxias do Sul.....	114

Figura 28 – Localização do Museu Municipal de Caxias do Sul.....	115
Figura 29 – Planta Baixa do Museu Municipal de Caxias do Sul	116
Figura 30 - Localização do Museu de Ambiência Casa de Pedra	117
Figura 31 – Planta Baixa do Museu de Ambiência Casa de Pedra	118
Figura 32 – Localização do Memorial do Imigrante.....	119
Figura 33 – Planta Baixa do Monumento Nacional ao Imigrante.....	120
Figura 34 – Localização do Museu da Uva e do Vinho Primo Slomp.....	121
Figura 35 – Planta Baixa Museu da Uva e do Vinho	122
Figura 36 – Localização do Museu da Feb	123
Figura 37 – Planta Baixa do Museu da Feb	124
Figura 38 – Condições de acesso aos museus municipais de Caxias do Sul	126
Figura 39 – Desníveis internos nos museus	127
Figura 40 – Painéis e <i>totens</i> explicativos	128
Figura 41 – Sinalização Turística no entorno dos museus municipais de Caxias do Sul	131

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Características das Restrições Espaciais.....	32
Quadro 2 – Principais relações antropométricas médias - Brasil	38
Quadro 3 – Evolução dos termos usados no Brasil para denominar pessoas com deficiência	66
Quadro 4 – Categorias dos tipos de deficiência segundo a Lei nº 5.296/2004	67
Quadro 5 – Classificação do IMC para adultos segundo a OMS	69
Quadro 6 – Perfil dos respondentes com deficiência	74
Quadro 7 – Síntese da análise textual discursiva das entrevistas.....	76
Quadro 8 – Sistematização dos recursos de Acessibilidade da Pinacoteca de São Paulo	90
Quadro 9 – Sistematização dos recursos de Acessibilidade do Margs	95
Quadro 10 – Sistematização dos recursos de Acessibilidade do Instituto Hércules Galló.....	99
Quadro 11 – Síntese dos tipos ideais analisados.....	103
Quadro 12 – Síntese de Recursos de Acessibilidade	106
Quadro 13 – Síntese das características dos museus municipais de Caxias do Sul	132

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abeso	Associação Brasileira para Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AMN	<i>Asociación Mercosur de Normalización</i>
Anptur	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
Apadev	Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais
Apae	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
A/Rampa	Associação Regional de Deficientes Físicos
ASHK	Associação Helen Keller
Capes	Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNM	Cadastro Nacional de Museus
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Copant	<i>Comisión Panamericana de Normas Técnicas</i>
CUD	<i>Center of Universal Design</i>
Feb	Força Expedicionária Brasileira
FEE	Fundação de Economia e Estatística
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibram	Instituto Brasileiro de Museus
IMC	Índice de Massa Corporal
Iphan	Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
Margs	Museu de Arte do Rio Grande do Sul
MinC	Ministério da Cultura
MTur	Ministério do Turismo
NBR	Norma Brasileira
OMS	Organização Mundial da Saúde
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
Pepe	Programa Educativo para Públicos Especiais
PNT	Plano Nacional do Turismo
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
RS	Rio Grande do Sul

Semintur	Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul
SIA	Símbolo Internacional de Acesso
SP	São Paulo
Ucs	Universidade de Caxias do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Univali	Universidade do Vale do Itajaí

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	22
2.1	O TURISMO E A HOSPITALIDADE URBANA NAS CIDADES	23
2.2	REFLEXÕES SOBRE ACESSIBILIDADE	30
2.3	DO 'HOMEM-PADRÃO' AO 'DESENHO UNIVERSAL'	33
3	POLÍTICAS PÚBLICAS, LEIS E NORMAS	41
3.1	TURISMO ACESSÍVEL: POLÍTICAS PÚBLICAS EM ESFERA FEDERAL .	42
3.2	LEIS FEDERAIS RELACIONADAS À ACESSIBILIDADE	44
3.3	NORMAS BRASILEIRAS RELACIONADAS À ACESSIBILIDADE	46
4	PERCURSO METODOLÓGICO	55
4.1	NATUREZA DA PESQUISA.....	55
4.2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	56
5	PESQUISA COM OS ATORES SOCIAIS	64
5.1	PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	65
5.2	PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA	69
5.3	ENTREVISTAS COM SUJEITOS	72
6	APRECIÇÃO DOS MUSEUS COMO ATRATIVOS DO TURISMO CULTURAL	82
6.1	CONSTRUÇÃO DO TIPO IDEAL.....	87
6.1.1	Pinacoteca do Estado de São Paulo, São Paulo – SP	88
6.1.2	Museu de Arte do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS	94
6.1.3	Instituto Hércules Galló, Caxias do Sul - RS	98
6.2	SÍNTESE DOS MUSEUS ANALISADOS	103
6.3	DEFINIÇÃO DO TIPO IDEAL.....	106
7	CAXIAS DO SUL E OS MUSEUS MUNICIPAIS	110
7.1	MUSEU MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL	114

7.2	MUSEU DE AMBIÊNCIA CASA DE PEDRA.....	117
7.3	MUSEU DO IMIGRANTE	119
7.4	MUSEU DA UVA E DO VINHO PRIMO SLOMP	121
7.5	MUSEU DE EX-COMBATENTES DA FEB NA II GUERRA MUNDIAL	122
8	RESULTADOS	125
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
	REFERÊNCIAS.....	143
	ANEXO A - PLANTA BAIXA DA PINACOTECA ESTADUAL DE SÃO PAULO ...	152
	ANEXO B - PLANTA BAIXA DO MUSEU DE ARTE DO RIO GRANDE DO SUL.	154
	ANEXO C - PLANTA BAIXA DO INSTITUTO HÉRCULES GALLÓ	155
	APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	156
	APÊNDICE B - ROTEIRO DE INSPEÇÃO DA ACESSIBILIDADE APLICADO AOS MUSEUS MUNICIPAIS DE CAXIAS DO SUL –RS	157

1 INTRODUÇÃO

Na dinâmica do mundo atual, transformações como as sociais, econômicas e políticas demandam novas exigências e adaptações ao contexto urbano. Pode-se considerar que o Turismo se estabelece como atividade após a Segunda Guerra Mundial como uma forma de resposta a essas transformações. Dessa maneira, é entendido como um complexo fenômeno, relacionado a práticas de lazer e ao estabelecimento do tempo livre. Mais ainda, entre tantas abordagens e definições, o turismo é entendido e desenvolvido nesta pesquisa, a partir de um princípio básico: o deslocamento de pessoas a lugares fora de seu ambiente habitual (UNWTO, 2014).

Nesse caso, ao tratar do movimento não se tem a intenção de discutir acerca dos transportes e suas relações de infraestrutura, meios e etc.; e sim, tratar das relações sociais que ocorrem em função da mobilidade humana. Pela possibilidade de movimento, considera-se que o turismo se destaca pela diferenciação entre o ordinário e o extraordinário (URRY, 2001). Assim, as pessoas deslocam-se por lugares conhecidos ou novos, levadas pela motivação da experiência, que “pode se dar dentro do bairro ou da cidade em que reside, quando o cidadão sai de suas rotinas temporais e espaciais” (GASTAL, MOESCH, 2007, p. 11-12). Dessa maneira, focaliza-se o usuário da cidade enquanto aquele que a consome e a experiencia, podendo ser, ou não, residente (ALLIS, 2014).

Nesse contexto, as cidades apresentam-se como ambiente de trocas, de encontros e de acolhimentos, entre sujeitos e lugares. Dessa maneira, inter-relaciona-se a prática do turismo à da hospitalidade urbana, condicionada, na cidade – enquanto lugar de contato, de coesão e de identidade, a infraestruturas existentes e aos princípios de utilização (GRINOVER, 2009b). Esse meio, essencial para a cidadania, o bem-estar e a sociabilidade da vida coletiva, quando, em sua arquitetura e infraestruturas, acolhe e orienta, torna-se hospitaleiro (GRINOVER, 2007). Além disso, considera-se que “O turismo cultural no espaço urbano está cada vez mais disseminado, à medida que se solidificam processos como a turistificação da cidade e da cultural” (HENRIQUES, 2003, p. 205).

Uma vez que todas as pessoas devem ter direito ao tempo livre, ao lazer e ao prazer, identifica-se a necessidade de pensar as cidades para moradores, visitantes e turistas, partindo de premissas de cidadania, qualidade de vida, urbanidade e inclusão social. Essa pode ser considerada uma das demandas às políticas públicas

em que, consciente da diversidade humana, a sociedade deve estruturar-se para atender as necessidades de todos os indivíduos, “das majorias às minorias, dos privilegiados aos marginalizados. [...] Inclusão é, primordialmente, uma questão de ética.” (WERNECK, 2000, p. 21). Santos (2010) complementa essa ideia ao colocar que a inclusão social visa atender as expectativas por sociedades mais justas e acessíveis a todos, para que esses exerçam sua cidadania de forma autônoma e segura.

Essa relação de cidadania reflete na condição de todos poderem exercer seus direitos e deveres na sociedade de forma igualitária, sem barreiras ou discriminações. Na sociedade atual, a cidadania é formada por direitos sociais – bem-estar do indivíduo, direito ao trabalho, à segurança, à saúde, à educação, ao lazer; civis – referente à liberdade individual; e públicos – representação ou participação no exercício do poder político; além dos direitos culturais (GASTAL; MOESH, 2007). Contudo, ainda existem barreiras que impedem a participação social de cidadãos e “o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança” (BRASIL, 2015a, capítulo I, art.3º).

Portanto, faz-se necessária a preparação e a adaptação da sociedade para acolher a diversidade em todos os meios do processo social. Nesse caminho, tem-se como sujeitos desta pesquisa as pessoas com deficiência. Destaca-se que essas, desde as antigas civilizações até o final do século XX, comumente viviam em um regime de exclusão social, sendo discriminadas e separadas do convívio coletivo (CARDOSO; CUTY, 2012; GARCIA, 2012). Já após a Segunda Guerra Mundial, acentuam-se iniciativas para reabilitação de lesionados pelos combates, especialmente de pessoas com deficiências físicas (GARCIA 2012). Assim, tem-se o surgimento de movimentos sociais em sua defesa, em que se destaca o programa de atenção à pessoa com deficiência proposto pela Organização das Nações Unidas - ONU no início da década de 1980. Com ele, reforça-se o reconhecimento dos direitos dessas pessoas, e estas passam a ser incluídas na sociedade (KUSHANO; ALMEIDA, 2008, p. 92; GARCIA, 2012).

O recorte social estabelecido nesta pesquisa compreende ainda o aporte às pessoas com mobilidade reduzida. Nesse âmbito estão aquelas que apresentem, temporária ou permanentemente, comprometimento de mobilidade pela redução de sua capacidade de percepção, flexibilidade e coordenação motora (BRASIL, 2015a,

capítulo I, art.3º). Nesse grupo incluem-se gestantes, lactantes, pessoas com criança de colo, obesos e idosos – pessoas com mais de 60 anos, cujo perfil enquadra-se no processo de transição demográfica mundial de envelhecimento. Esse processo reflete a necessidade do “reconhecimento dos direitos humanos das pessoas mais velhas nos princípios de independência, participação, dignidade, assistência e autorrealização estabelecidos pela Organização das Nações Unidas.” (WORLD HEALTH..., 2005, p. 14). Além disso, justifica-se sua inclusão nesta pesquisa ao considerar a terceira idade como um público potencial para o turismo (EVANGELISTA, BRAMBILLA, VANZELLA, 2018).

Para tratar do conflito entre a inclusão social e a existência de barreiras nos mais diversos âmbitos da sociedade, integra-se nesta pesquisa o **tema** da acessibilidade, condição que possibilita o movimento, a comunicação e o acesso à informação de forma segura, autônoma e em igualdade de oportunidade a todas as pessoas, sem exceção (BRASIL, 2009a). O interesse pelo assunto provém desde os estudos da Graduação em Arquitetura e Urbanismo, resgatando percepções adquiridas durante o trabalho de conclusão de curso, no qual projetou-se uma Casa Geriátrica, pensando nas possibilidades, limitações e necessidades com pessoas idosas.

Nesse sentido, esse tema acentua reflexões com relação ao meio construído - edificações, espaços abertos, mobiliários, etc., e à transição de paradigmas entre a consideração do ‘homem-padrão’ (Modulor) e o reconhecimento da pluralidade das formas humanas, através dos princípios do ‘desenho universal’ introduzidos por Mace (1996) (vide o primeiro capítulo). Ao estruturar-se o projeto de dissertação para o Mestrado em Turismo e Hospitalidade, escolheu-se essa temática como forma de aliar conhecimentos por uma perspectiva multidisciplinar, tratando de abordagens epistemológicas, urbano-arquitetônicas, sociais, culturais e inclusivas, aliadas à atividade turística e à hospitalidade urbana.

No contexto atual, podem ser percebidas diversas iniciativas com relação à acessibilidade, nos mais diversos meios, inclusive para o turismo acessível. Destaca-se no âmbito legal, a instituição de leis e normas voltadas à inclusão e aos direitos das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, além do desenvolvimento de tecnologias e o uso de novas ferramentas voltadas à uma sociedade inclusiva. Aplica-se nesta pesquisa a análise da acessibilidade em museus por considerá-los relevantes para conservação, interpretação e exposição da cultura de um determinado

local ou sociedade, atraindo turistas e moradores, combinando atividades de consumo com experiências pessoais vividas (TUFTS, MILNE, 1999). Soma-se a ela, a percepção das dificuldades apresentadas, muitas vezes, em adaptar antigas construções em que essas instituições estão localizadas.

A fim de verificar a originalidade e a pertinência do tema, realizou-se como etapa preliminar ao desenvolvimento da pesquisa, a **revisão de literatura** da produção científica no país com relação ao turismo e a acessibilidade, em que se analisou o estado da arte sobre o tema e suas variáveis. Nesse percurso exploratório analisaram-se trabalhos apresentados em dois dos principais eventos científicos do Turismo no país; artigos publicados em seis relevantes revistas da área; além de trabalhos relacionados à área de conhecimento, sistematizados do Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes. Pelas múltiplas abordagens do Turismo, identifica-se que a consideração pela acessibilidade neste campo ainda é pouco explorada e que se trata de um tema emergente.

Para o desenvolvimento da pesquisa, utiliza-se abordagem qualitativa baseada no sujeito e apoia-se sobre a metodologia compreensiva proposta por Weber, dando destaque aos tipos ideais (SELL, 2013). Com isso, tem-se como finalidade assimilar uma realidade, estabelecendo modelos conceituais para análise, definidos por escalas de referência de âmbito local, estadual e nacional. A partir da eminência do tema da inclusão social pela acessibilidade, da apreciação dos tipos ideais, e da carência de estudos percebida durante a revisão de literatura, principalmente no estado do Rio Grande do Sul, aplica-se como recorte geográfico Caxias do Sul – RS em função de maior aproximação da autora com a localidade, interação considerada relevante para o desenvolvimento de uma pesquisa científica. Além disso, é dado como o segundo município do Estado em termos de importância econômica e população, inserido na região turística Uva e Vinho.

Entre diversas possibilidades de contextos a serem analisados, tem-se como **objeto de estudo** os museus municipais desta localidade, uma vez que “Desde a década de [19]90, com o boom do turismo e dos museus, verifica-se uma crescente aproximação entre as duas áreas” (IBRAM, 2014, p. 37). Essa definição relaciona-se ainda a investigações preliminares realizadas em conjunto com o grupo de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, denominado Núcleo de Estudos Urbanos. Dessa maneira, aplica-se o estudo a esses

locais, em vista da capacidade de abrangência e do tempo de realização da pesquisa. Contudo, tem-se o intuito de abrir discussões acerca da importância do tema e da necessidade da inclusão através da acessibilidade em todos os meios da sociedade, o que pode levar a novas pesquisas ou estudos de outros contextos.

A partir dessa trajetória de desenvolvimento da pesquisa surgiram algumas inquietações durante o percurso inicial, o que levou ao pressuposto de que existe demanda de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida na visita dos museus municipais de Caxias do Sul. Assim, formula-se a **questão norteadora** de que a infraestrutura dos museus municipais de Caxias do Sul não possibilita sua visita por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Dessa maneira, o **problema** principal que se visa responder é: Quais as barreiras arquitetônicas, comunicacionais e informacionais para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida encontradas nos museus municipais de Caxias do Sul? E ainda, tem-se um questionamento a ser respondido *a posteriori*: é possível adaptar esses locais para torná-los inclusivos?

Para tanto, tem-se como **objetivo principal**: realizar diagnóstico da acessibilidade arquitetônica, de comunicação e informação em equipamentos culturais em Caxias do Sul, no que se refere aos museus administrados pela Prefeitura Municipal, propondo adaptações em condições acessíveis e inclusivas para as barreiras existentes.

E **específicos**: i) caracterizar o campo epistemológico do turismo com relação à temática da hospitalidade urbana, relacionando a reflexões sobre acessibilidade, para desenvolver a fundamentação teórica desta pesquisa; ii) compreender a relação entre as políticas públicas de turismo e as leis e normas federais vigentes no país relativas à acessibilidade e aos direitos das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida; iii) reconhecer, junto a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, suas demandas por atividades turísticas, suas dificuldades e necessidades específicas, para aproxima-los do objeto de pesquisa, utilizando-se de uma metodologia compreensiva; iv) analisar modelos conceituais de turismo acessível de âmbito cultural, a fim de definir um tipo de museu que atenda às condições ideais de acessibilidade; v) verificar a acessibilidade nos museus municipais de Caxias do Sul, a partir do levantamento *in loco*, sistematizando os resultados de forma a construir um diagnóstico que auxilie em estudos do planejamento turístico do espaço urbano.

Assim, o trabalho encontra-se dividido em nove partes, sendo que a primeira apresenta a introdução ao cenário conceitual proposto. A segunda aborda a fundamentação teórica, em que se trata do Turismo, enquanto área do conhecimento, e da hospitalidade urbana no contexto das cidades. Nesse capítulo relacionam-se esses construtos com a acessibilidade e as barreiras urbano-arquitetônicas no meio construído, em relação à transição do paradigma do 'homem-padrão' ao desenho universal. A quarta parte apresenta uma compilação de leis, normas e políticas públicas relacionadas ao tema, vigente no país.

O capítulo seguinte discorre sobre a metodologia, em que se apresenta a natureza da pesquisa e detalha-se sobre seus procedimentos metodológicos. No quinto capítulo, caracterizam-se os atores sociais desta pesquisa. Para tanto, utiliza-se de dados quantitativos e qualitativos, fazendo um panorama sobre a evolução dos termos e a abrangência das categorias de cada tipo de deficiência, bem como a identificação das condições das pessoas com mobilidade reduzida. Nessa etapa também são analisadas as entrevistas realizadas com pessoas com deficiência, usuárias de entidades não-governamentais de apoio psicossocial, com base na análise textual discursiva.

A sexta parte contém a apreciação dos museus como atrativos do turismo cultural, em que se analisam como tipos ideais propostos – Pinacoteca do Estado de São Paulo, Museu de Arte do Rio Grande do Sul e Instituto Hércules Galló. Em seguida, se apresentam os museus municipais de Caxias do Sul, escolhidos como objetos de estudo. Para tanto, faz-se um breve apanhado histórico sobre cada instituição e a edificação em que está alocado, indica-se sua localização e expõem-se, em planta baixa, o projeto de cada espaço com a identificação das áreas de exposição e apoio, acessos e particularidades.

No oitavo capítulo são analisadas as condições encontradas nos museus municipais, suas potencialidades e fragilidades, utilizando-se de imagens para ilustrar os casos destacados. Essa síntese contém os resultados que formam o diagnóstico da acessibilidade desses locais. Na última parte apresentam-se as considerações finais, que sintetizam as principais constatações, dificuldades e sugestões levantadas durante o desenvolvimento da pesquisa. Por fim, relacionam-se as referências consultadas, os anexos utilizados e os apêndices elaborados.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para contextualizar têmporo-espacialmente as categorias utilizadas nesta dissertação, constrói-se uma etapa preliminar. Relaciona-se inicialmente alguns construtos fundamentais para o entendimento desta pesquisa: o Turismo, enquanto área do conhecimento, e a hospitalidade, situados no contexto urbano. Dessa maneira, pela variedade de olhares e posturas, buscam-se algumas referências com a intenção de refletir o aporte que se pretende apresentar. Para tanto, referencia-se autores como: Yázigi (2001), Urry (2001), Henriques (2003), Gastal (2005), Grinover (2006, 2007, 2009a, 2009b, 2013), Krippendorf (2009), Allis (2014), entre outros.

Além disso, aborda-se a questão da acessibilidade, em suas várias dimensões, utilizando-se de autores como Romeu Sasaki (2009), Dischinger, Bins Ely e Piardi (2012), Garcia (2012). Neste caso, assume-se o entendimento a partir da Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015a), que considera a acessibilidade como o acesso à comunicação e à informação, e a possibilidade de utilização de edificações, mobiliários, equipamentos urbanos, transportes, sejam públicos ou privados, por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Complementa-se a discussão sobre o tema com o contraponto da transição de paradigmas entre o ‘homem-padrão’ e o ‘desenho universal’, em que se apresentam outros autores como Cambiaghi (2012), Neufert (2013), Mace (1996), Dorneles, Afonso e Bins Ely (2013). Apóia-se ainda em leis do Governo Federal, normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, como a NBR 9050, e em políticas públicas propostas pelo Ministério do Turismo - MTur), apresentadas no segundo capítulo.

Determina-se assim como um processo de construção de sentido e de evolução de aprendizado, que se refere a uma visão atual, mas não definitiva. Com isso, espera-se chegar ao entendimento das inter-relações de mobilidade e, mais ainda, de acessibilidade para a construção de um espaço turístico e hospitaleiro, de demandas a atrativos e equipamentos urbanos, voltados para turistas-visitantes, ou melhor, para usuários da cidade. Dessa maneira, inserem-se os sujeitos desta pesquisa: as pessoas com deficiência (seja física, intelectual, auditiva ou visual) ou com mobilidade reduzida (obesos, gestantes, pessoas com 60 anos ou mais, pessoas com crianças de colo entre outras tenham, por alguma razão, dificuldade de locomoção) sob o ponto de vista de parte de sua inclusão social, do exercício da cidadania e dos direitos de todos, sem exceção, sem discriminações e sem barreiras.

2.1 O TURISMO E A HOSPITALIDADE URBANA NAS CIDADES

A fim de apresentar uma definição para o termo Turismo, busca-se inicialmente como fonte a Organização Mundial do Turismo (OMT), que o considera como um fenômeno social, cultural e econômico, o qual implica no movimento de pessoas a lugares fora de seu ambiente habitual para fins pessoais, comerciais ou profissionais. Essas pessoas são chamadas de visitantes (os quais podem ser tanto turistas ou excursionistas; residentes ou não residentes), e o turismo tem a ver com suas atividades, muitas das quais envolvem despesas econômicas (UNWTO, 2014, tradução nossa).

Pode-se considerar que, a partir do século XIX e principalmente após a Segunda Guerra Mundial, tem-se o reconhecimento e o crescimento do Turismo como atividade que, segundo Acerenza (2002), Molina (2003), Boyer (2003), e outros autores, pode ser atribuído como consequência de diversos fatores, como a evolução dos transportes, a revolução tecnológica, o aumento das facilidades fronteiriças, a recuperação econômica pós-guerra, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, o estabelecimento da paz, a valorização enquanto atividade promotora da cultura e como veículo de conhecimento e integração de diversas sociedades, entre outros.

Além disso, associa-se cronologicamente a mudanças sociais e benefícios trabalhistas que geraram o estabelecimento do lazer, a partir da redução da jornada de trabalho e do aumento do tempo livre (URRY, 2001; KRIPPENDORF, 2009), conforme a colocação a seguir:

O turismo nas cidades não é um fenômeno recente, e adapta-se às necessidades variáveis das sociedades e culturas. Entre altos e baixos, reaparece em 1950, na época dourada após a segunda pós-Guerra, impulsionado pelas políticas keynesianas do Estado de Bem-Estar. Esta gera uma atividade econômica e riqueza sem precedentes, uma vez que há melhorias sociais e de trabalho, tais como a redução da jornada de trabalho, férias remuneradas, etc. (GONZÁLEZ VIAÑA, 2006, p. 8, tradução nossa).

Nesse sentido, Acerenza (2002) defende que o poder público tem como função inerente a criação de políticas voltadas ao planejamento e desenvolvimento do turismo, em função da movimentação econômica gerada pelo setor, que pode retornar como benefícios para a sociedade. González Viaña (2006) reforça essa ideia ao colocar que o turismo, quando bem planejado e racionalmente explorado, gera diversificação da economia, empregos, e melhoria na imagem e na infraestrutura urbana. Percebe-se, em estudos iniciais, a valorização do caráter econômico do

turismo. Além disso, pode-se relacioná-lo a práticas de lazer e ao estabelecimento do tempo livre.

Para Henriques (2003, p. 24) “o turismo faz parte do lazer, e este último faz parte do tempo livre”, em que considera que as práticas de lazer refletem modos de vida, sua evolução e as próprias sociedades. Ainda a partir da autora, pode-se compreender que essa relação ocorre a partir da delimitação do tempo livre, em contraposição ao tempo de trabalho, o qual envolve a realização de atividades de caráter obrigatório ou indispensáveis para a sobrevivência do indivíduo. No tempo livre “desenvolvem-se práticas recreativas, turísticas e outras, prefiguradas em torno de motivações de prazer, repouso, valorização individual [...], evasão e dispersão” (HENRIQUES, 2003, p. 24). Contudo, nem todo turismo é considerado como forma de lazer e essa atividade estende-se para além das fronteiras do tempo livre.

Apesar das múltiplas abordagens, neste estudo pressupõe-se o turismo a partir do princípio básico do deslocamento, uma vez que se tornou indispensável para a condução da vida cotidiana, como para ter acesso à maioria dos bens, dos serviços e das relações sociais (ASCHER, 2004; GRINOVER, 2009b). Para Ascher (2004, p. 21), nas dinâmicas das sociedades, o movimento está no coração da vida, é o centro econômico, urbanístico e social. Embora não se busque remeter aos primórdios das atividades relacionadas ao turismo, nem realizar o resgate histórico de deslocamento e viagens da humanidade, pode-se dizer, segundo Krippendorf (2009, p. 9-10) que “a sociedade humana, outrora tão sedentária, pôs-se em movimento [...] [e que] a necessidade de viajar é, sobretudo, criada pela sociedade e marcada pelo cotidiano”.

Urry (2001, p. 28) destaca que “o turismo resulta de uma divisão binária básica entre o ordinário/cotidiano e o extraordinário”. Nesse sentido, existem diversas maneiras para que essa diferenciação ocorra. Para tanto, considera-se nesta pesquisa que, para ser turista, o indivíduo não precisa, necessariamente, ser um ‘estrangeiro’ da localidade. O que o leva a ser considerado turista pode estar relacionado a um destino diferente de sua procedência ou um local de sua própria cidade. Dessa maneira, “pode-se dizer que o sujeito do turismo [...] engloba todos que consomem ou experienciam a cidade” (ALLIS, 2014, p. 32).

Ainda como destaca Krippendorf (2009, p. 10) “O ser humano não nasceu turista, mas dotado de uma curiosidade e de um sentimento um tanto nostálgico [...]”. Assim, o hábito de viajar encontra-se bastante presente no mundo contemporâneo, fazendo com que as pessoas se desloquem por espaços e tempos diferentes

daqueles de seus cotidianos, pela curiosidade de conhecer novos lugares e ter novas experiências (GASTAL, 2005; GASTAL; MOESCH, 2007). Mas, pela diversidade de motivações que levam ao deslocamento, considera-se que as atividades turísticas se desenvolvam não somente diante da busca pelo prazer e pelo novo. Nesse sentido, o turismo é visto como um meio e não como fim; meio para conhecer lugares, culturas, pessoas, paisagens, ou ainda para aprofundar o respectivo conhecimento.

Henriques (2003, p. 23) reforça essa ideia ao colocar o turismo como uma atividade orientada para a procura, que envolve, entre outros aspectos, o consumo de experiências, o entretenimento e a diversão. Nesse sentido, para Urry (2001, p. 15) bens e serviços “são consumidos porque geram supostamente experiências prazerosas, diferentes daquelas com que nos deparamos na vida cotidiana”; ou seja, “[...] um conjunto de diferentes cenários, paisagens ou vistas de cidades que se situam fora daquilo que [...] é comum.”. Segundo esse mesmo autor, o “olhar do turismo é direcionado para aspectos da paisagem do campo e da cidade que os separam da experiência de todos os dias” (URRY, 2001, p. 18).

Assim, considera-se o turismo como um rico campo de conhecimentos e de abordagens multidisciplinares. Considera-se que a multidisciplinariedade pode ocorrer pela integração de ideias e saberes em busca de um objetivo comum. Dialoga-se nesta pesquisa essa área do conhecimento com a temática da Hospitalidade Urbana. Pode-se dizer que ambos estão inter-relacionados, pois para que o turismo ocorra em uma localidade, visitantes e visitados devem estar dispostos a acolher as demandas um do outro, de forma harmônica, sobressaltando assim, o fator da hospitalidade. Segundo Grinover (2007, p. 20), “a história da hospitalidade é a história do homem, de seus encontros, de seus diálogos e de tudo aquilo que ele tem criado para facilitar sua aproximação com seus semelhantes”. O autor ressalta ainda que “a hospitalidade foi a passagem, nos mais diferentes ritos, da mobilidade à fixação, da desordem à ordem, do mortal ao divino.” (GRINOVER, 2007, p. 36).

Dessa maneira, pode-se dizer que a hospitalidade é uma prática diretamente relacionada ao modo do ser humano de viver em sociedade, de estabelecer relações entre seus semelhantes, de se locomover, de receber e de ser solidário. Pode ser considerada “[...] uma relação espacializada entre dois atores: aquele que recebe e aquele que é recebido”, uma vez que “acolher é permitir, sob certas condições, a inclusão do outro no próprio espaço.” (GRINOVER, 2007, p. 125). Enquanto conceito,

a hospitalidade clássica aproxima-se da ação de acolhimento em um determinado local, de abrigo ao estrangeiro, ao desconhecido, ao imigrante.

Neste caso, aborda-se a hospitalidade a partir de seu viés público, relacionando-a ao planejamento turístico e urbano, diretamente relacionada à cidadania. A partir de Camargo (2004), tem-se que, em uma cidade, pode ser percebida por meio de sua organização espacial e da mobilidade urbana, proporcionando a moradores locais ou turistas autonomia, livre acesso e segurança. Grinover (2009b, p. 6) complementa ainda que “a hospitalidade de ou na cidade, definida como um sistema de atividades, se coloca ao longo de uma cadeia que vai do construído aos espaços públicos e às redes de infraestruturas, compartilhando a noção de atividade com a de experiência.”

Contudo, deve-se considerar que o sistema urbano, político, econômico e as relações sociais sofreram diversas transformações com o passar do tempo, que influenciaram a hospitalidade no espaço construído de muitas formas (GRINOVER, 2009b). Dessa maneira, considera-se que para que o turismo e a hospitalidade ocorram, faz-se necessário contextualizá-los espacialmente. Assim, parte-se de reflexões sobre cidade para relacioná-la ao espaço urbano - meio em que se propõe o desenvolvimento desta pesquisa. Nesse caso, não se está desconsiderando a riqueza e a relevância do meio rural, apenas se trata de um recorte espacial adotado.

Podem-se citar diversos entendimentos sobre o que é cidade, conceitos e definições diferentes, de Benevolo (2009) a Nestor Goulart Reis (2000) uma vez que essa “[...] se apresenta como um conjunto fragmentado de formas arquitetônicas, de experiências culturais e de estilos de vida, que torna praticamente impossível reconduzi-la à unidade ou colocá-la num quadro ordenado” (GRINOVER, 2009b, p. 11). Assim, dificilmente tem-se a compreensão e a interpretação totalizantes, visto que, conforme Garcia (2012, p. 69), “as cidades são constitutivamente distintas e respondem a conceitos e desenvolvimento históricos diferentes” que refletem “características sociais e econômicas de cada época e as relações de poder, ao mesmo tempo que condiciona[m] e determina[m] o comportamento e a vida de cada um dos indivíduos que formam os distintos grupos sociais.”

Além de ser entendida à luz de sua capacidade para hospedar e abrigar práticas humanas de imobilidade, para Weber (1979) a cidade não é apenas um grupo de moradias e seu conceito deve abranger além de atividades econômicas, a importância de fatores não econômicos, como políticos, bem como o papel da cultura

e das interações sociais. Nesse mesmo sentido, Gordon Cullen (1996), caracteriza a cidade como uma unidade geradora de facilidades e de bem-estar que faz com que a maioria das pessoas prefira viver em comunidade a viverem isoladas. Nesse contexto, ocorrem relações sociais, econômicas, políticas, culturais, como “espaço concebido, vivido e percebido” (GRINOVER, 2013, p. 18).

Segundo Grinover (2007, p. 105) “Esse ecossistema – a cidade – é formado por dois sistemas básicos: o sistema natural, composto pelo meio físico e biológico, e o sistema cultural, composto pelo homem e por suas atividades e criações”. O autor ainda coloca que “estudar a cidade é ir além das constatações óbvias sobre o real que se manifesta no urbanismo; é considerar outras importantes variáveis que dão referências e valores ao espaço urbano.” (GRINOVER, 2006, p. 33). Carlos (2007, p. 21) considera que “[...] a cidade pode ser entendida, dialeticamente, enquanto produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais [...]”, uma vez que:

Não raro, a cidade vem sendo pensada ora como quadro físico (um simples mapa aberto na prancheta), ora como meio ambiente urbano (e, nesta dimensão, “naturalizada”), e em ambos os casos, ignora-se o conteúdo da prática sócio-espacial que lhe dá forma e conteúdo. (CARLOS, 2007, p. 19).

Em Grinover (2009a, p. 2), tem-se ainda que “a crescente urbanização das sociedades proporcionou modificações profundas [...] pela adoção de novos modos de vida das populações, pelas novas modalidades de gestão dos espaços urbanos; pela alteração nas relações entre espaços públicos e privados”, etc. Historicamente, essa dualidade entre público-privado marcou a constituição das cidades e permitiu “a autonomia individual frente à ideia de comunidade” (GARCIA, 2012, p. 69). Grinover (2007, p. 160) destaca que os espaços públicos dão às cidades “a possibilidade de várias experiências espaciais, em termos de vivências humanas e de prazer estético; onde se possibilitam e se exercitam a escolha, a liberdade e a hospitalidade”.

Borja (2003) reforça a relação entre cidade, espaço público e cidadania. A cidade como uma realidade histórico-geográfica, sociocultural, de concentração humana e identidade diversa; o espaço público como lugar democrático de representação e expressão coletiva da sociedade; e a cidadania como direitos e deveres sociais dos cidadãos de serem tratados como iguais, livres e ativos. Esses três conceitos relacionam-se dialeticamente, uma vez que os valores vinculados às cidades dependem da cidadania, a cidadania estabelece-se principalmente no espaço público, e o espaço público está presente na cidade. Ainda segundo o autor:

A cidadania é uma conquista cotidiana. As dinâmicas segregadoras, excludentes, existem e se renovam permanentemente. A vida social urbana nos exige conquistar constantemente novos direitos ou fazer reais os direitos que possuímos formalmente. [...] um desenvolvimento pleno da cidadania se adquire por meio de uma pré-disposição para a ação, a vontade de exercer as liberdades urbanas, de assumir a dignidade de considerar-se igual aos outros (BORJA, 2003, p. 25).

Há de se considerar que as transformações econômicas, políticas e sociais a partir do século XX reduziram as fronteiras entre os espaços privados e públicos. Esses perdem sua força e função de sociabilidade clássica (GARCIA, 2012). Contudo, considera-se ainda o espaço urbano como uma representação da sociedade, um local de convívio de importante função social que possibilita socializar emoções, comunicar-se com o outro, possibilitando relações de hospitalidade (FRANZEN, 2014, p. 29). Nesta dissertação, é nesse meio – urbano – que se concentram as análises sobre o turismo e a acessibilidade, em vias de reforçar as práticas de hospitalidade e de cidadania.

Um espaço urbano quando privilegiado em sua arquitetura e infraestruturas, acolhe e orienta, torna-se hospitaleiro. Uma cidade pode ser considerada hospitaleira pela coexistência de alguns fatores fundamentais: **legibilidade, identidade, acessibilidade, urbanidade, qualidade de vida e cidadania** (GRINOVER, 2013, p. 17). Esse último, da **cidadania**, como abordado anteriormente, pode ser entendido como a relação dos direitos civis, públicos, sociais e culturais. Ainda segundo Grinover (2013, p. 19), a cidadania é “um termo associado à vida em sociedade e está intimamente ligada ao desenvolvimento das cidades”.

Destaca-se que os dois primeiros conceitos relacionados por Grinover se baseiam na teoria proposta por Kevin Lynch (2011), a qual define a **legibilidade** como a facilidade do usuário em reconhecer as partes de uma cidade e organizá-las em uma estrutura coerente, a partir de sua imagem mental. Uma boa legibilidade do espaço faz com que o observador não se sinta desorientado. Assim, Grinover (2007, p. 144) a descreve como “a qualidade visual de uma cidade, de um território, examinada por meio de estudos da imagem mental que dela fazem, antes de qualquer outro, seus habitantes [...]”.

Para conceituar **identidade**, Grinover apoia-se ainda em outros autores como Manuel Castells (1999), que, segundo o arquiteto, a entende como “o processo de construção com base em um atributo cultural, ou ainda, um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, podendo haver identidades múltiplas” (GRINOVER, 2006,

p. 48). Recorrendo à Lynch (2011, p. 15-16), pode-se dizer que esse conceito se relaciona a outros dois componentes – estrutura e significado – os quais indicam a diferenciação e o reconhecimento do objeto enquanto entidade separável. Trata-se de individualidade ou particularidade na relação espacial ou paradigmática do objeto com o observador que lhe apresente significado, seja prático ou emocional.

Quanto à **urbanidade**, Grinover (2013) apoia-se em Aguiar (2012, s.p) para defini-la como “o conjunto de qualidades, boas ou más, que distinguem uma cidade”. Sua definição, em outro sentido, pode referir-se ainda à conduta das pessoas que, ao conduzirem-se com “cortesia, delicadeza, polidez e civilidade” dotam de urbanidade e, por consequência, de hospitalidade (AGUIAR, 2012, s.p). Esse é sentido do termo que o autor propõe para a categoria. Porém, voltada à cidade, a urbanidade está na forma como ocorre a relação entre o espaço – edifícios, ruas e cidades - e o corpo individual ou coletivo.

Grinover (2013, p. 18) define ainda, de forma abrangente, **qualidade de vida** como “grau de bem-estar individual e de grupo, de satisfação, determinada pelas necessidades básicas da população”. Fatores como boa condição das edificações, limpeza, iluminação, acessibilidade, presença de áreas verdes, e providência de necessidades básicas podem indicar o grau de qualidade e satisfação da população. Com esses quesitos essenciais, tangíveis e intangíveis, inter-relacionados, tem-se a possibilidade de criar as condições necessárias para “a compreensão da cidade, seja para o habitante, seja para quem dela se aproxime, nela se introduza e dela se aproprie” (GRINOVER, 2007, p. 125). Nesse âmbito, inclui-se toda a gama de visitantes e, como considerados, de consumidores do lugar que fazem uso do espaço urbano.

Nesse meio, desenvolve-se esta pesquisa sobre os processos espaciais voltados à acessibilidade no contexto urbano. “A cidade, por isso, deve oferecer o que há de melhor nela. Apresentar suas riquezas culturais, econômicas, sociais, de modo a se oferecer como cidade onde se pratica a hospitalidade” (GRINOVER, 2009b, p. 6). Dessa maneira, sua essência “é justamente o estímulo à aproximação entre seus habitantes, o que cria as condições para a interação social e define o espaço urbano como público, acessível, lugar das diferenças, da heterogeneidade” (GRINOVER, 2006, p. 38). Assim, a seguir, apresentam-se reflexões sobre a acessibilidade.

2.2 REFLEXÕES SOBRE ACESSIBILIDADE

Para refletir o conceito de **acessibilidade**, considera-se inicialmente que abrange múltiplas áreas do conhecimento, desde Psicologia, Educação, Saúde, Economia, entre outras. Entretanto, aborda-se nesta pesquisa pelo viés da Arquitetura, do Urbanismo e do Turismo. Além disso, relaciona-se “a algumas formas básicas de atividade humana nas barreiras de acesso se mostram com maior frequência: mobilidade, comunicação, compreensão e uso (ou manipulação).” (GARCIA, 2012, p. 59). Busca-se, como referência, o imperativo estabelecido na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU:

A fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, **os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas**, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural. (BRASIL, 2009a, art. 9º, grifo nosso).

Nesse sentido, percebe-se a preocupação perante a autonomia pessoal, e a participação plena de pessoas com deficiência em igualdade de oportunidades nos mais amplos meios e aspectos da vida. A acessibilidade é a forma de garantir o direito de ir e vir de todos, sem que existam barreiras ou discriminações dentro da sociedade. Grinover (2007, p. 137) reforça essa ideia ao relacioná-la “às possibilidades de acesso dos indivíduos, ou de grupos sociais, a certas atividades ou a certos serviços que estão presentes na cidade, devendo proporcionar a igualdade de oportunidades aos usuários urbanos [...]”.

Para Sasaki¹ (2009), a acessibilidade é uma qualidade almejada em todos os aspectos e contextos da atividade humana. O autor ainda determina a existência de seis dimensões da acessibilidade: arquitetônica (pela eliminação de barreiras físicas); comunicacional (sem barreiras na comunicação entre pessoas); metodológica (sem barreiras nos métodos de lazer, educação, trabalho, etc.); instrumental (sem barreiras em instrumentos, ferramentas, utensílios, etc.); programática (sem barreiras em políticas públicas, normas, legislações, etc.); e atitudinal (relativa ao

¹ Romeu Kazumi Sasaki, atuou como consultor e docente, é um pesquisador em Ciências Sociais, com experiência em estudos sobre inclusão e pessoas com deficiência.

comportamento sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações da sociedade perante pessoas com deficiência) (SASSAKI, 2009).

Além disso, para as autoras brasileiras Dischinger, Bins Ely e Piardi² (2012), quatro componentes são fundamentais para garantir condições de acessibilidade: orientabilidade, deslocamento, comunicação e uso. O primeiro conceito relaciona-se com a capacidade de saber onde se está, de forma autônoma, com base nas informações arquitetônicas e suportes informativos. O deslocamento refere-se à possibilidade de movimentação por determinados percursos com condições ideais, ou seja, sem barreiras físicas e com segurança e conforto. A comunicação é a possibilidade de troca de informações, seja interpessoal ou com equipamentos assistivos. Por fim, o uso é a viabilidade de participação dos indivíduos nas atividades desejadas, seguindo as premissas de segurança, conforto e autonomia. Garcia (2012, p. 60) ainda complementa que o uso pode ser entendido como a “capacidade de manipular e usar de forma eficiente um produto, serviço ou entorno, tanto físico quanto virtual”.

Para atingir a premissa de acessibilidade, deve ser evitado qualquer tipo de barreira, tangível ou intangível, “que limite ou impeça a participação social da pessoa [...] e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança” (BRASIL, 2015a, capítulo I, art.3º). Sua origem pode ser: arquitetônica, referente a entraves em acessos ou circulação em edificações públicas ou privadas; urbanística, relacionada às dificuldades existentes nos espaços abertos (centros cívicos ou áreas verdes, elementos conectores da cidade) e mobiliários urbanos; nos transportes, nos meios coletivos ou particulares; ou nas comunicações e informações, os quais dificultem ou impossibilitem o acesso à informação ou a expressão; atitudinal, relativa a comportamentos que prejudiquem a participação social das pessoas com deficiência; e tecnológica (BRASIL, 2015a, capítulo I, art.3º).

² Marta Dischinger é arquiteta e mestre em Design, desenvolve atividades de projeto e pesquisa nas áreas de Arquitetura e Urbanismo e de Desenho de Produto com ênfase em Desenho Universal. Vera Helena Moro Bins Ely, também arquiteta, possui mestrado em Licence en Architecture Urbaine - Université Catholique de Louvain (1982) e doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (1997), e atua principalmente nos seguintes temas: Acessibilidade/Desenho Universal, Psicologia Ambiental e Morfologia Urbana. Sonia Maria Demeda Groisman Piardi, advogada, mestre em Ciências Jurídicas pela Universidade do Vale do Itajaí (2010), tem experiência na área do Direito, com ênfase em Direitos Especiais, atuando principalmente nos seguintes temas: idosos, pessoas com deficiência, saúde pública, direitos humanos, cidadania.

De acordo com Dischinger, Bins Ely e Piardi (2012), essas barreiras ou obstáculos existentes no meio físico podem ser chamados de estáticos (permanentes) ou dinâmicos. Essas autoras (2012) defendem também que a definição de acessibilidade não está ligada apenas a fatores do meio físico; fazendo relação a necessidade de eliminação das barreiras atitudinais, que estão ligadas a aspectos sociais, políticos e culturais. Esse tipo de barreira ocorre “[...] quando as relações humanas centram-se nas dificuldades dos indivíduos e não em suas habilidades, criando empecilhos para a sua participação na sociedade.” (DISCHINGER; BINS ELY; PIARDI, 2012, p. 14). Contudo, não se aborda essa dimensão nesta pesquisa, uma vez que o foco de análise se concentrará principalmente nas barreiras urbano-arquitetônicas e de comunicação e informação.

Assim, para avaliar os tipos de barreiras, Dischinger, Bins Ely e Piardi (2012) propõem classifica-las a partir do reconhecimento das restrições espaciais para atividades físico-motoras, para percepção sensorial, para atividades de comunicação e para atividades cognitivas. Essas quatro categorias podem assim ser sistematizadas como apresenta o Quadro 1:

Quadro 1 – Características das Restrições Espaciais

Restrições Espaciais	Características
Para atividades físico-motoras	Referem-se ao impedimento ou às dificuldades para a realização de atividades que dependam de força física, coordenação motora, precisão ou mobilidade. Afetam principalmente as pessoas que já possuem uma deficiência físico-motora ou tem sua mobilidade reduzida, como os idosos.
Para percepção sensorial	Referem-se às dificuldades para a percepção das informações do meio ambiente devido à presença de barreiras ou ausência de fontes informativas adequadas, as quais impedem ou dificultam a obtenção de estímulos por meio dos distintos sistemas sensoriais (visual, auditivo, paladar/olfato, háptico e orientação). Afetam principalmente as pessoas com deficiências visuais, auditivas e aos idosos.
Para atividades de comunicação	Referem-se às dificuldades para comunicar-se socialmente por meio da fala ou da utilização de códigos devido a características do meio ambiente ou ausência de equipamentos de tecnologia assistiva. Afetam a realização de atividades principalmente para pessoas com deficiência auditiva, ou pessoas com problemas na fala.
Para atividades cognitivas	Referem-se às dificuldades encontradas no tratamento das informações existentes no meio ambiente (cartazes, sinais, letreiros), ou no desenvolvimento de relações interpessoais para realização de atividades que requerem compreensão, aprendizado e tomada de decisão. Afetam principalmente pessoas iletradas ou com deficiência cognitiva.

Fonte: Adaptado de Dischinger, Bins Ely e Piardi (2012).

Entre essas restrições espaciais, resultantes da relação dos atributos do meio ambiente e das condições dos indivíduos, pode-se destacar, no primeiro caso, alguns

exemplos: escadas e desníveis, degraus muito altos, corredores, portas e espaços de circulação estreitos, balcões de atendimento com altura elevada, más condições de pavimentação, pisos inadequados. Com relação às barreiras para percepção sensorial, de comunicação e cognitivas, pode-se considerar: falta de sinais sonoros ou soluções audiovisuais, sinalizações com letras reduzidas ou baixo contraste, falta de recursos gráficos, códigos e escrita Braille, entre outros.

Considera-se que muitas das barreiras encontradas hoje em dia nos mais diversos âmbitos da sociedade são resultado de processos de construção, utilização e interação transformados ao longo dos anos. Mudanças demográficas, alterações na forma de viver, nos meios de lazer, nos modos de produção, etc., demandam adaptações que acompanhem as novas necessidades. Dessa maneira, apresenta-se a seguir a transição de um paradigma iniciada em meados dos anos 1980, em que se transpõe o conceito de ‘homem-padrão’, das medidas antropométricas consideradas modelo, para chegar ao estabelecimento do desenho universal.

2.3 DO ‘HOMEM-PADRÃO’ AO ‘DESENHO UNIVERSAL’

Sabe-se, por conhecimentos tácitos, que há muitos séculos o corpo humano já era utilizado como instrumento de medida – valendo-se de padrões como a polegada, o palmo, o pé, etc. e entende-se que, portanto, essa relação depende, necessariamente, de um modelo de referência para medição, e do estabelecimento de um padrão de valores de um determinado indivíduo. Segundo Cambiaghi (2012), pode-se relacionar inicialmente o conceito do ‘**homem padrão**’ aos estudos de Marcus Vitruvius Pollio. Esse arquiteto romano escreveu diversos livros relacionados à Arquitetura e à Engenharia no século I a. C.

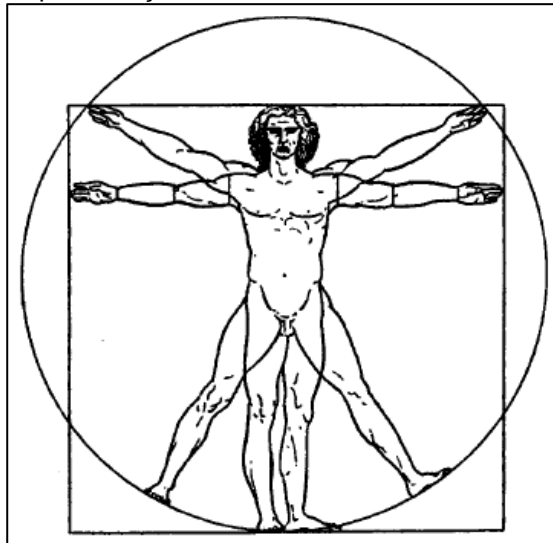
Em seus estudos, Vitruvius aprofundou sua reflexão sobre os padrões de proporções matemáticas e suas relações com do corpo humano, fazendo referência a um modelo ideal do homem, cujas medidas seriam perfeitas, fundamentadas na proporção áurea³ (CAMBIAGHI, 2012). Seus textos são considerados um cânone

³ A proporção áurea, também conhecida como ‘divina proporção’, é um conceito referenciado ao arquiteto e matemático grego Phidias, que determina uma constante real algébrica irracional que representa, desde a Antiguidade, a mais agradável proporção, referência de harmonia e beleza às produções artísticas e arquitetônicas, e às relações da natureza.

das proporções humanas principalmente durante o Renascimento⁴ (CAMBIAGHI, 2012, p. 39), período que “[...] significou que a produção de imagens, antes baseada no sensorial e no olhar sobre o mundo, fosse submetida à lógica matemática e racional do espaço geométrico.” (GASTAL, 2005, p. 42-43).

Nesse período, diversos artistas e arquitetos interpretaram os estudos de Vitruvius, como Alberti (1404 – 1472), Dürer (1471 – 1528), Michelangelo (1475 – 1564), Leonardo Da Vinci (1452 – 1519). Este, em 1490, representou graficamente o homem-padrão em duas posições, inscrevendo-o em duas formas geométricas: o círculo e o quadrado, conforme a Figura 1 (CAMBIAGHI, 2012). Da maneira como foi representado pelo artista, o desenho do ‘homem vitruviano’ - nome dado à sua obra - é repleto de simbologias, e representa a simetria, a centralidade e as proporções perfeitas da forma humana.

Figura 1 – Representação do Homem Vitruviano de Leonardo da Vinci



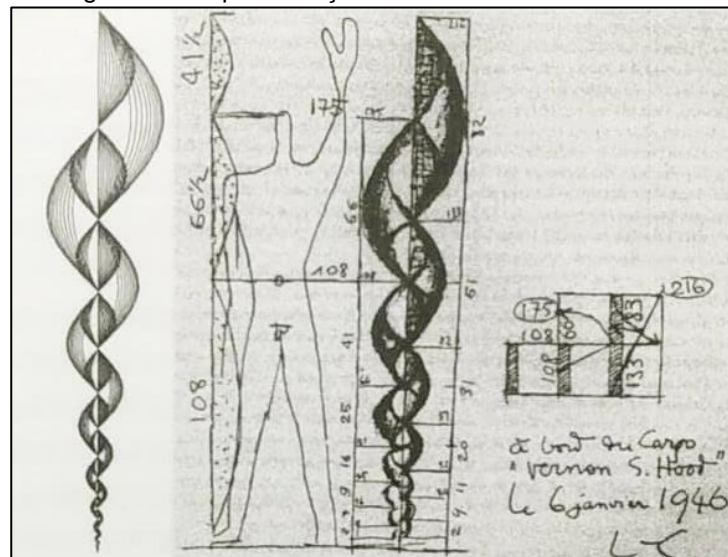
Fonte: NEUFERT (2013, p. 38)

Ainda baseado nos estudos da antiguidade sobre as proporções perfeitas e utilizando suas análises das dimensões médias humanas, o alemão Adolf Zeising (1810 – 1876) desenvolveu investigações sobre as proporções na natureza e na arte. Sua pesquisa, desenvolvida em meados do século XIX, apresentou com mais clareza o estudo das relações proporcionais humanas, “baseado em medições precisas e comparações das proporções harmônicas” (NEUFERT, 2013, p. 39).

⁴ O Renascimento ocorreu entre os séculos XIV e XVII na Europa, caracterizado pela redescoberta e revalorização das referências artísticas e culturais da antiguidade clássica (greco-romana).

Em meados da década de 1940 o arquiteto franco-suíço Le Corbusier⁵ (1887 – 1965) desenvolveu seu próprio sistema de proporções: o Le Modulor, de acordo com a Figura 2 (CAMBIAGHI, 2012). Em sua concepção, em contraposição ao sistema métrico decimal⁶, havia uma carência de um princípio de medidas satisfatório aos quesitos de racionalidade e adequação à escala humana. Portanto, seus estudos apresentam medidas harmônicas aplicáveis universalmente à Arquitetura e à Mecânica. Seu sistema também se baseava na sequência Fibonacci e na proporção do corte áureo e foi utilizado na busca pela harmonia e pela racionalidade em suas composições arquitetônicas, adequadas à escala humana (POSSEBON, 2004).

Figura 2 – Representação do Modulor de Le Corbusier



Fonte: CAMBIAGHI (2012, p. 41)

Seguindo esses e outros autores, as relações antropométricas também foram estudadas e escritas pelo arquiteto alemão Ernst Neufert (1900 – 1986), em seu livro *Arte de Projetar em Arquitetura*⁷. Nesse caso, as proporções humanas estão

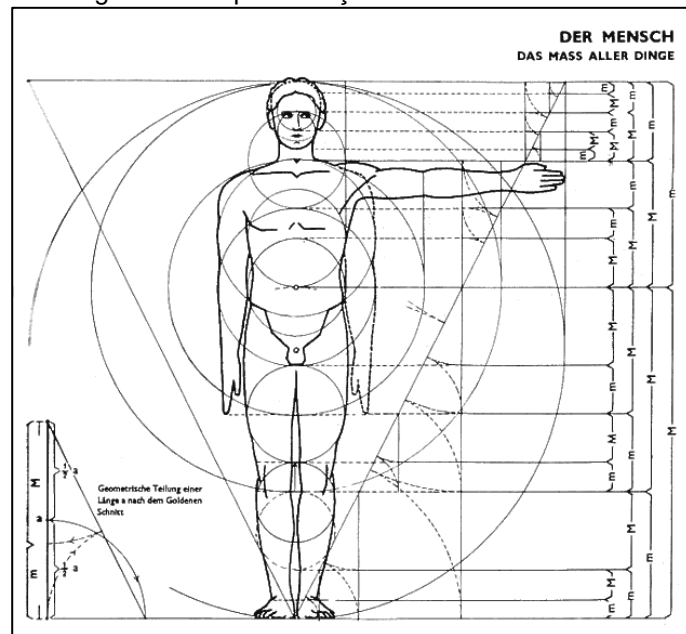
⁵ O arquiteto Charles Edouard Jeanneret-Gris, ou Le Corbusier, como ficou conhecido, é considerado um dos profissionais mais influentes do século XX na área da Arquitetura e Urbanismo. Desenvolveu diversos estudos teóricos e formulou conceitos que expandiram a visão arquitetônica do período Moderno, além de projetar mais de trinta obras ao redor do mundo.

⁶ No final do século XVIII, no contexto da Revolução Francesa, estabeleceu-se na França o sistema métrico decimal que utiliza o 'metro' como medida padrão, equivalente a décima milionésima parte do quadrante do meridiano terrestre que passa por Paris. No Brasil, o metro foi adotado oficialmente em 1928. Porém, somente em 1960 o sistema métrico foi reestruturado e passou a ser reconhecido como Sistema Internacional de Unidades.

⁷ O livro *A Arte de Projetar em Arquitetura*, cujo título original *Bauntwurf Lehre*, é considerado um manual de referência para área, que teve mais de um milhão de exemplares vendidos no mundo. Sua primeira edição foi realizada em 1936, na Alemanha, e até hoje já foram publicadas 39 edições em alemão, 16 em espanhol e 18 publicações em outros idiomas.

relacionadas à interação com os espaços físicos e às funções a serem desenvolvidas nele de forma confortável e segura. O conceito do ‘homem padrão’ pode ser considerado um paradigma nesse período, sendo utilizado nesse manual de projetos sob a influência da Ergonomia⁸, estabelecendo medidas de referência e relações espaciais para homens e mulheres, segundo padrões antropométricos, na utilização de diversos ambientes (NEUFERT, 2013). A Figura 3 representa o Modulor de Neufert:

Figura 3 – Representação do Modulor de Neufert



Fonte: NEUFERT (2013, p. 39)

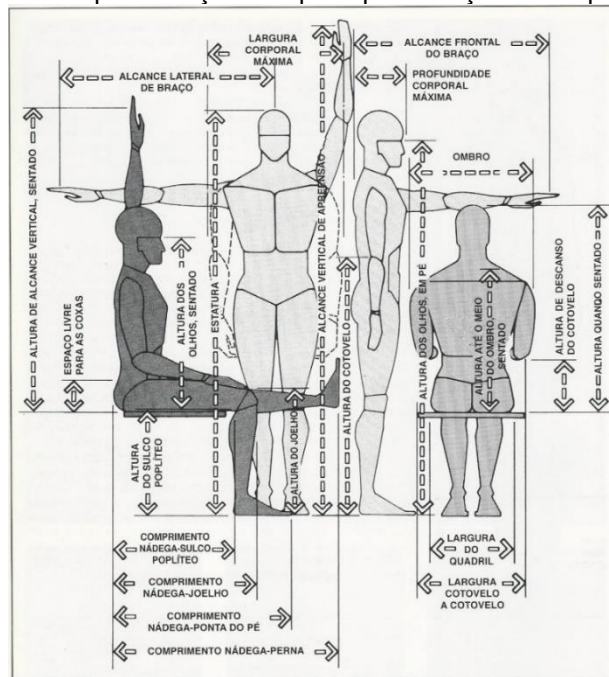
Vale ressaltar que, historicamente, a aplicação dos estudos da ergonomia, ou da ‘engenharia humana’, esteve, em sua maioria, voltada aos setores industrial e militar, e pouco às aplicações sociais. Durante a Segunda Guerra Mundial, a busca pela eficiência e segurança no manuseio das máquinas e equipamentos nas mais diversas circunstâncias era tão relevante a ponto de se considerar que “A possibilidade de erro humano deveria ser eliminada.” (PANERO; ZELNIK, 2008, p. 18). Assim, a partir de 1940 desenvolveu-se a necessidade de dados antropométricos e seu uso aplicado a projetos de *designers* e arquitetos.

A interface entre os usuários e seus ambientes, embora envolvam diversas variáveis, deve garantir segurança, conforto e eficiência. Porém, analisar a relação

⁸ A Ergonomia é uma ciência interdisciplinar – integra ciências biológicas como anatomia, fisiologia e psicologia -, que, de forma simplificada, pode ser considerada o estudo das relações entre as pessoas e seus ambientes (PANERO; ZELNIK, 2008).

do homem com o meio, seja ele construído ou natural, por meio de proporções e medidas padrões – por mais importantes que sejam os trabalhos desenvolvidos por esses autores - torna os projetos e os espaços exclusivos, no sentido de serem pouco aplicáveis a diversas situações e condições especiais. A Figura 4 expressa as principais relações antropométricas de uma pessoa a partir de posições frontal e lateral, em pé e sentada:

Figura 4 – Representação das principais relações antropométricas



Fonte: PANERO; ZELNIK (2008, p. 30)

No Brasil, se analisadas as estimativas de altura e peso medianas da população, apresentadas pelo IBGE (2010) na Pesquisa de Orçamentos Familiares, realizada entre os anos de 2008 e 2009, tem-se uma amostragem de parâmetros médios dentro um universo de homens e mulheres, entre faixas etárias a partir dos 20 anos de idade, conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 – Principais relações antropométricas médias - Brasil

Antropometria - Adultos Brasil (2010)				
	Homens		Mulheres	
Idade	Altura (cm)	Peso (Kg)	Altura (cm)	Peso (Kg)
20-24 anos	173,0	69,4	161,1	57,8
25-29 anos	173,0	72,7	160,7	60,5
30-34 anos	171,6	74,2	160,0	62
35-44 anos	171,0	74,6	159,4	63,8
45-54 anos	169,9	74,6	158,3	65,1
55-64 anos	168,2	73,1	156,6	65,3
65-74 anos	166,9	70,3	155,0	63,4
75+ anos	165,7	66,8	152,8	59,2

Fonte: IBGE (2010).

Porém, apenas esses dados antropométricos não representam, efetivamente, a pluralidade das formas humanas, uma vez que fatores desde a variabilidade étnica, à idade e à renda podem influenciar significativamente as dimensões. Conforme enfatizam Panero e Zelnik (2008, p. 37): “O chamado ‘homem médio’ simplesmente não existe.” Dessa maneira, considera-se existe um vasto grupo de pessoas que não se encaixa nas medidas-padrão estabelecidas universalmente. Assim, pela necessidade de considerar a pluralidade das formas humanas para minimizar as barreiras existentes no meio, em meados do século XX, elabora-se o **‘desenho universal’**.

A partir do final da Segunda Guerra Mundial e principalmente após os anos 1960, houve uma conscientização mundial crescente sobre os direitos de cidadania e participação em todos os aspectos da vida social das pessoas que possuem algum tipo de deficiência. Surge, então, uma nova área de atuação e pesquisa que visa a criar ambientes, espaços e objetos que permitam a inclusão de pessoas com deficiência, e que ao longo dos anos recebeu várias denominações – desenho sem barreiras, desenho adaptado, desenho transgeracional, e desenho inclusivo. (DISCHINGER; BINS ELY; PIARDI 2012, p. 15).

Em 1961, foi realizada uma conferência na Suécia com o intuito de discutir a redução de barreiras arquitetônicas para as pessoas com deficiência. Dois anos depois, foi criada uma comissão, em Washington, chamada *Barrier-free Design*, cujo propósito era debater sobre o desenho de “[...] equipamentos, edifícios e áreas urbanas adequados à utilização por pessoas com alguma deficiência ou com mobilidade reduzida.” (CAMBIAGHI, 2012, p. 16).

De acordo com Cambiaghi (2012, p. 16): “O conceito de desenho livre de barreiras acabou evoluindo para o de desenho universal, adotado inicialmente nos

Estados Unidos”. O arquiteto americano Ronald L. Mace (1996) desencadeou a discussão dos paradigmas excludentes do meio. Em seu livro, o autor afirma que o desenho universal se caracteriza pela busca do desenvolvimento de todos os produtos, edificações e espaços abertos de forma sensível, para serem usáveis pela maior quantidade de pessoas quanto possível (MACE, 1996, p. 3). Dessa maneira, evita-se a necessidade do desenvolvimento de ambientes ou produtos especiais direcionados a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Em 1997 foram apresentados os sete princípios do desenho universal (DORNELES; AFONSO; BINS ELY, 2013; ABNT NBR:9050, 2015), organizados pelo Centro de Desenho Universal – originalmente chamado de *Center of Universal Design (CUD)*, da Universidade da Carolina do Norte⁹ – EUA, que podem ser aplicados a qualquer tipo de projeto. Segundo esse estudo (NC STATE UNIVERSITY, 1997, tradução nossa), os princípios são:

1. **Uso equitativo:** o desenho de espaços e equipamentos deve ser compreendido por pessoas com habilidades diversas. Diretrizes: fornecer os mesmos meios de uso para todos os usuários - idênticos sempre que possível; equivalentes quando não; evitar segregar ou estigmatizar qualquer usuário; disposições de privacidade e segurança devem ser igualmente disponíveis para todos os usuários; tornar o design atraente para todos os usuários.
2. **Flexibilidade no uso:** o design acomoda uma ampla gama de preferências e habilidades individuais. Diretrizes: fornecer escolhas nos métodos de uso; permitir acesso e uso por destros e canhotos; facilitar a precisão do usuário; fornecer adaptabilidade ao ritmo do usuário.
3. **Uso simples e intuitivo:** o seu uso é fácil de entender, independentemente da experiência, conhecimento, habilidades de linguagem ou nível de concentração do usuário. Diretrizes: eliminar complexidades desnecessárias; ser consistente com as expectativas e intuição do usuário; conciliar uma ampla gama de habilidades de alfabetização e linguagem; organizar informações consistentes com sua importância; proporcionar indução eficaz durante e após a conclusão da tarefa.
4. **Informações perceptíveis:** o projeto comunica as informações necessárias de maneira eficaz ao usuário, independente de suas capacidades sensoriais ou das condições ambientais. Diretrizes: usar diferentes modos (gráfico, verbal, tátil) para apresentação de informações essenciais; proporcionar o contraste adequado entre as informações essenciais e seu entorno; maximizar a legibilidade das informações essenciais; diferenciar elementos de maneiras que podem ser descritas, ou seja, facilitar a indicação de instruções ou direções; fornecer compatibilidade com uma série de técnicas ou dispositivos utilizados por pessoas com limitações sensoriais.
5. **Tolerância ao erro:** o projeto minimiza os riscos e as consequências adversas de ações acidentais ou não intencionais. Diretrizes: organizar elementos para minimizar riscos e erros – elementos mais utilizados, mais acessíveis e elementos perigosos, eliminados ou isolados; fornecer avisos

⁹ North Carolina (NC) State University, situada em Raleigh, capital do Estado da Carolina do Norte, nos Estados Unidos.

de perigos e erros; fornecer recursos de segurança contra falhas; desestimular a ação inconsciente em tarefas que exigem vigilância.

6. **Baixo esforço físico:** o projeto pode ser usado eficiente e confortavelmente e com um mínimo de fadiga. Diretrizes: permitir que o usuário mantenha uma posição neutra do corpo; utilizar forças operacionais razoáveis; minimizar ações repetitivas; minimizar o esforço físico contínuo.

7. **Dimensão e espaço para aproximação e uso:** proporcionar tamanho e espaço apropriados para aproximação, alcance, manipulação e uso, independentemente do tamanho do corpo, postura ou mobilidade do usuário. Diretrizes: fornecer uma linha de visão clara para elementos importantes para qualquer usuário sentado ou em pé; tornar confortável o alcance a todos os componentes para qualquer usuário sentado ou em pé; adaptar-se a variações do tamanho de mãos e punhos; fornecer espaço adequado para o uso de dispositivos auxiliares ou assistência pessoal.

Além disso, de acordo com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007), define-se o desenho universal como “a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados, na maior medida possível, por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico.” (BRASIL, 2009a, artigo 2). Nessas condições, indica que o desenvolvimento de produtos, serviços, equipamentos e instalações que “exijam o mínimo possível de adaptação e cujo custo seja o mínimo possível, destinados a atender às necessidades específicas de pessoas com deficiência” (BRASIL, 2009a, artigo 4).

Dessa maneira, considera-se que as deficiências sensoriais, intelectual ou motora que acometem as pessoas reduzindo sua mobilidade, sua percepção e sua interatividade podem ser minimizadas, permitindo que sua relação com o meio ocorra de maneira mais hospitaleira. Com o desenho universal, busca-se por meio de projetos inclusivos, atender ao número de pessoas possível, considerando a diversidade de usuários quanto a dimensões, destreza, capacidade, idade, para que a utilização dos espaços seja possível com conforto, segurança, autonomia e bem-estar (CAMBIAGHI, 2012). Para que essas premissas ocorram, destacam-se a seguir políticas públicas federais, leis e normas relacionadas ao tema.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS, LEIS E NORMAS

A acessibilidade relaciona-se à plena liberdade de movimentos. Projetar, tanto quanto equipar espaços acessíveis é tão possível quanto necessário. Considera-se que “Garantindo autonomia, derrubam-se preconceitos e favorecem-se práticas inclusivas para todos e, principalmente, para as pessoas com deficiência, ou condicionadas na sua mobilidade” (SOUSA, 2014, p. 126). Para tanto, a acessibilidade, inserida transversalmente em todos os equipamentos, espaços e serviços públicos é uma peça fundamental para a inclusão e o bem-estar de todos dos cidadãos (GARCIA, 2012).

O Programa de Ação Mundial para Pessoas com Deficiência das Nações Unidas de 1982 determina que os países membros “[...] devem garantir que pessoas com deficiência tenham as mesmas oportunidades de desfrutar atividades recreativas que têm os outros cidadãos.” (BRASIL, 2014, p. 13).

Possibilitar o acesso minimamente satisfatório ao patrimônio cultural e à informação é a melhor forma de fazer com que ele cumpra o seu principal sentido com a sociedade, destacando a identidade e a auto identificação com aquilo que a compõe. (CARDOSO; CUTY, 2012, p. 12).

Para garantir o usufruto do meio construído, seja ele urbano ou natural, são necessárias estratégias que eliminem barreiras, respeitem as diferentes necessidades e permitam a acessibilidade para todos, sem discriminação. Dessa maneira, aborda-se a relevância de políticas públicas enquanto respostas do Governo às necessidades da sociedade. Essas podem ainda ser consideradas estratégias para múltiplos fins que se utilizam das aspirações de diversos atores em seu processo de deliberação, que “tem como marcas a busca de consolidação da democracia, da justiça social, da manutenção do poder, etc.” (ARAUJO, TASCHNER, 2012, p. 73).

Nesse sentido, ressaltam-se as demandas e os interesses da sociedade como propulsores do desenvolvimento de políticas públicas. Ainda que complexo, esse processo, segundo as mesmas autoras, pode ser relacionado a um “conjunto de objetivos e programas de ação que o governo deseja implementar em um determinado campo de questões” (2012, p. 75). Gastal e Moesch (2007) pautam ainda as políticas públicas enquanto intervenções diretas, amplas ou pontuais realizadas com o intuito de atender às necessidades da população. Considerando que a inclusão social, no âmbito da acessibilidade em suas mais variadas dimensões, estabelece-se como uma

demanda às políticas públicas, busca-se compreender o tema de estudo para além da fundamentação teórica apresentada no primeiro capítulo.

Para tanto, reflete-se sobre o conjunto de ações e projetos de âmbito nacional em prol da cidadania, da qualidade de vida, do turismo e da hospitalidade. Para tratar especificamente sobre turismo acessível, utiliza-se do retrospecto de políticas públicas elaboradas pelo Ministério do Turismo. Apresenta-se ainda um apanhado geral sobre leis federais, vigentes no Brasil, que abordam o tema da acessibilidade e dos direitos das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Também se expõem parâmetros e diretrizes estabelecidos em normas técnicas desenvolvidas pela Associação Brasileira (ABNT), relevantes para o desenvolvimento desta pesquisa.

3.1 TURISMO ACESSÍVEL: POLÍTICAS PÚBLICAS EM ESFERA FEDERAL

A preocupação com a acessibilidade também pode ser considerada uma constante do Ministério do Turismo no país, tratando do turismo acessível no âmbito social, com o entendimento de que deve ser acessível a todos os cidadãos em seus tempos livres, sem discriminação. Dessa maneira, o órgão tem apoiado projetos e ações que visem à adaptação de atividades turísticas e à acessibilidade urbana, a fim de melhorar a qualidade de vida da população local, ampliando também o acesso de turistas com deficiência ou mobilidade reduzida (BRASIL, 2014).

Em 2001, foi lançado pela Embratur um Manual de Recepção e Acessibilidade de Pessoas com Deficiência a Empreendimentos e Equipamentos Turísticos, baseado na legislação federal e nas Normas Técnicas da ABNT. Em 2006, o Ministério do Turismo desenvolveu o Manual de Orientações em Turismo e Acessibilidade, baseado no documento anterior. Esse documento tinha como objetivo “orientar e instrumentalizar o setor turístico para a promoção da acessibilidade”, a fim de possibilitar o “exercício da plena cidadania aos que desejem usufruir dos benefícios da atividade turística” (BRASIL, 2006a, p. 3-9).

No mesmo ano, esse órgão federal apresentou estudos da competitividade do turismo brasileiro por meio da apresentação do relatório sobre mobilidade e acessibilidade nas regiões turísticas. Esses estudos tinham como intuito “fazer uma cobertura sistemática e detalhada das redes de transporte e da conectividade dos pontos turísticos dentro de uma região definida a partir dos polos e regiões turísticas”

(BRASIL, 2006b, p. 1). Em 2009, seguindo nessa linha, o MTur apresentou o mapeamento e planejamento acerca do turismo acessível, o qual inclui orientações para o diagnóstico das condições de acessibilidade no turismo local e para a elaboração de planos estratégicos para adequação (BRASIL, 2009b).

Nesse material são apresentados modelos de roteiros de inspeção para a verificação da acessibilidade em: edificações; passeios públicos; terminais, pontos de parada e meios de transporte. Além disso, são indicadas as variáveis de acessibilidade que devem ser consideradas na avaliação de estabelecimentos: acessos internos, externos e privados; sanitários; rampas, escadas e desníveis; recepções; estacionamentos e locais de embarque/desembarque; mobiliário; além da existência de comunicação sonora para pessoas com deficiência visual, sinalização tátil e em Braille (BRASIL, 2009b).

Entre os anos de 2012 – 2014, o Ministério do Turismo desenvolveu o Programa Turismo Acessível, o qual constituía sua política de acessibilidade, propondo medidas para a promoção da inclusão social à atividade turística para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, permitindo sua utilização de equipamentos turísticos, serviços e edificações com autonomia e segurança. Nesse programa, buscava-se a integração com o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), o desenvolvimento de pesquisas e estudos, incluindo a análise do perfil do turista com deficiência, orientação e incentivo à acessibilidade de destinos e produtos turísticos (BRASIL, 2014).

Entre os anos de 2013 e 2016, o órgão divulgou o Plano Nacional de Turismo - PNT, o qual estava voltado, principalmente, à preparação do setor para os megaeventos: Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014 e Jogos Olímpicos Rio 2016, com foco às cidades-sede (BRASIL, 2013). Ainda em 2014 foi lançado o Guia Turismo Acessível, o qual está disponível em meio digital e é colaborativo, possibilitando a pesquisa por cidades, estabelecimentos ou atrações turísticas. Nesse *site*, é possível avaliar e analisar locais de interesse a partir de quatro categorias acessibilidade: recursos voltados à deficiência auditiva, à física ou motora, à deficiência visual e à mobilidade reduzida (BRASIL, 2014).

Essas, entre outras iniciativas do Ministério do Turismo e do Governo Federal, demonstram a crescente preocupação pela acessibilidade nas atividades turísticas. Os estudos, cartilhas e manuais elaborados apoiam projetos de acessibilidade urbana, adaptação e sensibilização, com relação ao Turismo

Acessível para inclusão de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida com segurança e autonomia. Contudo, apesar do aumento de políticas relacionadas à inclusão ainda há um longo percurso a ser percorrido na prática dessas premissas.

3.2 LEIS FEDERAIS RELACIONADAS À ACESSIBILIDADE

Considera-se relevante destacar que, no Brasil, a acessibilidade é uma premissa que vem aparecendo cada vez mais nas legislações federais. Além disso, de acordo com Cambiaghi (2012, p. 65), o país “possui uma das mais avançadas legislações que contemplam a acessibilidade de maneira ampla, envolvendo diversos setores.” Na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a acessibilidade é considerada como a:

[...] **possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia**, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015a, capítulo I, art. 3º, grifo nosso).

O Governo Federal brasileiro tem promulgado inúmeras leis e decretos cujas disposições jurídicas legais são relativas à acessibilidade e aos direitos de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Esse reconhecimento é importante para a conscientização, o ordenamento da sociedade e, se respeitadas, servem a práticas efetivas de inclusão. Ainda que não se tenha realizado uma busca extensiva, pode-se destacar alguns dos quais foram colaborativos a esta pesquisa:

- **Lei nº 4.169**, de 4 de dezembro de 1962 - Oficializa as convenções Braille para uso na escrita e leitura dos cegos e o Código de Contrações e Abreviaturas Braille (BRASIL, 1962);
- **Lei nº 7.405**, de 12 de novembro de 1985 - Torna obrigatória a colocação do "Símbolo Internacional de Acesso" em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências (BRASIL, 1985);
- **Lei nº 7.853**, de 24 de outubro de 1989 - Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional

para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências (BRASIL, 1989);

- **Decreto nº 3.298**, de 20 de dezembro de 1999 – Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências (BRASIL, 1999);

- **Lei nº 10.048**, de 8 de novembro de 2000 - Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências (BRASIL, 2000a);

- **Lei nº 10.098**, de 19 de dezembro de 2000 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências (BRASIL, 2000b);

- **Decreto nº 5.296**, de 2 de dezembro de 2004 – Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências (BRASIL, 2004);

- **Decreto nº 186**, de 09 de julho de 2008 - Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007 (BRASIL, 2008);

- **Decreto nº 6.949**, de 25 de agosto de 2009 – Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007 (BRASIL, 2009a);

- **Decreto nº 7.612**, de 17 de novembro de 2011 – Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite (BRASIL, 2011a);

- **Lei nº 12.587**, de 03 de janeiro de 2012 – Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências (BRASIL, 2012);

- **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) (BRASIL, 2015a).

Salienta-se que, em sua maior parte, trata-se de revisões de legislações anteriores, atualizadas a partir de 1999. Entre seus objetivos, voltados às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, destacam-se: a consolidação de normas de proteção, os critérios básicos para a promoção da acessibilidade, o estabelecimento de normas de prioridade de atendimento, as diretrizes da Política de Mobilidade Urbana, a consolidação das leis de trabalho, entre outras providências. Pode-se verificar que quase todas essas leis surgem anos depois a Declaração da ONU dos Direitos das Pessoas Deficientes (1975), mesmo o Brasil sendo um país-membro dessa Organização.

Além disso, que a instituição da maioria dessas leis ocorre após o estabelecimento da Constituição Federal (1988), que assegura os direitos de todos os cidadãos, sem exceção; e após a transição do regime ditatorial – que ocorreu no país de 1964 a 1985 - à democracia. Pode-se considerar que a datação das obrigações legais reflete respostas sociais ao longo do tempo, em que se estruturam políticas voltadas à cidadania e à inclusão social. Paralelamente às leis tem-se o desenvolvimento de normas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas¹⁰ (ABNT), as quais são apresentadas a seguir.

3.3 NORMAS BRASILEIRAS RELACIONADAS À ACESSIBILIDADE

Para reforçar seus trabalhos no âmbito da acessibilidade e inclusão social das pessoas com deficiência, desde 2000, a ABNT atua na promoção do desenho universal para garantir o acesso de pessoas com deficiência a todos os meios. O Comitê Brasileiro de Acessibilidade (ABNT/CB40) estabelece diversas normas como referência às condições de acessibilidade aplicadas aos transportes (trem de longo percurso, transporte aéreo, aquaviário e rodoviário, veículos automotores), a locais de embarque e desembarque, veículos, instalações fixas, sinalização, etc.; a serviços (comunicação); a equipamentos (elevadores, caixa de autoatendimento bancário), e a saídas de emergência em edifícios.

¹⁰ A ABNT, fundada em 1940, é uma entidade privada sem fins lucrativos, membro fundador da *International Organization for Standardization* (Organização Internacional de Normalização – ISO); da *Comisión Panamericana de Normas Técnicas* (Comissão Pan-Americana de Normas Técnicas – Copant); e da *Asociación Mercosur de Normalización* (Associação Mercosul de Normalização – AMN) (CAMBIAGHI, 2012).

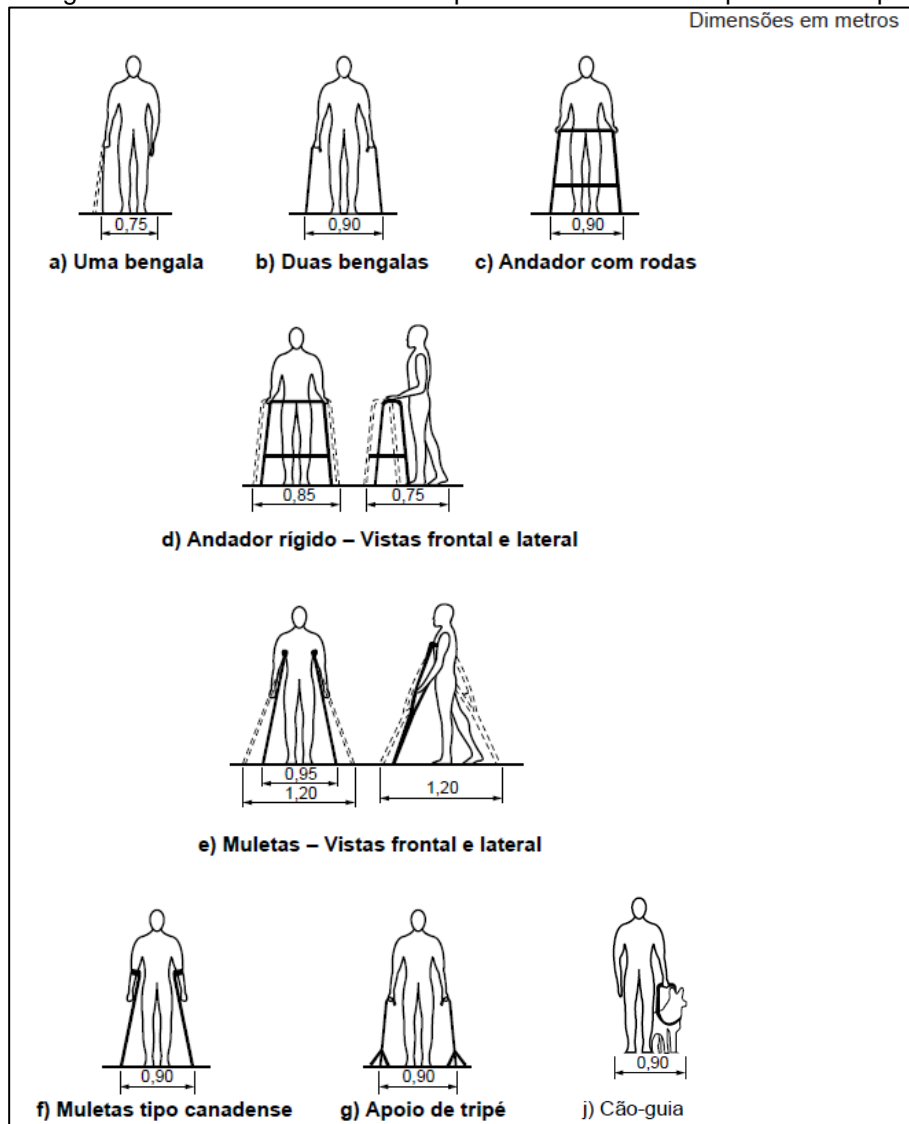
Entre as normas técnicas, destaca-se a NBR 9050 que aplica condições de acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos. Essa foi a primeira diretriz relacionada à acessibilidade criada pela ABNT, e sua primeira revisão data do ano de 1983. Nessa edição, a norma intitulava-se: Adequação das edificações, equipamentos e mobiliário urbano à pessoa portadora de deficiência. No ano de 2015, foi realizada a revisão vigente dessa norma, em que se estabelecem critérios e parâmetros técnicos para quanto “[...] ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade.” (ABNT NBR:9050, 2015, p. 1). Para tanto, foram consideradas diversas condições de mobilidade e percepção do ambiente, visando:

[...] proporcionar a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos [...] à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção (ABNT NBR:9050, 2015, p. 1).

Assim, a Norma Brasileira 9050 (ABNT, 2015), estabelece diversos parâmetros de dimensões que consideram usuários com diferentes limitações. Esses podem ser agrupados pela similaridade de suas condições: usuários de cadeira de rodas; pessoas com dificuldades ambulatoriais parciais – que apresentam dificuldade para realizar certos movimentos; pessoas com dificuldades sensoriais, de percepção e orientação – que têm “limitação total ou parcial de sua capacidade sensitiva, principalmente visual e auditiva”; e pessoas com dificuldades cognitivas – que têm “funcionamento intelectual inferior à média” (CAMBIAGHI, 2012, p. 28).

Nesses casos, pode ocorrer a necessidade de utilização de instrumentos de apoio para o deslocamento. Esses demandam uma área maior de circulação do que as medidas padrões de passagem e parâmetros dimensionais de alcance e espaço livre. Portanto, o ideal é que o usuário e seu aparato sejam considerados como um todo (PANERO; ZELNIK, 2008). Para a circulação de pessoas que utilizam apoio para locomoção em pé, considera-se: largura de 0,75m para uso de bengala unilateral; 0,85m para uso de andador rígido; 0,90m para utilização de duas bengalas ou andador com rodas, ou para deslocamento com cão-guia, como ilustrado na Figura 5:

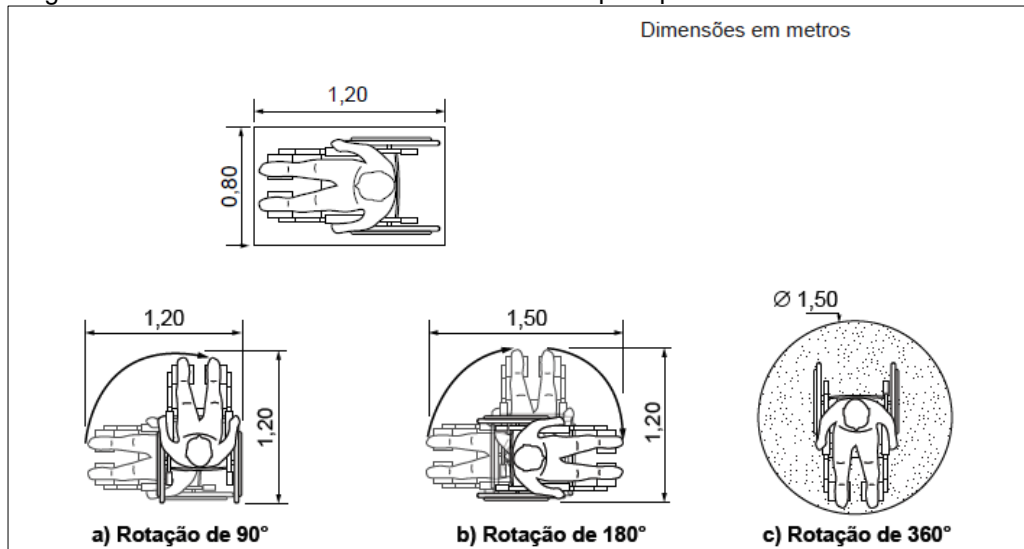
Figura 5 – Dimensões referenciais para deslocamento de pessoas em pé



Fonte: ABNT NBR:9050 (2015, p. 7-8)

Para o uso de cadeira de rodas, em linha reta a NBR 9050 (2015) indica a utilização de um módulo de 0,80m x 1,20m. Já para a área de manobra da cadeira de rodas, sem deslocamento, devem-se considerar dimensões de 1,20 x 1,20m para rotação em 90°; 1,50 x 1,20m para rotação em 180°; e uma circunferência de 1,50m de diâmetro para rotação em 360°, conforme mostra a Figura 6:

Figura 6 – Dimensões do módulo de referências para pessoas em cadeiras de rodas



Fonte: ABNT NBR:9050 (2015)

Além de considerar as dimensões referenciais para pessoas em deslocamento em pé e em cadeira de rodas, a norma apresenta os parâmetros para o alcance manual de pessoas em duas posições: sentadas ou em pé. A Figura 7 apresenta essas referências. Também considera o cone de alcance visual de uma pessoa em pé, em relação a uma pessoa sentada em uma cadeira de rodas, conforme mostra a Figura 8. Esse tipo de parâmetro é relevante no estudo da percepção das pessoas em situações diversas frente à exposição de objetos, placas informativas, sinalização de emergência, etc., principalmente em espaços públicos como museus, *shoppings centers*, hotéis, galerias de arte.

Figura 7 – Referência de alcance manual frontal nas posições em pé e sentado

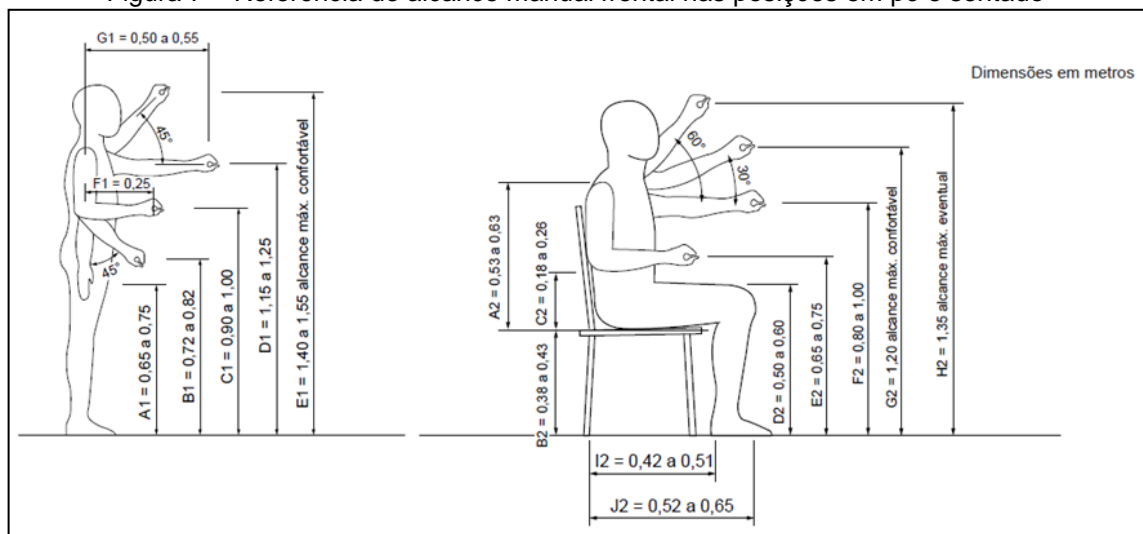
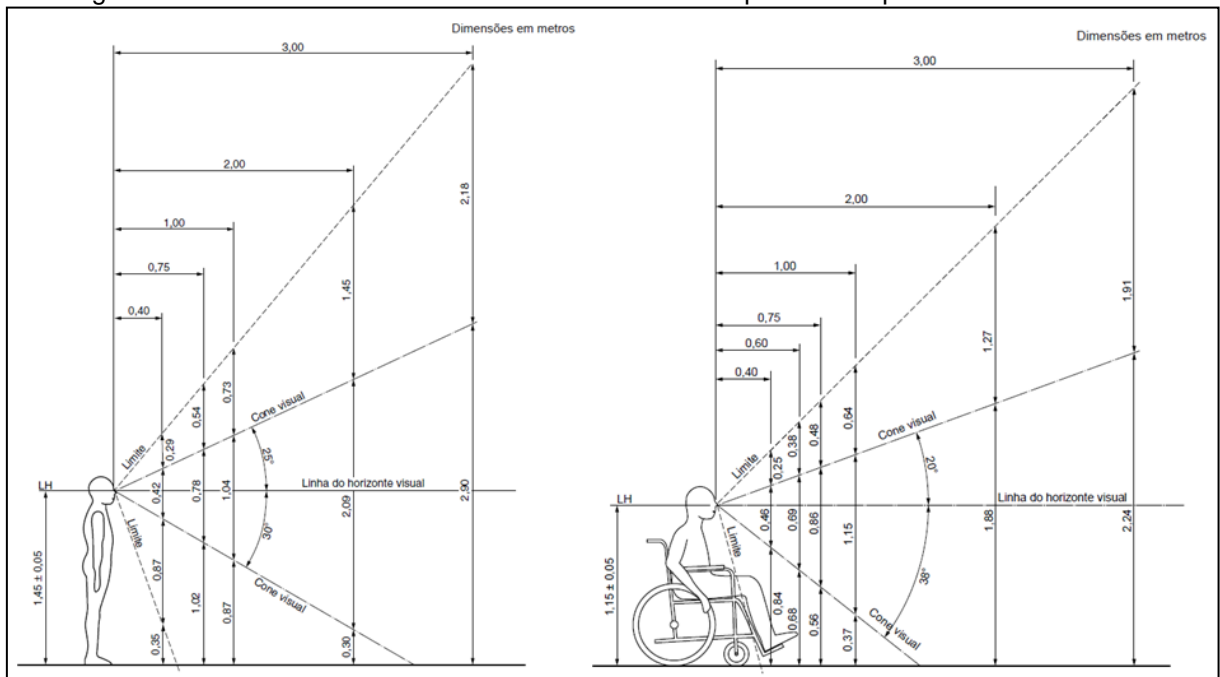


Figura 8 – Referência de alcance do cone visual de uma pessoa em pé e de um cadeirante

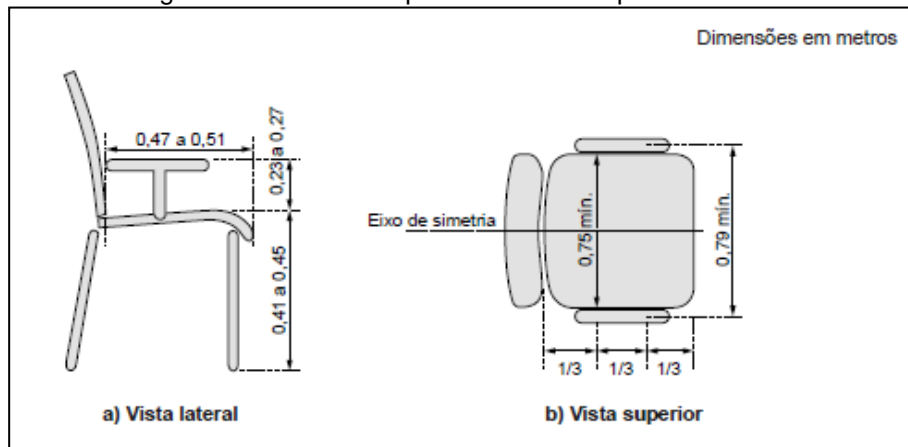


Fonte: ABNT NBR:9050 (2015, p. 27- 29)

Para orientação de pessoas com deficiência visual ou baixa-visão, a NBR 9050 (ABNT, 2015) determina a instalação de piso tátil, caracterizado por textura – por meio de relevos - e cor contrastante em relação ao piso adjacente. Esse piso deve ser instalado “quando da ausência ou descontinuidade de linha-guia identificável, em ambientes internos ou externos, para indicar caminhos preferenciais de circulação” (ABNT, 2015, p. 49). Existem dois tipos: direcional, instalado no sentido de deslocamento das pessoas; e alerta, que deve ser utilizado para indicar desníveis ou situações de risco; orientar o posicionamento da pessoa para o uso de equipamentos; informar mudanças de direção ou opções de percurso; indicar o início e o término de degraus, escadas e rampas, e de travessias de pedestres (ABNT, 2015).

Outro ponto a ser observado vai de encontro à determinação da Lei nº 5.296/2004, de que “teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, casas de espetáculos, salas de conferências e similares [...]” (BRASIL, 2004, capítulo IV, seção II, art.23) tenham destinados, no mínimo, 2% dos assentos para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, incluindo obesos, os quais devem estar devidamente sinalizados e conforme os padrões das normas técnicas de acessibilidade da ABNT. Dessa maneira, a NBR 9050 (ABNT, 2015) estabelece que os assentos para pessoas obesas devem ter dimensões e resistência adequadas para acomodá-los de forma confortável, como ilustra a Figura 9:

Figura 9 – Dimensões para assentos de pessoas obesas



Fonte: ABNT NBR:9050 (2015, p. 25)

Abrangendo os demais tipos de deficiência, a NBR 9050 determina ainda o tipo de sinalização que deve ser considerada para edificações e mobiliários, seja de uso permanente – utilizada em áreas de função já determinada; ou temporário – sinalizações que podem ser alteradas periodicamente ou provisórias, seguindo duas categorias: direcional ou informativa, ou de emergência. A Figura 10 apresenta o quadro-geral dessas orientações. Os tipos de sinalização devem levar em consideração preceitos de disposição, como: localização, diagramação, altura e contraste, além de apresentar informações essenciais e linguagem adequada para facilitar a acessibilidade e a legibilidade de todas as pessoas principalmente em ambientes construídos (ABNT, 2015).

Figura 10 – Aplicação de Sinalizações e formas de informação

Aplicação	Instalação	Categoria	Tipos		
			Visual	Tátil	Sonora
Edificação/ espaço/ equipamentos	Permanente	Direcional/ informativa			
		Emergência			
	Temporária	Direcional/ informativa			
		Emergência			
Mobiliários	Permanente	Informativa			
	Temporária	Informativa			

NOTA As peças de mobiliário contidas nesta Tabela são aquelas onde a sinalização é necessária, por exemplo, bebedouros, telefones etc.

Fonte: ABNT NBR:9050 (2015, p. 32)

As sinalizações, conforme demonstrado, devem ser utilizadas com o princípio de, no mínimo, dois sentidos, ou no caso de sinalizações de emergência de instalação permanente de forma visual, tátil e sonora. Dentro da sinalização tátil, apresentam-se os textos em Braille; da sonora, sons na forma de informações verbais ou não, os quais devem distinguir entre sinais de localização, advertência e instrução; e a visual, refere-se a textos adequados às premissas de dimensionamento e contraste, com o uso de símbolos que sejam compreensíveis até mesmo para pessoas com baixa visão (ABNT, 2015).

Além da norma 9050, a NBR 15599 estabelece diretrizes para a acessibilidade “em comunicação na prestação de serviços, consideradas as diversas condições de percepção e cognição, com ou sem a ajuda de tecnologia assistiva ou outra que complemente necessidades individuais.” (ABNT, 2008, p. 1), seguindo preceitos do Desenho Universal, voltadas à emissão e à recepção de mensagens. Além disso, orienta que os serviços de informações devem ser oferecidos em língua portuguesa, em Libras, em Libras tátil ou em campo visual reduzido. No caso de textos, devem atender às condições da NBR 9050 para possibilitar a legibilidade e o entendimento das informações (ABNT, 2008).

Em locais acessíveis, ou seja, edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos livres de barreiras e utilizáveis por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, indica-se o uso do Símbolo Internacional de Acesso (SIA), adotado no Brasil em 1985 pela Lei nº 7.405 e ratificado pela NBR9050, conforme a Figura 11. Essa sinalização deve ser colocada em local visível e utilizada principalmente em: acessos; vagas de estacionamento; áreas de embarque e desembarque de passageiros; sanitários; áreas de resgate, refúgio, ou saída de emergência; áreas reservadas para pessoas em cadeiras de rodas; equipamentos e mobiliários preferenciais, reservados a pessoas com deficiência (ABNT, 2015).

Figura 11 – Símbolo Internacional de Acesso



Fonte: ABNT (2015, p. 39)

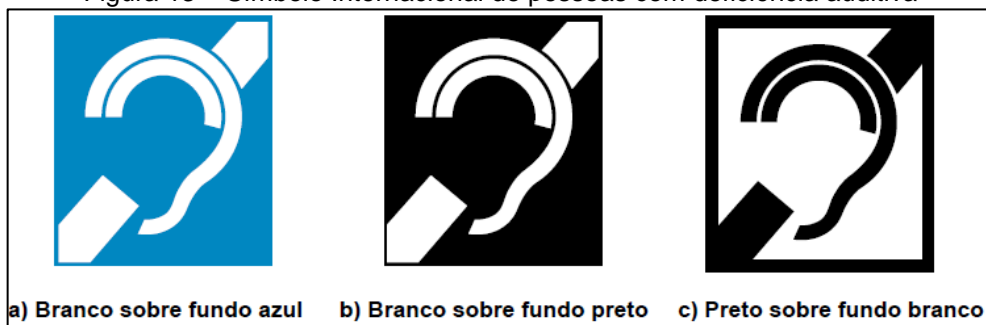
A norma NBR 9050 (ABNT, 2015) ainda prevê símbolos específicos para identificação de acessibilidade a pessoas com deficiência visual ou auditiva, conforme indicam as Figuras 12 e 13, abaixo. Além disso, ainda estão previstos na norma símbolos complementares que podem ser utilizados para indicar casos como de gravidez, pessoa com criança de colo, idoso, obesidade, pessoa com mobilidade reduzida, pessoa com deficiência visual acompanhada de cão-guia.

Figura 12 – Símbolo Internacional de pessoas com deficiência visual



Fonte: ABNT (2015, p. 40)

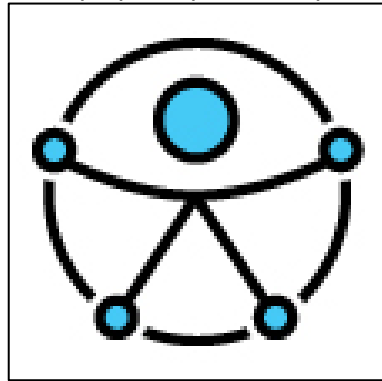
Figura 13 – Símbolo Internacional de pessoas com deficiência auditiva



Fonte: ABNT (2015, p. 40)

Contudo, considera-se que a diferenciação de símbolos pode gerar discriminações, além de que, muitas vezes, pessoas com deficiências intelectual ou múltipla podem não se identificar com a sinalização. Dessa maneira, dá-se ênfase ao símbolo criado pela ONU em 2015, indicado na Figura 14, substituindo a imagem anterior representada por uma pessoa sentada em uma cadeira de rodas. Na nova proposta, desenvolvida pela Unidade de Desenho Gráfico do Departamento de Informação Pública das Nações Unidas, o logotipo refere-se além da acessibilidade física, às informações, serviços e tecnologias de comunicação (ONU, 2017).

Figura 14 – Novo Símbolo proposto pela ONU para indicar Acessibilidade



Fonte: ONU (2017)

Nesse sentido, destaca-se a iniciativa por seu *design* imparcial, que simboliza a inclusão. A ideia, segundo a Organização das Nações Unidas tem um alcance global transmitido pelo contorno circular e as conexões representam a harmonia entre a sociedade (ONU, 2017). A figura humana representada no logotipo, que remete ao “homem vitruviano”, simboliza a inclusão de pessoas com todos os níveis de capacidades, de todos os lugares. Assim, considera-se que a utilização de um símbolo mais abrangente e neutro reduziria barreiras e segregações entre a diversidade humana e iria de encontro ao propósito da inclusão social.

As normas brasileiras, apesar de não serem obrigatórias, apresentam orientações e princípios desejáveis, como qualidade, segurança, eficiência, etc. No âmbito da acessibilidade, destaca-se que muitos decretos exigem o cumprimento do disposto em determinadas normas, como o caso da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015a). A partir desse apanhado teórico, de políticas públicas, leis e normas relacionadas ao tema, apresenta-se a seguir o percurso metodológica desta pesquisa.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

A partir da fundamentação teórica e das reflexões sobre o tema de pesquisa, tem-se a apresentação do desenvolvimento metodológico. Para tanto, de acordo com seu campo epistemológico, identifica-se a sua natureza e descreve-se de maneira detalhada os procedimentos utilizados. Dessa maneira, tem-se seu caráter científico com a finalidade de responder ao problema de pesquisa proposto e ao objetivo específico de realizar diagnóstico da acessibilidade urbana, arquitetônica, de comunicação e informação em equipamentos de turismo cultural em Caxias do Sul, no que se refere aos museus administrados pela Prefeitura Municipal.

4.1 NATUREZA DA PESQUISA

Esta pesquisa aplicada apresenta abordagem baseada nas barreiras tangíveis e intangíveis, tendo como sujeito a pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, considerado como o ator no processo de mudança social. “Enquanto nas ciências da natureza o objeto de estudo é algo exterior ao homem, nas ciências sociais o homem é o sujeito e o objeto ao mesmo tempo.” (SELL, 2013, p. 108). Apoiar-se na abordagem metodológica de Max Weber, ou seja, na ‘metodologia compreensiva’, fundamentalmente por sua aproximação à sociologia urbana, dando destaque aos modelos de ‘tipos ideais’ (SELL, 2013; CÉSAR, 2011).

Dessa maneira, adota-se o conceito da **ação social referente a fins**, que é “determinada por expectativas quanto ao comportamento de objetos do mundo exterior e de outras pessoas [que] [...] funcionam como ‘condições’ ou ‘meios’ para alcançar fins próprios, ponderados e perseguidos racionalmente, como sucessos” (SELL, 2013, p. 115). Segundo Sell (2013, p. 117), a partir dessa análise, “passando pela interação entre os indivíduos (relações sociais) e sua estabilização normativa (ordem legítima), chega-se até as organizações, instituições e estruturas sociais”. Nesse percurso, enquadra-se o desenvolvimento desta pesquisa.

Caracteriza-se por uma abordagem metodológica qualitativa, a qual “[...] dedica-se a perceber tal problemática para além dos levantamentos quantitativos usuais, que nem por isso deixam de ter sua importância”, mas que pode ser secundada por tais (DEMO, 2002, p. 17). Como roteiro para o desenvolvimento desta pesquisa, tem-se uma breve orientação para a avaliação qualitativa:

Primeiro, será essencial discernir [...] horizontes acessíveis à avaliação qualitativa, por exemplo: até que ponto está em jogo algum espaço da formação da cidadania [...]; até que ponto a instituição representa a consolidação de um caminho democrático na sociedade, na região, na comunidade. Segundo, é indispensável estabelecer um roteiro de avaliação que permita a exploração aprofundada e convivente do fenômeno participativo, para não se ficar apenas na análise de procedimentos burocráticos (DEMO, 2002, p. 57).

“Por qualidade científica entendemos predominantemente a perfeição metodológica, o domínio dos instrumentos teóricos e experimentais, o traquejo em técnicas de coleta e mensuração de dados.” (DEMO, 2002, p. 6). Dessa maneira, faz-fundamental o levantamento bibliográfico crítico sobre produções científicas nacionais e internacionais, que contextualizem com o tema abordado nesta pesquisa. Esse levantamento serviu como base para o referencial teórico apresentado nos capítulos anteriores, além de apresentar as discussões e pesquisas já realizadas acerca do tema proposto.

4.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para possibilitar o desenvolvimento desta pesquisa dentro do caráter e abordagem propostos, realizou-se inicialmente uma revisão de literatura e uma pesquisa exploratória para o levantamento da produção científica com relação pertinente ao tema de estudo. Concomitantemente, fez-se uma pesquisa bibliográfica acerca da acessibilidade relacionando-a ao Turismo e à hospitalidade urbana, às barreiras e ao desenho universal; identificando ainda leis, normas e políticas públicas voltadas ao Turismo acessível. Com essas etapas foi possível identificar o estado da arte atual sobre o tema, reforçar a pertinência da pesquisa, bem como suas delimitações e contribuições.

Durante a **revisão de literatura**, extraíram-se dos anais de dois dos principais eventos científicos do Turismo no país, entre os anos de 2003 e 2016, os trabalhos relacionados ao tema. Nesse percurso fez-se também a sistematização do Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes. Em ambas as pesquisas, empregaram-se como termos de busca: ‘acessibilidade’; ‘pessoas com deficiência’; ‘mobilidade reduzida’; ‘turismo inclusivo’, definidos em função de sua aproximação com o objeto de pesquisa. Em alguns casos, fez-se necessário considerar variações dos termos para abranger trabalhos relacionados com o tema.

Percebeu-se que os resultados abordam a temática desde a relação com a hotelaria, os destinos e equipamentos turísticos, o patrimônio cultural, a hospitalidade, o lazer, etc., analisados em diversas regiões do país. Porém, esperava-se encontrar um número maior de trabalhos, principalmente nos anos mais recentes, pela relevância social, moral e cívica da inclusão de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Talvez se fizesse necessária a inclusão de outros termos para a busca, porém, no momento inicial, acreditava-se que esses apresentariam o resultado esperado. Assim, pelas múltiplas abordagens do Turismo, considera-se que a acessibilidade neste campo ainda é pouco explorada.

Além disso, realizou-se a pesquisa na base de dados de seis das principais revistas da área do Turismo: *Annals of Tourism Research*, *Estudios y Perspectivas en Turismo*, *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, *Caderno Virtual de Turismo (UFRJ)*, *Revista Turismo – Visão e Ação (Univali)* e *Revista Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade (Ucs)*. Esse recorte deu-se a partir da avaliação Qualis/Capes dentro dos índices A1, A2, B1 e B2, visando incluir periódicos em inglês, espanhol e português. Utilizaram-se as palavras-chave: acessibilidade, turismo acessível/inclusivo, pessoas com deficiência e mobilidade reduzida nos três idiomas acima citados. Dentre os resultados obtidos, foram selecionados trabalhos pertinentes ao tema desta pesquisa, utilizando alguns como referência.

A fim de embasar o debate teórico-conceitual desta dissertação, fez-se a **pesquisa bibliográfica**, sistematizada e apresentada no primeiro capítulo, acerca das inter-relações do Turismo, enquanto área do conhecimento, e as temáticas da hospitalidade urbana e do espaço urbano. O levantamento, principalmente, de livros e artigos possibilitou a delimitação do olhar dentro dos diversos vieses e entendimentos sobre essa área do conhecimento, a fim de conduzir às relações com a acessibilidade. Este tema também foi abordado a partir do entendimento da transição do 'homem-padrão' ao 'desenho universal', e do conflito com as barreiras tangíveis e intangíveis existentes no meio urbano, de acordo com o contexto proposto. Além disso, inseriu-se a pesquisa a leis, normas e políticas públicas federais relevantes ao desenvolvimento da pesquisa.

Apesar de se ter realizado uma pesquisa detalhada, em bases de dados nacionais e estrangeiras, não se teve como objetivo abordar os assuntos propostos à exaustão. Principalmente com relação ao Turismo, utilizou-se como base teórica textos trabalhados durante as disciplinas do Mestrado e indicações de professores.

Buscou-se apresentar referências contemporâneas e relevantes, que contribuíssem para o desenvolvimento da pesquisa. Apesar da limitação de bibliografias que relacionem o turismo acessível, ressalta-se que a acessibilidade pode ser considerada um tema emergente, ao qual indica-se a realização de novas abordagens e análises.

A pesquisa bibliográfica estendeu-se também aos demais capítulos, servindo como base teórica para as discussões apresentadas no decorrer do desenvolvimento da pesquisa. A partir dessas etapas iniciais, fez-se a **caracterização dos atores sociais** envolvidos. De maneira descritiva, apresentam-se dados qualitativos e quantitativos sobre pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, em que se realiza um resgate histórico sobre a evolução dos termos, uma visão geral sobre a abrangência das categorias de cada deficiência, bem como a identificação das condições das pessoas com mobilidade reduzida. Para realizar o recorte social sobre os sujeitos da pesquisa, realizaram-se entrevistas com pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida com o intuito de identificar as barreiras percebidas por elas no meio urbano, especificamente, se aplicável, a ambientes culturais e atividades turísticas.

A **entrevista** é “utilizad[a] na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.” (MARCONI, LAKATOS, 2003, p. 195). Dentre os objetivos possíveis e esperados, esse procedimento é utilizado para conhecer a opinião de determinadas pessoas sobre os fatos investigados. Utilizam-se, neste caso, entrevistas estruturadas, para as quais segue-se um roteiro pré-determinado de perguntas. Com isso, de acordo com Marconi e Lakatos (2003) tem-se uma padronização de perguntas diretas, a qual possibilita comparar as respostas dos entrevistados.

Os respondentes caracterizam-se por serem residentes de Caxias do Sul e região, e sua escolha deu-se por tipicidade, a partir do contato inicial a instituições locais que atendem pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, a saber: Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais – Apadev; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae; Associação Regional de Deficientes Físicos - A/Rampa; e Associação Helen Keller – ASHK. Essas entidades foram selecionadas a partir de um guia sobre direitos, serviços e acessos a pessoas com deficiência, desenvolvido pela Prefeitura Municipal e, juntas, atendem a mais de 675 usuários, justificando sua relevância e abrangência.

Nessas entidades não governamentais, foram selecionadas pessoas que voluntariamente se disponibilizaram a participar da entrevista, obtendo-se ao todo 24 respostas, entre homens e mulheres. As entrevistas foram realizadas pessoalmente e individualmente com cada um dos sujeitos, em horários pré-agendados, durante o mês de dezembro de 2018 e janeiro de 2019. Optou-se por fazê-las nas respectivas instituições de apoio – locais que fazem parte da rotina dos entrevistados para seu maior conforto, segurança e comodidade. Utilizou-se como ferramenta a transcrição imediata das respostas, na íntegra. Em alguns casos fez-se necessário o acompanhamento um mediador, conforme as normas das respectivas instituições.

Para fins éticos e acadêmicos, utilizou-se um termo de consentimento aos participantes, conforme Apêndice A, no qual foram coletadas suas assinaturas para viabilizar a utilização de seus depoimentos. Em caso de respondentes com menos de 18 anos (menores de idade) ou com deficiência intelectual, foi colhida a anuência dos pais ou responsáveis. Optou-se por utilizar pseudônimos para nomear os sujeitos, visando manter o sigilo sobre sua identidade. Para tanto, cada respondente foi identificado pela letra R e um número correspondente, de acordo com a ordem de realização das entrevistas, ficando os nomes totalmente resguardados apenas nos termos de consentimento, com o intuito de dar confiabilidade à pesquisa e à participação dos entrevistados.

O roteiro das entrevistas pode ser dividido em duas partes: a primeira era composta por questões que visavam identificar o perfil do respondente, com indicação de gênero, faixa etária, grau de instrução e tipo de deficiência. Já na segunda parte fez-se cinco perguntas objetivas, que procuravam saber dos entrevistados: 1) se são enfrentadas dificuldades para locomover-se na cidade e utilizar equipamentos urbanos; 2) sobre o hábito de realizar atividades turísticas e para identificação dos locais visitados, em caso afirmativo; 3) quais as barreiras encontradas nessas atividades; 4) se já foi realizada visitação a museus em Caxias do Sul; e, por fim, 5) se a acessibilidade é considerada importante em atrativos turísticos.

Para analisar as repostas obtidas optou-se por utilizar da metodologia, de cunho qualitativo, da análise textual discursiva. Para tanto, conforme indicam os autores Moraes e Galiuzzi (2007), os argumentos foram organizados em quatro focos. Primeiro realizou-se a desmontagem dos textos. Nos arquivos de transcrição das entrevistas, fez-se a marcação com grifos coloridos dos enunciados repetidos entre as falas dos entrevistados. Essa etapa tem por objetivo a unitarização, examinando

“os textos em seus detalhes, fragmentando-os no sentido de atingir unidades constituintes” (MORAES, GALIAZZI, 2007, p. 11). Em congruência a isso, estabeleceu-se relações entre as unidades de base, a partir do foco das perguntas realizadas, para resultar na categorização das respostas.

Assim, sistematizou-se um quadro síntese a partir de cinco categorias: Desafios, Turismo, Barreiras, Museus e Acessibilidade, estabelecidas *a priori* devido sua relevância aos temas da pesquisa. Com isso, apresentaram-se as respostas desses sujeitos, com base em seu tipo de deficiência, em que se pode analisar a percepção das barreiras encontradas no contexto das cidades, dos equipamentos urbanos, das atividades turísticas, bem como sua consciência pela relevância da acessibilidade em atrativos. Pode-se ainda perceber, por essas entrevistas, as demandas desses sujeitos aos museus de Caxias do Sul, principalmente os municipais, as quais podem refletir-se aos mais diversos âmbitos da sociedade.

A partir dessa sistematização, foi possível a síntese e uma nova construção, relacionando as falas aos conteúdos explorados. Com isso, formou-se um metatexto analítico que se constitui da descrição e da interpretação das entrevistas, conforme orientação de Moraes e Galiazzi (2007). Esse processo foi imprevisível e tem como resultado final uma síntese criativa e original. Isso porque, “A multiplicidade de significados que é possível construir a partir de um mesmo conjunto de significantes tem sua origem nos diferentes pressupostos teóricos que cada leitor adota em suas leituras” (MORAES, GALIAZZI, 2007, p. 15). Com base nessa compreensão, foi possível ajustar ao olhar para o desenvolvimento da etapa seguinte.

No sexto capítulo, abordam-se os **tipos ideais** como parâmetros de observação em turismo acessível, a partir da apreciação dos museus como atrativos do turismo cultural. “A construção de tipos ideais tem como finalidade compreender a realidade. Eles são hipóteses de pesquisa que visam dar ao cientista elementos para pensar como poderia ser o curso das ações e acontecimentos em relação ao tipo formulado.” (SELL, 2013, p. 112). Essa definição não tem o intuito de tornar inflexível o objeto de estudo, mas estabelecer modelos conceituais. Assim, entre diversas possibilidades de contextos a serem analisados, foram analisados três museus como experiências exitosas, definidas a partir de escalas de referência de âmbito nacional, estadual e local.

Define-se como recorte para fundar o modelo ideal, a pesquisa à Pinacoteca do Estado de São Paulo, o Museu de Arte do Rio Grande do Sul – Margs e o Instituto

Hércules Galló, respectivamente. A escolha dos locais, entre tantas instituições museológicas do país, delimitou-se, em suma, pela presença de temáticas comuns de âmbito cultural, pela locação em edificações históricas que foram adaptadas em sua estrutura física para permitir a acessibilidade e a visitação por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e por pesquisas e visitas prévias. Dessa maneira, considera-se possível o entendimento de diferentes escalas, investimentos e recursos acessíveis.

Para avaliar as condições de acessibilidade encontradas nesses locais, foram definidos três níveis de atendimento às condições ideais: plena/total, parcial/satisfatória e insuficiente/inexistente. Apesar de considerar-se que apenas as condições plenas representem a acessibilidade total e possam configurar um local como acessível, estabelece-se o critério “parcial/satisfatório” para impulsionar iniciativas ou soluções que possibilitem o uso, o acesso ou a interação de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, ainda que não em condições totalmente ideais. Nesses casos considera-se, por exemplo, a existência de acessibilidade em acessos secundários, quando não é possível adaptar o acesso principal.

Os parâmetros de observação basearam-se em recursos físicos internos e externos e comunicacionais; mobiliários e equipamentos; horário de funcionamento; ingresso; e informações. Dessa maneira, recursos acessíveis relacionam-se à acessibilidade plena/total; os incompletos ou parcialmente adequados foram considerados satisfatórios e recursos inexistentes ou em desacordo à legislação, insuficientes. Para contrapor as condições encontradas, fez-se um quadro síntese dos tipos ideais analisados. A partir disso, e visando ressaltar as boas práticas, apoiadas às orientações de normas técnicas, leis e políticas públicas vigentes, criou-se uma definição de condições ideais de microacessibilidade¹¹ para museus.

A partir da definição do tipo ideal, apropriou-se dessas condições, para análise censitária dos museus administrados pela Prefeitura de Caxias do Sul, conforme recorte proposto para os **objetos de estudo**. São eles: Casa de Pedra, da Uva e do Vinho, de Ex-Combatentes da Feb na II Guerra Mundial, do Imigrante e Municipal como objetos de estudo desta pesquisa. Nesses locais, realizou-se uma **pesquisa de levantamento**, em três momentos: o primeiro, inicial, para o conhecimento dos

¹¹ A microacessibilidade pode ser relacionada ao que “acontece entre o ponto de parada e os destinos finais” (VASCONCELLOS, 2018, p. 42). Neste caso, relaciona-se à chegada dos visitantes aos museus, seja qual for o meio de locomoção.

museus municipais e de suas condições de acessibilidade; o segundo para a realização do pré-teste em que se avaliou o roteiro de inspeção elaborado, apresentado na etapa de qualificação do projeto de dissertação; e por fim, o momento de análise minuciosa e levantamento de dados para a sistematização das potencialidades e fragilidades de cada local.

Durante essas visitas para coleta de dados, realizou-se o registro fotográfico e observação direta *in loco*, analisando as condições de acessibilidade e as eventuais barreiras arquitetônicas existentes. Para tanto, utilizou-se um roteiro de inspeção previamente estruturado (Apêndice B), elaborado a partir da cartilha (volume II) do MTur sobre Turismo Acessível (BRASIL, 2009b). As condições gerais de acessibilidade dos locais, avaliadas quanto sua qualidade a partir da análise dos tipos ideais, aplicam-se a: recursos físicos internos; recursos comunicacionais; mobiliários e equipamentos; horário de funcionamento; taxa de adesão; via de acesso; estacionamento; banheiros; e informações e sinalizações.

Além da verificação das condições de acessibilidade no local, realizou-se uma entrevista estruturada com um gestor da divisão dos museus municipais de Caxias do Sul. Esse procedimento seguiu os mesmos preceitos éticos e sigilosos dos realizados com as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, destacados anteriormente, utilizando do mesmo termo de consentimento livre e esclarecido. A entrevista com esse sujeito foi realizada no Museu Municipal, em horário pré-agendado. Suas respostas foram gravadas, com sua autorização, e transcritas na íntegra. Foram realizadas sete perguntas diretas, previamente elaboradas.

Nesse caso, tinha-se como objetivo a verificação da demanda de visitação de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida às instituições museológicas administradas pela Prefeitura Municipal. Além disso, buscou-se identificar as barreiras percebidas pelos gestores para a visitação desse público nos locais; as estratégias, planos e projetos propostos ou adotados para adaptação dos museus municipais para torna-los acessíveis, bem como o principal desafio encontrado para esse processo. Esse procedimento foi colaborativo à pesquisa de levantamento, com o objetivo de compreender a percepção do poder público do município quanto à relevância do tema, das iniciativas de acessibilidade e de inclusão no turismo cultural de Caxias do Sul.

Com base no levantamento de caráter qualitativo, foi possível o **diagnóstico** da acessibilidade nos locais indicados e a montagem de diretrizes para uma política pública de inclusão social. Assim, espera-se contribuir com as discussões acerca do

turismo inclusivo e do planejamento turístico de espaços urbanos hoteleiros voltado também às necessidades de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, considerando toda a gama de visitantes e de “consumidores do lugar”. Além disso, esta pesquisa tem o intuito de trazer à discussão a relevância da acessibilidade e da inclusão social de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nos diversos âmbitos da sociedade, inclusive no turismo.

5 PESQUISA COM OS ATORES SOCIAIS

Tem-se como escala nesta pesquisa a identificação de seus sujeitos – pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida - como atores sociais. Para caracterizá-los reflete-se, inicialmente, sobre a inclusão social. Essa, segundo Romeu Sasaki (1997, p. 41), pode ser definida como o “processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sintomas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumirem seus papéis na sociedade”. Nesse sentido, pode ser considerada uma das demandas atuais às políticas públicas, em que se exige adaptações ao contexto urbano atual.

Dessa maneira, entende-se que a inclusão social visa oportunidades iguais a todas as pessoas, sem exceção, para que estas exerçam sua cidadania sem que existam barreiras ou discriminações dentro desta sociedade. “O (re) conhecimento da pluralidade das formas humanas e da semântica que nos faz sujeitos conscientes de seu próprio corpo no espaço, são essenciais para uma mudança de olhar e de um fazer inclusivo” (CARDOSO; CUTY, 2012, p. 12). Essas considerações vão ao encontro ao fato de que, de acordo com um levantamento realizado pelas Nações Unidas, aproximadamente 10% da população mundial vive com algum tipo de deficiência (ONU, 2014).

Além disso, vale-se do saber que a Constituição Federal de 1988 assegura a todos os cidadãos – brasileiros ou estrangeiros residentes no país - o direito à vida, à igualdade, à liberdade, à segurança e à propriedade, e a República Federativa do Brasil rege-se, entre outros princípios, pela prevalência dos direitos humanos (BRASIL, 1988). Esses devem ser garantidos sem nenhuma forma de discriminação, sobretudo pela determinação de que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (BRASIL, 1988, capítulo I, art. 5º).

Nesse contexto, Cardoso e Cuty (2012, p. 24) defendem que “na imagem cotidiana da intolerância contra as diferenças nos modos de ver, de se mostrar, de interagir com o outro e com seus contextos, o debate sobre direitos construídos e, portanto, não naturais, é indiscutivelmente bem-vindo”. Dessa maneira, neste capítulo, discorre-se sobre a inclusão diretamente associada à mobilidade - enquanto direito social, ético e moral - de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, com a análise suas características e considerações relativas, além do âmbito legal, para que, posteriormente, seja possível a reflexão sobre as relações de acessibilidade.

5.1 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Nesta pesquisa, ao tratar de um viés da inclusão social, direcionam-se os esforços da discussão aos direitos das pessoas com deficiência. A Organização das Nações Unidas, em 1975, por meio da Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes determina que “o termo ‘pessoa deficiente’ refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência, congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais” (BRASIL, 1975, p. 1).

Desde as antigas civilizações até o final do século XX, essas pessoas viviam em um regime de exclusão social, sendo comumente separadas do convívio com a sociedade, e muitas vezes levadas a instituições específicas para tratamento ou acolhimento permanente (CARDOSO; CUTY, 2012). Além disso, a maioria dos termos utilizados para caracterizá-las tinham conotações negativas e até mesmo pejorativas, com o uso de palavras como: ‘aleijadas’, ‘incapazes’, ‘defeituosos’, ‘inválidas’ (SASSAKI, 2003). Dessa maneira, pode-se entender que “[...] a discriminação à pessoa com deficiência é um dos problemas sociais que acompanham os homens desde os primórdios da civilização” (CARSO; CUTY, 2012, p. 40).

Pode-se considerar que, com o início das discussões sobre os direitos das pessoas que possuem algum tipo de deficiência em meados da década de 1970, agregado ao Ano Internacional de Atenção à Pessoa com Deficiência (1981), as sociedades passaram a ser mais inclusivas. Isso porque a referida Declaração determina que todas essas pessoas, sem exceção, tenham seus direitos garantidos, reafirmando os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos¹² (ONU, 2016). Nessa época até o início do século XXI, entrou em uso comum as expressões ‘portadores de deficiência’, ‘pessoas com/ portador de necessidades especiais’.

No Brasil, até o ano de 2007, em muitas leis utilizava-se o termo ‘pessoa portadora de deficiência’. Porém esse entrou em desuso a partir da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência realizada pela Organização das Nações Unidas - ONU em 2006, ratificado pelo Governo brasileiro,

¹² A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi proclamada pela ONU em Assembleia realizada em Paris no ano de 1948, como uma norma comum da proteção dos direitos humanos, a ser alcançada por todos os povos e nações.

em 2008 (SASSAKI, 2003). Com isso, passou a ser utilizada a denominação de ‘pessoas com deficiência’ (BRASIL, 2008). Esse termo, segundo Sasaki (2003) agrega valores de empoderamento, ou seja, o “uso do poder pessoal para fazer escolhas, tomar decisões e assumir o controle da situação de cada um” e o “da responsabilidade de contribuir com seus talentos para mudar a sociedade rumo à inclusão de todas as pessoas, com ou sem deficiência” (SASSAKI, 2003, sp).

Essa evolução de termos, condizente com os valores correntes em cada sociedade, foi sistematizada por Sasaki (2003) e adaptada no Quadro 3. Dessa maneira, apresenta-se a trajetória da atenção às pessoas com deficiência ao longo dos anos, no contexto brasileiro:

Quadro 3 – Evolução dos termos usados no Brasil para denominar pessoas com deficiência

ÉPOCA	TERMOS E SIGNIFICADOS
No começo da história, durante séculos.	Inválidos, indivíduos sem valor. Aquele que tinha deficiência era tido como socialmente inútil, um peso morto para a sociedade, um fardo para a família, alguém sem valor profissional.
Século XX até 1960	Incapacitados, indivíduos sem capacidade, e, mais tarde, passou a significar indivíduos com capacidade residual: Considerava-se que a deficiência eliminava ou reduzia a capacidade da pessoa em todos os aspectos: físico, psicológico, social, profissional, etc.
De 1960 a 1980	Defeituosos: indivíduos com deformidades (principalmente física) Deficientes: indivíduos com deficiência Excepcionais: indivíduos com deficiência intelectual
De 1981 até 1987	Pessoas deficientes: Pela primeira vez o substantivo “deficiente” passou a ser utilizado como adjetivo, sendo-lhe acrescentado o substantivo pessoas.
De 1988 a 1993	Pessoas portadoras de deficiência: Termo que, utilizado somente em países de língua portuguesa, foi proposto para substituir o termo Portadores de deficiência.
De 1993 a 2006	Pessoas com necessidades especiais: o termo surgiu como uma tentativa de amenizar a contundência da palavra “deficiente”. A expressão também chegou a ser reduzida a “pessoas especiais”, constituindo um eufemismo dificilmente aceitável para designar um segmento da população.
2007 até hoje	Pessoas com deficiência: passa ser o termo cada vez mais aceito, agregando valores a essas pessoas.

Fonte: adaptado de Sasaki (2003)

Acredita-se que, no momento atual, o termo “pessoa com deficiência” seja o mais aceito e adequado para designar aqueles que apresentem “algum tipo de impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial [...] o qual pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2015a, capítulo I, art. 2º). O Decreto nº 5.296 (BRASIL, 2004, capítulo II, art. 5º, inciso I) define quatro categorias para enquadrar essas limitações ou incapacidades para desempenho de atividades das pessoas com deficiência, podendo ser múltiplas e definidas conforme o Quadro 4:

Quadro 4 – Categorias dos tipos de deficiência segundo a Lei nº 5.296/2004

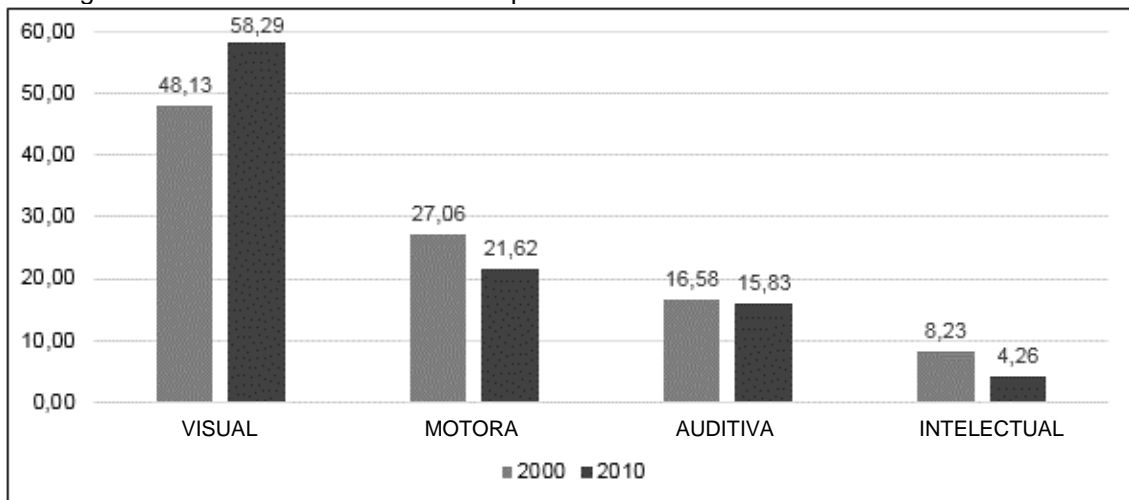
Deficiência física	Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções
Deficiência auditiva	Perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz
Deficiência visual	Cegueira, na qual a percepção visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60o; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores
Deficiência intelectual	Funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização dos recursos da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho

Fonte: BRASIL (2004, art. 5º).

No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, mais de 45,6 milhões, ou seja, cerca de 24% dos residentes possuem algum tipo de deficiência (IBGE, 2011). A coleta de dados sobre as pessoas com deficiência no país, pelos Censos Demográficos, passou a ser obrigatória em 1989, com a Lei nº 7.853 (BRASIL, 1989), que visou o apoio a essas pessoas e sua integração social. Porém, apenas no Censo realizado pelo IBGE no ano de 2000, foram incluídas perguntas voltadas especificamente aos brasileiros com deficiência, seguindo a orientação da Organização Mundial da Saúde - OMS.

Com esses dados, publicados no ano de 2001, tem-se que 24,6 milhões de pessoas, ou seja, 14,5% da população do país possuía algum tipo de deficiência (IBGE, 2001). Ressalta-se que, entre os anos de 2000 e 2010, houve um crescimento demográfico no país de, aproximadamente, 112%, passando de 169.799.170 para 190.732.694 residentes. Enquanto isso, o aumento no número de pessoas com deficiência nesse mesmo período foi de 185%. No censo de 2010 houve um crescimento no percentual de pessoas acometidas por limitações visuais com relação ao Censo anterior, e a redução proporcional dos demais tipos de deficiência, conforme mostra o gráfico apresentado na Figura 15:

Figura 15 – Gráfico da diversidade de pessoas com deficiência no Brasil – 2000 / 2010



Fonte: IBGE (2001; 2011)

O aumento no número de pessoas com deficiência no Brasil pode ser relacionado à alteração na metodologia adotada para coleta de dados, visto que o primeiro censo com informações mais específicas sobre o tema foi realizado apenas no de ano 2000. Outro fator influente é o aumento da expectativa da vida no país, e a redução da taxa de mortalidade infantil: no início dos anos 2000, a expectativa média de vida era de 70 anos, e a taxa de mortalidade na infância (para crianças até cinco anos) chegava a 29,02 a cada mil nascidos vivos (IBGE, 2001). Já em 2010, a média de vida dos brasileiros passou para 73 anos de idade; e a mortalidade infantil reduziu para 17,22 por mil (IBGE, 2011).

Vale ressaltar que o termo ‘deficiência’ não remete apenas a problemas de origem, ou seja, de nascença; bem como não está relacionado, necessariamente, à incapacidade. Deficiências podem ser adquiridas e, em muitos casos, podem ser minimizadas com o uso de aparatos específicos para cada caso, como o uso de lentes especiais para deficiência visual, aparelhos auditivos, aparatos para locomoção, e até mesmo com o uso de tecnologias assistivas¹³. Assim, deve-se levar em consideração que “qualquer pessoa pode em algum momento ser incapaz de realizar uma atividade devido a fatores ambientais, culturais, ou socioeconômicos.” (DISCHINGER; BINS ELY; PIARDI, 2012, p. 16). Nesse sentido, caracteriza-se ainda enquanto sujeitos desta pesquisa as pessoas com mobilidade reduzida.

¹³ Tecnologias assistivas remetem a qualquer produto, estratégia ou prática que favoreça a autonomia dos indivíduos “desenvolvidas para favorecer e simplificar as atividades do cotidiano”, e utilizadas para compensar ou neutralizar uma deficiência (BERSCH, 2013).

5.2 PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA

Outro enfoque que pode ser considerado complementar ao tratar de inclusão social e acessibilidade, está voltado às pessoas com mobilidade reduzida. Nessa esfera, consideram-se os indivíduos com alguma condição temporal que limita sua capacidade de relacionar-se com o meio, em diferentes níveis de intensidade. Dessa maneira, incluem-se “aquela[s] que tenha[m], por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção”, desde que sua condição não se enquadre nas definições de pessoa com deficiência (BRASIL, 2015a, capítulo I, art.3º).

O Estatuto da Pessoa com Deficiência determina que no grupo de pessoas com mobilidade reduzida estão incluídos obesos, idosos, gestantes, lactantes, pessoas com crianças de colo (BRASIL, 2015a, capítulo I, art.3º). No primeiro caso, considera-se que a obesidade é um distúrbio caracterizado pelo excesso de gordura corporal – tecido adiposo -, que afeta pessoas de todas as idades. Geralmente é causado por maus hábitos alimentares - pelo desequilíbrio entre o consumo de calorias e seu gasto – e pela falta de atividades físicas. É considerado um dos maiores problemas de saúde pública pela Organização Mundial da Saúde, pois se caracteriza como um fator de risco que pode desencadear diversas outras doenças.

Estima-se que no mundo existem atualmente mais de 2 bilhões de pessoas com obesidade ou sobrepeso. A obesidade pode ser diagnosticada por meio do cálculo do Índice de Massa Corporal (IMC) – parâmetro estabelecido pela OMS – que consiste na razão do peso do indivíduo pela sua altura elevada ao quadrado. Se o resultado obtido for maior que 25,0 Kg/m², considera-se como sobrepeso; a partir de 30,0Kg/m² caracteriza-se como obesidade, conforme mostra o Quadro 5:

Quadro 5 – Classificação do IMC para adultos segundo a OMS

	IMC
Abaixo do Peso	menor que 18,5
Normal	18,5 - 24,9
Excesso de Peso	25,0 - 29,9
Obesidade grau I	30,0 - 34,9
Obesidade grau II	35,0 - 39,9
Obesidade grau III	maior ou igual a 40,0

Fonte: ABESO (2015)

No Brasil, estudos apontam que no ano de 2013, 20,8% dos brasileiros com mais de 18 anos são obesos (ABESO, 2015), e que o excesso de peso ocorre com a passagem da idade, tanto para homens quanto para mulheres, principalmente entre 25 e 65 anos. Porém, a preocupação hodierna com a obesidade vai além do quadro que afeta adultos e idosos: o número de crianças de 0 a 5 anos com sobrepeso estimado no ano de 2013 pela OMS era de 42 milhões (ABESO, 2015). Estatísticas apontam que essa tendência leva essas crianças à grande probabilidade de tornarem-se adultos obesos. Portanto, apesar do reconhecimento das dificuldades e limitações de pessoas obesas em relação à mobilidade e da busca pela eliminação de barreiras e pela inclusão social, o combate à obesidade é um dos maiores desafios deste século.

Outro desafio que representa o quadro de pessoas com mobilidade reduzida relaciona-se ao envelhecimento da população mundial, consequência de um processo de transição demográfica que ocorre à medida que a expectativa de vida aumenta e as taxas de fecundidade diminuem (ONU, 2014). Ainda segundo a Organização das Nações Unidas, uma a cada nove pessoas no mundo é idosa. De acordo com a Lei nº 10.741/2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, são consideradas pessoas idosas as que possuem “idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos” (Brasil, 2003). Para países desenvolvidos, a Organização Mundial de Saúde dá essa classificação à população com mais de 65 (sessenta e cinco) anos.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (WORLD HEALTH..., 2005), deve-se avaliar que em países considerados desenvolvidos, o envelhecimento da população ocorreu de forma gradual, durante muitas gerações, seguindo o crescimento socioeconômico. Em contrapartida, nos países emergentes, como é o caso do Brasil, a Organização indica que esse processo tem ocorrido de maneira acelerada, em um período de duas a três décadas (WORLD HEALTH..., 2005, p. 12). Assim, nesses países, as mudanças no perfil da população não acompanham as estruturas sociais e econômicas.

No país, os dados do censo realizado no ano de 2010 apontam que a população idosa representava 10,8% dos brasileiros, ou seja, aproximadamente 20,5 milhões de pessoas (IBGE, 2011). Com relação ao censo anterior, realizado nos anos 2000, houve o crescimento dessa população, uma vez que a proporção de pessoas idosas sobre a população total era de 8,6%. Levantamentos do Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística indicam ainda que em menos de duas décadas a população idosa terá triplicado, e que a expectativa de vida chegará aos 81 anos.

Esse crescimento é motivo de preocupação e preparação de governos e sociedades para acolher, aceitar e adaptar-se às necessidades dos idosos. Nessa faixa etária são necessárias estruturas adequadas para assegurar uma vida com dignidade, direitos e qualidade, a fim de permitir o envelhecimento ativo¹⁴. O Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento, realizado em Madrid no ano de 2002, determina que “[...] uma sociedade para todas as idades possui metas para dar aos idosos a oportunidade de continuar contribuindo com a sociedade. Para trabalhar nesse sentido é necessário remover tudo que representa exclusão e discriminação contra eles” (ONU, 2014).

Dessa maneira, aumenta a necessidade de as sociedades tornarem-se inclusivas e assistentes. Isso porque a “independência de pessoas mais velhas é ameaçada quando deficiências físicas ou mentais dificultam a execução de atividades cotidianas.” (WORLD HEALTH..., 2005, p. 34). Com o processo de envelhecimento, as pessoas tornam-se mais propensas a deficiências cognitivas, sensoriais – como a perda da visão e/ou audição - e físicas, como limitações dos movimentos articulares devido a doenças como artrite, artrose, e outras síndromes, o que reduz sua capacidade de alcance, principalmente vertical (WORLD HEALTH..., 2005; PANERO; ZELNIK, 2008).

Dessa maneira, Nogueira et al (2018) considera que, em função do envelhecimento biológico, os idosos podem apresentar alterações em diversos sistemas, o que pode gerar necessidades específicas em suas atividades, interferindo em sua capacidade e autonomia para responder satisfatoriamente à interação, ao uso e à percepção dos espaços. Contudo, “deve-se pensar no idoso em sua pluralidade e a partir de características que observem não só as limitações ou necessidades, mas, sobretudo, as potencialidades e habilidades perante o ambiente, dentre os quais, o ambiente turístico” (NOGUEIRA et al, 2018, p. 189).

Pode-se considerar que as instituições governamentais brasileiras estão buscando, nos últimos anos, dar atenção aos idosos. Em 1994 foi estabelecida a Lei nº 8.842, conhecida como a Política Nacional do Idoso; em 2002, o Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos; em 2003, o Estatuto do Idoso; entre outros regulamentos.

¹⁴ Termo adotado pela Organização Mundial da Saúde no final dos anos 1990 (WORLD HEALTH..., 2005, p. 14).

Contudo, para tanto, faz-se necessário o cumprimento das leis e políticas públicas. “As sociedades que valorizam a justiça social devem lutar para assegurar que todas as políticas e práticas sejam mantidas e para garantir os direitos de todas as pessoas, independente da idade.” (WORLD HEALTH..., 2005, p. 41).

5.3 ENTREVISTAS COM SUJEITOS

A fim de aproximar esta pesquisa dos recortes geográfico e social propostos, realizam-se entrevistas estruturadas com pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Essas foram realizadas entre os meses de dezembro de 2018 e janeiro de 2019 e têm uma abordagem qualitativa. Devido ao grau de dificuldade para realização, não se visa explorar esse procedimento em quantidade, mas sim em qualidade. Com isso, tem-se como objetivo conhecer a opinião dos sujeitos sobre o tema pesquisado, visando identificar as barreiras, as dificuldades vivenciadas e sua consciência pela relevância da acessibilidade, a partir de suas necessidades específicas.

Tem-se como amostra, ao todo, 24 entrevistados de ambos os sexos e faixas etárias variadas, os quais são usuários de instituições locais – de Caxias do Sul - que atendem pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Foram selecionados participantes da Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais - Apadev; da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae; da Associação Regional de Deficientes Físicos – A/Rampa; e da Associação Helen Keller - AHK. Entre esses, obteve-se uma amostra diversificada, abrangendo todos os tipos de deficiência e ainda houve casos de pessoas com mais de um tipo, além de idosos e obesos.

Destaca-se que a Associação Helen Keller se constitui como uma escola especial para surdos, fundada em Caxias do Sul em 1960 que desenvolve atividades com crianças e adolescentes da região. A educação dos alunos com deficiência auditiva ocorre de forma bilíngue em Libras e em português escrito. Atualmente a entidade atende mais de 70 pessoas, e dispõe de psicólogos, assistente social, oficinairos, fonoaudiólogos, além dos demais funcionários. As entrevistas no local foram acompanhadas por uma psicóloga da instituição, realizadas individualmente com cada participante, e as respostas foram transcritas no ato.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Caxias do Sul é uma “entidade beneficente de assistência social que presta atendimento especializado e gratuito a pessoas com deficiência, atuando há 61 anos no município.” (APAE, 2019,

s. p.). Os serviços prestados à comunidade incluem ações de Saúde, Assistência Social e Educação, atendendo a aproximadamente 500 pessoas entre essas áreas de atuação, em suas três unidades de atendimento no município. Tem como missão “Prestar ao deficiente, assistência social em caráter preventivo habilitador e reabilitador, buscando seu desenvolvimento global, sua inclusão e integração, oportunizando-lhe participação ativa na família, comunidade e sociedade” (APAE, 2019, s.p).

O Centro Ocupacional Santa Rita da APAE atende a aproximadamente 90 usuários, e as entrevistas foram realizadas nessa unidade por indicação da coordenadora da entidade, uma vez que todos são adultos. Ainda de acordo com ela, os atendimentos ocorrem de segunda a sexta-feira, nos turnos da manhã e tarde. Os serviços oferecidos envolvem profissionais de assistência social, psicologia, instrutores, cozinheira e auxiliar de limpeza. As entrevistas foram realizadas em visita à tarde e, para tanto, houve o acompanhamento da coordenadora para deixar os entrevistados mais seguros e confortáveis, e também para auxiliar no entendimento das respostas.

A Associação dos Pais e Amigos dos Deficientes Visuais de Caxias do Sul, fundada em 1983, tem por objetivo “educar e reabilitar pessoas com deficiência visual (cegueira e baixa visão) [...]”, apoiando “o desenvolvimento humano e a inclusão social efetiva da pessoa com deficiência visual atuando em parceria com a família, escola, empresa e comunidade em geral.” (APADEV, 2019, s.p). Suas atividades concentram-se nas áreas de Educação, Saúde e Assistência Social, atendendo a aproximadamente 140 pessoas, entre crianças, jovens, adultos e idosos cegos ou com baixa visão. Para a realização das entrevistas, fez-se contato com a diretora da instituição, a qual disponibilizou uma sala e organizou a participação dos voluntários.

A Associação Regional de Deficientes Físicos, de acordo com as informações cedidas pela assistente social, foi fundada em 1990 e atende, atualmente, a 30 usuários regulares, ainda que tenha, em seu cadastro, mais de 2.000 inscritos. As atividades realizadas têm como objetivo o convívio e a integração social, em que se realizam – além dos atendimentos de segunda a quinta-feira, encaminhamentos para requisição de “passe-livre” no transporte coletivo municipal, intermunicipal e interestadual; doações de cadeiras de rodas, muletas, etc.; e orientações em geral. Além da assistente social, conta com um psicólogo que faz o acompanhamento dos usuários como educador social, que acompanhou a realização das entrevistas.

A fim de caracterizar os sujeitos que participaram das entrevistas, elabora-se o quadro a seguir com o intuito de ilustrar o perfil dos respondentes. Para tanto, apontam-se questões relacionadas ao tipo de deficiência, ao sexo – masculino ou feminino, à faixa etária e ao grau de instrução. As faixas etárias estabelecidas compreendem as seguintes categorias: até 18 anos, de 18 a 24 anos, de 25 a 34 anos, de 35 a 44 anos, de 45 a 60 anos e acima de 60 anos. Quanto ao grau de instrução, os respondentes indicaram entre: ensino fundamental, ensino médio, graduação e pós-graduação.

Quadro 6 – Perfil dos respondentes com deficiência

Deficiência	Sexo		Faixa etária (anos)						Grau de instrução				
			<18	18-24	25-34	35-44	45-60	>60	Nenh um	Ens. Fund.	Ens. Méd.	Grad.	Pós- Grad.
Auditiva	M	3	2	-	-	1	-	-	-	2	-	-	1
	F	3	-	-	1	2	-	-	-	-	1	-	2
Visual	M	4	-	-	-	-	3	1	-	4	-	-	-
	F	1	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-
Física	M	4	-	-	-	-	1	3	1	3	-	-	-
	F	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Intelectual	M	4	-	-	2	2	-	-	1	3	-	-	-
	F	5	-	1	2	1	1	-	2	3	-	-	-
TOTAL		24	2	1	5	6	6	4	4	15	2	0	3

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Percebe-se, no grupo de entrevistados, a predominância de homens (15) a mulheres (9), mas a presença de usuários de todas as faixas etárias, desde menores de idade até idosos, com variados graus de instrução. A predominância do nível de ensino fundamental pode estar ligada à falta de preparo tanto das famílias como das escolas em encaminhar e receber pessoas com deficiência no processo de aprendizagem. Em alguns casos, a instrução é realizada dentro das próprias instituições de apoio, como na Helen Keller e na Apadev. Além disso, verifica-se que nem todas as pessoas da amostra possuem algum grau de instrução, sendo não-alfabetizados. Por outro lado, destaca-se que 3 dos entrevistados, esses com deficiência auditiva, possuem formação a nível de pós-graduação.

A partir da identificação inicial do perfil das pessoas com deficiência entrevistadas, parte-se para a análise das respostas subjetivas. Essas foram elaboradas buscando a facilidade de entendimento e com o intuito de verificar a opinião dos respondentes com relação ao tema de pesquisa. Assim, questiona-se,

inicialmente, sobre as dificuldades encontradas para circular pela cidade e utilizar equipamentos públicos. Em seguida, busca-se verificar se o entrevistado tem o costume de realizar atividades turísticas, e quais seriam esses lugares não-habituais visitados. A partir dessa resposta, indaga-se sobre as barreiras encontradas nessas atividades. A quarta pergunta volta-se ao objeto de estudo, para saber se essas pessoas já visitaram algum museu de Caxias do Sul, buscando identificar qual(is) já receberam essa demanda. Por fim, pergunta-se ao entrevistado sobre, em sua opinião pessoal, a importância da acessibilidade em atrativos turísticos.

Para analisar-se as respostas obtidas, opta-se pela utilização da metodologia da análise textual discursiva. Com isso, a “intenção é a compreensão, reconstruir conhecimentos existentes sobre os temas investigados” (MORAES, GALIAZZI, 2007, p. 11). Para tanto, tem-se uma reconstrução de significados considerando as perspectivas dos diversos sujeitos envolvidos na pesquisa. Ainda conforme os autores (2007), seu desenvolvimento baseia-se em três momentos: a desmontagem dos textos do *corpus*, a categorização, e a análise dos textos. Para preservar os nomes, argumentos e opiniões dos entrevistados, cada um foi identificado com a letra R e um número respectivo. As categorias e as respostas consideradas mais significativas apresentam-se no Quadro 7:

Quadro 7 – Síntese da análise textual discursiva das entrevistas

Categoria	Sujeito			
	com Deficiência Auditiva	com Deficiência Visual	com Deficiência Física	com Deficiência Intelectual
Desafios	<p>“Um pouco porque na rua tem muitas placas e eu não consigo entender certo pela dificuldade com a escrita, dificuldade de comunicação.” (R19)</p> <p>“Às vezes sim. Por exemplo, para a comunicação com pessoas ouvintes. Eu preciso ficar escrevendo no telefone e mostro mas é muito difícil, as pessoas não entendem.” (R21)</p> <p>“Pra mim tenho uma vida normal, caminho, pego ônibus, não vejo diferença. A questão da tecnologia, dos telefones, ajudou bastante.” (R22)</p> <p>“Na comunicação.” (R23)</p>	<p>“A gente enfrenta dificuldades, sim. Mas não pode ter medo, tem que ir em frente, na coragem, pedir ajuda. Dá pra ir sozinho, mas pedindo ajuda. Ainda tem muita coisa pra melhorar.” (R14)</p> <p>“Tem algumas calçadas no centro que tão com as pedras do piso soltas, ficam balançando. A gente pisa e tropeça.” (R16)</p> <p>“[...] o que eu tenho dificuldade é o seguinte: numa cidade tão grande como Caxias, não fazem nada pelos deficientes, tanto cegos quanto cadeirante. As calçadas tudo quebradas na frente. [...] tem ruas em Caxias que não dá pra caminhar. Na Júlio, os ambulantes... [...]” (R17)</p>	<p>“Sim.” (R10)</p> <p>“Não.” (R11)</p> <p>“Eu até sou rápido, mas às vezes tem a dificuldade.” (R12)</p> <p>“Dificuldade pra andar de ônibus e fazer as coisas de casa. Até pra tomar café tem que pedir ajuda.” (R13)</p>	<p>“Sim. Eu tomo remédio controlado pra depressão.” (R1)</p> <p>“Não. Tudo tranquilo.” (R2)</p> <p>“Não.” (R3, R4, R5, R9)</p> <p>“Não. Às vezes eu erro.” (R6)</p> <p>“Eu tenho uns probleminhas de aceitação. Nada a ver. É questão de respeito, não ter preconceito com a outra pessoa, com o semelhante. O cara respeita pra ser respeitado. Tem uns que não têm essa noção.” (R7)</p> <p>“Não. Só não sei ler.” (R8)</p>
Turismo	<p>“Às vezes. No centro, em Canela, no parque... alguma coisa eu vou.” (R19)</p> <p>“Eu passeio com a minha irmã, no shopping, viajo para passear em Porto Alegre e também pra praia.” (R20)</p> <p>“[...] pra idades diferentes (Gramado). Em Caxias em museus, shopping, no Ordovás, Casa de Cultura, Museu da UCS.” (R21)</p> <p>“Gosto mas aqui falta. Dois anos atrás fui num passeio rural, não tinha intérprete. Tinha um amigo</p>	<p>“Um pouquinho, sim. O que a gente consegue acompanhar, de acordo com as limitações. [...] Sempre que surge uma oportunidade, procuro participar quando posso.” (R14)</p> <p>“Sim. Ou Farroupilha, ou Gramado e Canela, por aí... Na UCS também.” (R16)</p> <p>“Eu pra passear só saio mais com meus guris, pra Gramado e Canela, pra minha irmã em Curitiba que daí pego o avião aqui e ela me espera lá, 45 minutinhos tô lá.” (R17)</p>	<p>“Eu gosto. [...] Uma que a gente sai, alivia a cabeça, é um passatempo, uma diversão.” (R10)</p> <p>“Ia viajar pra Carlos Barbosa, conhecer lá, passear. Vou conhecer os bairros que não conheço em Caxias, sou de Bom Jesus.” (R11)</p> <p>“Eu gosto bastante de passear. Passeio muito. Eu viajei muito, por 16 anos, quando jogava basquete. Fui pra muitas cidades de Santa Catarina, pra São Paulo, pra Fortaleza, Uruguai, Argentina... Quando</p>	<p>“Eu sempre vou no Parque dos Macaquinhos, na praça grande, a outra praça perto da Mundial e a outra praça grande lá onde tem os banheiros, perto das paradas da Visate.” (R1)</p> <p>“Vou tirar férias, vou ir na praia.” (R3)</p> <p>“No parque já fomos, de vez em quando [a professora] leva.” (R4)</p> <p>“Passear eu vou toda semana. De vez em quando vou pra outros lugares, no</p>

	que ficar traduzindo, foi difícil.” (R22) “[...] em tudo, em Caxias, viajei para vários países ... Itália, Espanha, Portugal, Alemanha, vários... Mais de 70 países.” (R23)	“Olha esse não. É difícil porque assim, como eu sou sozinho né, eu não me desloco muito.” (R18)	se tem incentivo. Minha família sempre apoia. E também é uma recompensa pelo tanto tempo que a gente trabalhou, um merecimento por tudo que tu lutou, batalhou. Marcas que ficam que nunca se apagam.” (R12)	Shopping Iguatemi... Fui pra praia .” (R5) “Teatro na Casa de Cultura, SESI, no centro...” (R9)
	Sujeito			
Categoria	com Deficiência Auditiva	com Deficiência Visual	com Deficiência Física	com Deficiência Intelectual
Barreiras	“Tem barreiras. Não ando sozinho senão fica difícil , tem barreiras de comunicação e também para acessar conteúdos escritos (leitura).” (R20) “Percebo que tem muitas pessoas ouvintes, mas não consigo entender o que está acontecendo e gostaria de entender.” (R21) “Muitas. Falta intérprete . Às vezes eu pergunto pras pessoas e elas não entendem, perde muito tempo. É obrigado 1 pessoa saber Libras em cada local. Na Casa de Cultura de Caxias, por exemplo, não tem intérprete, é difícil... Eu me interesso por fazer coisas, pergunto se tem intérprete, não tem. [...] É difícil e por isso que eu nunca vou. É uma pena.” (R23)	“Mais o despreparo do pessoal , dos atendentes, e a acessibilidade: coisas em Braille, piso tátil, elevador, rampa, essas coisas. Porque muitas vezes tu é atendido por alguém e tem alguém junto comigo, muitas vezes não perguntam diretamente pra mim, perguntam pra outra pessoa o que eu quero.” (R14) “Eles não respeitam a gente como seria o certo. É difícil achar uma pessoa que te ajude.” (R15) “As mesmas, calçadas esburacadas, mal conservadas .” (R16) “[...] A única dificuldade que tenho mais daí é pra ir em banheiro . Se não sempre tem uma pessoa comigo, mas tenho prática de tudo. Aprendi aqui na escola. Ou também quando a gente vai pagar, tipo numa lancheria, o caixa é meio longe que poderia ter um piso tátil só pra saber assim...” (R17)	“O que me atrapalha é a deficiência. E pra embarcar em ônibus, em carro...” (R10) “Eu só se for financeiro .” (R12) “Só dinheiro . Tenho minha tia em Mato Grosso do Sul, não posso ir porque não tenho dinheiro.” (R13)	“Não.” (R1, R2, R4, R5) “Nada.” (R6, R8) “A aceitação.” (R7) “Nenhuma.” (R9)

Categoria	Sujeito			
	com Deficiência Auditiva	com Deficiência Visual	com Deficiência Física	com Deficiência Intelectual
Museus	<p>“[...] Em Porto Alegre, o Museu de Ciências da UCS, exposições no Shopping Iguatemi, a Casa de Pedra.” (R19)</p> <p>“Na verdade eu não nasci aqui, vim com 17 anos. Os museus aqui são muito escondidos, de difícil acesso. Fui na Casa de Pedra e no da UCS há muitos anos. Na minha opinião Caxias do Sul não tem nada que chame a atenção, os lugares são muito escondidos.” (R22)</p> <p>“Casa de Pedra, Municipal e Imigrante. Pavilhões da Festa da Uva, UCS e Ordovás.” (R24)</p>	<p>“Museu da Uva e do Vinho, de Forqueta.” (R14)</p> <p>“Em Caxias não visitei nenhum. Fico até com vergonha de responder porque moro aqui e nunca fui.” (R15)</p> <p>“Já. O Museu da Casa de Pedra, o Museu Municipal e o MUSCAP (dos Capuchinhos).” (R16)</p>	<p>“Casa de Pedra, da UCS, Imigrante.” (R10)</p> <p>“Não, nenhum.” (R11)</p> <p>“Conheço acho que todos.” (R12)</p> <p>“Conheço aqui em Caxias, da UCS e em Porto Alegre aquele no centro que tem uma praça na frente.” (R13)</p>	<p>“Não.” (R1, R2)</p> <p>“Festa da Uva.” (R3)</p> <p>“Fui nos Pavilhões, na Casa de Pedra.” (R4)</p> <p>“Não, só ouvi falar.” (R6)</p> <p>“Feira do Livro, Imigrante, dos bichos da UCS.” (R9)</p>
Acessibilidade	<p>“Eu penso que é muito difícil pra mim, então é importante ter acessibilidade.” (R20)</p> <p>“[...] Eu quero que todos possam aprender um pouco de Libras, pelo menos o básico, não precisa aprender tudo, mas “oi”, “tudo bem”, porque senão vai no médico, na polícia, qualquer lugar no geral, e não tem comunicação. [...]” (R21)</p> <p>“[...] É muito importante. Porque ouvinte sabe tudo. Surdo, não. Cego, não. Em museus, por exemplo, é muito importante saber sua história, aprender...” (R22)</p> <p>“Muito. Mas aqui precisa melhorar muito mais a estrutura em Caxias do Sul. Melhorar divulgação, chamar mais atenção. Em Caxias tem quase nada, infelizmente.” (R23)</p>	<p>“[...] É essencial.” (R14)</p> <p>“[...] É um negócio novo.” (R15)</p> <p>“[...] Porque como tem pessoas com deficiência aqui, pode ter em outras cidades também.” (R16)</p>	<p>“É importante que o pessoal pode passear.” (R11)</p> <p>“Eu acho muito importante. Me chamou a atenção em Fortaleza que tem um camelô de 4 andares que fizeram rampas pra todos os lados, pensando no deficiente, que qualquer cadeirante poderia subir. Em qualquer lugar. Eu acho que é, bah, muito interessante isso aí.” (R12)</p> <p>“Eu acho importante.” (R13)</p>	<p>“É importante.” (R2)</p> <p>“É um direito das pessoas, né. É muito importante pra qualquer um.” (R7)</p>

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

O quadro acima representa o processo de desmontagem dos textos transcritos a partir das entrevistas individuais com cada sujeito. As palavras em destaque (negrito) remetem às falas dos entrevistados, identificadas como enunciados repetidos, os quais auxiliaram na unitarização do corpus, com a formação das unidades constituintes. As categorias utilizadas (Desafios, Turismo, Barreiras, Museus e Acessibilidade) foram estabelecidas *a priori*, a partir do foco das perguntas, buscando correspondências entre as respostas. A partir delas, foi possível a construção a seguir, de um metatexto analítico, utilizando-se das relações com os pressupostos teóricos definidos nesta pesquisa. Esse processo remete à metodologia da análise textual discursiva, conforme exposto por Moraes e Galiazzi (2007).

Com relação à categoria dos desafios, para os deficientes auditivos, embora um dos entrevistados tenha declarado não ter dificuldades para circular na cidade e utilizar equipamentos, verifica-se o destaque quanto à comunicação. Percebe-se que os telefones e a tecnologia auxiliam e podem minimizar as dificuldades dessas pessoas. Mas a falta de legibilidade pode complicar ao entendimento das informações, principalmente com relação às placas na rua. Já pessoas cegas ou com baixa visão tem desafios para circular na cidade e utilizar equipamentos. O principal são as calçadas em mau estado de conservação, além de sua ocupação por vendedores ambulantes, manequins, etc. Para que seja possível enfrentar as dificuldades, é preciso coragem e ajuda, como destacou um dos entrevistados.

No caso de deficientes físicos, percebe-se que os desafios divergem de acordo com o membro acometido pela deficiência, se essa foi adquirida ou é congênita, e as dificuldades estão relacionadas à destreza para realizar atividades diárias. Por sua vez, ressalta-se que a maioria dos respondentes com deficiência intelectual declarou não enfrentar dificuldades para circular na cidade e utilizar equipamentos. Contudo, pode-se perceber que esse é um dos tipos que mais gera dependência e exige acompanhamento de um responsável e, talvez por esse motivo, não sejam percebidas as dificuldades por esses sujeitos. Entre as respostas obtidas, nota-se a falta de aceitação e respeito.

Com isso, independentemente de suas necessidades específicas, pode-se perceber os desafios enfrentados por essas pessoas, enquanto usuárias da cidade. A comunicação, o estado de conservação dos passeios públicos, o espaço construído, a sinalização, etc. remetem a barreiras tangíveis e intangíveis, de origem comunicacional e informacional, urbanística, arquitetônica, atitudinal e nos

transportes, conforme as dimensões destacadas por Sasaki (2009) e estabelecidas na Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015a). Essas situações refletem a necessidade de condições acessíveis nos mais diversos âmbitos, proporcionando igualdade de oportunidade a todos. Além disso, mais do que as condições acessíveis ligadas a barreiras físicas e de comunicação; reforçam a necessidade da acessibilidade relativa ao comportamento e às atitudes da sociedade perante as pessoas com deficiência, conforme o que foi destacado anteriormente de Sasaki (2009).

Quanto à categoria Turismo, percebe-se o entendimento geral dos respondentes da relação com passeios, sinônimo de passatempo e diversão, os quais são realizados tanto em Caxias do Sul quanto em outras localidades e até mesmo em outros países. Esse juízo aproxima-se das considerações sobre a atividade turística apresentadas na fundamentação teórica. Um ponto relevante ressaltado pelos deficientes físicos refere-se à gratuidade de passagens no transporte rodoviário (municipal, intermunicipal e interestadual), além do incentivo familiar, que auxilia no deslocamento dessas pessoas. Dentre as respostas das pessoas com deficiência intelectual, percebe-se a recorrência da referência a parques e idas à praia. Para surdos, a prática do turismo pode ser dificultada pela falta de intérpretes, que retoma às categorias dos desafios e das barreiras.

Nesse sentido, encontram-se - além da falta de intérpretes no caso dos deficientes auditivos - múltiplas barreiras, quanto à má conservação de calçadas (passeio público); a falta de respeito e de preparo no trato e no atendimento a pessoas com deficiência; impedimentos de ordem financeira; as limitações e necessidades impostas pela própria deficiência; a falta de adaptação de locais, como banheiros, caixas, etc. Com relação aos deficientes intelectuais, os respondentes não destacaram ou não souberam identificar entraves no seu dia-a-dia e na prática de atividades turísticas. Talvez, em parte, houve dificuldade no entendimento da pergunta formulada. Também se destaca a aceitação como barreira.

Por meio das entrevistas, pode-se identificar a demanda de visitação desse público a museus, em que 70% dos respondentes indicou já ter visitado algum em Caxias do Sul. Essa predominância refere-se a pessoas com deficiência auditiva, visual e física. Destacam-se, inclusive aos museus municipais, os quais são analisados como objetos de estudo desta pesquisa. Entre eles, são citados: o Museu de Ambiente Casa de Pedra, O Museu do Imigrante, o Museu Municipal, o Museu da

Uva e do Vinho Primo Slomp. Fora esses, tem-se os Pavilhões da Festa da Uva, o Centro de Cultura conhecido como Ordovás, o Museu dos Capuchinhos e a Universidade de Caxias do Sul. Nota-se a necessidade de mais divulgação e informação sobre os atrativos turísticos locais e suas condições de acessibilidade, permitindo aumentar seu número de visitantes.

Pode-se corroborar ainda a prática do turismo por pessoas com deficiência, apesar das limitações impostas ou intrínsecas. Percebe-se a transição do regime de exclusão à inclusão social, conforme a constatação de Cardoso e Cuty (2012), em que essas pessoas assumem papéis na sociedade, participando e realizando atividades turísticas, seja em seu município de residência ou em outras localidades e até mesmo em outros países. Essas atividades são vistas como passeios, novas oportunidades, passatempos e momentos de diversão. Em geral, são realizadas na companhia de outras pessoas, mas também há a realização individual, o que exige maior promoção da inclusão social no segmento, por meio de iniciativas acessíveis, adaptações, treinamento, etc., permitindo sua realização com segurança e autonomia.

Percebe-se, a partir do que foi apontado pelos entrevistados, a relevância: do conhecimento em Libras, por todas as pessoas, pelo menos em nível básico; da disponibilidade de intérpretes; da instalação de piso tátil, da maneira correta, para orientação de cegos ou pessoas com baixa visão; de rampas, corrimãos e outros recursos que possibilitem a acessibilidade de pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida; de sinalizações precisas, objetivas e, quando possível, com pictogramas que auxiliem na legibilidade e entendimento; do respeito com o outro, independentemente de suas características, necessidades ou limitações; enfim, da acessibilidade, em suas mais diversas dimensões.

Com essa síntese, buscou-se caracterizar e “dar voz” aos sujeitos desta pesquisa, enquanto atores sociais. Essa análise não tinha como objetivo uma amostra extensa de usuários, e atingiu seu caráter qualitativo e heterogêneo por meio de pessoas com idades, características, origens e bagagens diversas, representando a pluralidade das formas humanas. Com isso, pode-se agregar conhecimentos e experiências à teoria, aos textos, às leis e normas consultados, gerando novas reflexões. Assim, é possível passar à etapa seguinte, cujo foco volta-se ao objeto de estudo, a partir da apreciação dos museus enquanto atrativos do turismo cultural.

6 APRECIÇÃO DOS MUSEUS COMO ATRATIVOS DO TURISMO CULTURAL

O turismo cultural, pode ser considerado um segmento do turismo urbano, que “começa a ser reconhecido como uma categoria de produto turístico distinta nos finais dos anos [19]70” (HENRIQUES, 2003, p. 48), mas passa a ser identificado como uma atividade de mercado somente nos anos 1990. Henriques (2003) aponta ainda que todo turismo é cultural, uma vez que, por meio do deslocamento de seus lugares cotidianos as pessoas satisfazem sua necessidade de diversidade, adquirindo novos encontros, experiências e conhecimentos.

De acordo com o Ministério do Turismo, o turismo cultural “compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura” (BRASIL, 2010, p. 15). Nesse sentido, as viagens turísticas podem ser experiências culturais, as quais se iniciam, muitas vezes, com a visita a museus, monumentos e com a descoberta de paisagens e formas de vida (BRASIL, 2010). Essas experiências podem ser vividas de forma mais ou menos autêntica, fator que depende tanto da demanda como da oferta (o que se espera, e o que é oferecido), e das possibilidades de comunicação estabelecidas entre ambas as partes (MICHAUD, 2008, p. 14).

Com relação aos museus, cujo termo provém da denominação grega *mouseion* (BREIER, 2005), destaca-se que originalmente relacionavam-se a um “gabinete de trabalho, lugar consagrado aos estudos científicos, literários ou artísticos” (CHOAY, 2011, p. 62). Mais do que isso, o local “institucionaliza a conservação material das pinturas, esculturas e objetos de arte antigos e prepara o caminho para a conservação dos monumentos da arquitetura.” (CHOAY, 2011, p. 62). Nesse sentido, embora sua origem possa ser remetida a séculos anteriores, Choay (2011, p. 62) aponta que os museus “começa[m] a aparecer na sua acepção atual [...] durante a última década do século XVIII”.

Nessa concepção, essas instituições desenvolvem-se, ainda de acordo com a autora (2011), dentro do projeto do Iluminismo¹⁵, enquanto uma “vontade dominante de ‘democratizar’ o saber, de torna-lo acessível a todos” (p. 89). Para Breier (2005, p. 5): “Com o decorrer dos anos, os museus abriram suas portas para

¹⁵ “[...] tradição intelectual que tem origem no *Quattrocento* e na grande revolução humanista dos saberes e das mentalidades.” (CHOAY, 2011, p. 28).

a população em geral e passaram a procurar expor os seus objetos de uma forma mais crítica”. Paralelamente à conservação de bens materiais, o consumo cultural pode ser aliado ao consumo de bens imateriais, como “objetos simbólicos, representados pela arte, ciência, história e viagem” (BREIER, 2005, p. 21). Breier destaca ainda que os museus se constituem como parte da estrutura urbana da cidade, contribuindo para a “renovação urbana e econômica da cidade na qual estão inseridos.” (2005, p. 23).

Além disso, Michaud destaca que:

Os museus desenvolveram-se a partir de meados do século XIX, de forma paralela ao desenvolvimento do turismo. [...] Concebem-se como espaços de memória destinados a arquivar o patrimônio da humanidade e das nações, e à construção de identidades através da conscientização do passado. (2008, p. 13, tradução nossa)

Ressalta-se que no século XIX ocorre o surgimento de museus na América Latina. No Brasil, em 1818 foi criada a primeira instituição museológica: o Museu Real, localizado no Rio de Janeiro. Seu surgimento foi impulsionado pela coroa portuguesa, caracterizando-se por um caráter de história natural, com um acervo composto de “exemplares de objetos trazidos por naturalistas, instrumentos e coleções mineralógicas, artefatos indígenas e objetos doados pela Família Real.” (IBRAM, 2014, p. 20). A partir daí, outros museus foram surgindo, também apoiados por iniciativas particulares, culminando, no século XX, no aumento no número de instituições (IBRAM, 2014).

De acordo com o Estatuto de Museus, instituído pela Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, consideram-se museus:

[...] instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (BRASIL, 2009c, capítulo I, art. 1º).

Contudo, como pode-se observar, “o conceito da palavra museu e o campo de atuação da instituição renovaram-se no decorrer dos anos e tornaram-se muito mais amplos.” (BREIR, 2005, p. 4). Da mesma forma, no guia do Ibram (2014, p. 22) destaca-se que “O conceito de museu continua em construção no Brasil e no mundo.” Mas, pode-se destacar que os princípios dessas são instituições voltam-se a:

- I - a valorização da dignidade humana;
- II - a promoção da cidadania;
- III - o cumprimento da função social;
- IV - a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental;
- V – a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural;
- VI - o intercâmbio institucional.” (BRASIL, 2009c, capítulo I, art. 2º).

Os museus podem ainda ser definidos como instituições para a coleta, a conservação, a pesquisa, a interpretação e a exposição da cultura material da sociedade, refletindo a essência de um determinado tempo e lugar, indisponíveis em outros locais (TUFTS, MILNE, 1999, p. 613- 616). Ainda segundo esses autores (1999, p. 616, tradução nossa), pesquisas demonstram que os visitantes esperam “aprender alguma coisa” ao visitar um museu e ver uma representação honesta de um determinado local. “O desejo de conhecer novos modos de vida está diretamente ligado ao turismo cultural” (EVANGELISTA, BRAMBILLA, VANZELLA, 2018, p. 249). Nesse sentido, tem-se:

[...] possibilidade de se verem aspectos não-familiares daquilo que se julgava previamente familiar. Um exemplo é a visita a museus que mostram representações da vida das pessoas comuns, revelando sobretudo seus artefatos culturais. Frequentemente eles estão dispostos em um entorno “realista”, para demonstrar como eram aproximadamente suas casas, oficinas e fábricas. (URRY, 2001, p. 29).

De acordo com Tufts e Milne (1999), os museus permitem às localidades posicionarem-se como centros culturais, atraindo turistas e moradores, combinando atividades de consumo com experiências pessoais vividas. Para tanto, têm sua rotina de horários e exposições direcionadas ao novo visitante, que pode não ser um turista de elite, mas que é cada dia mais variado em sua composição social, cultural, etária (GONZÁLEZ VIAÑA, 2006, p. 74). Assim, as demandas culturais e educacionais dos museus têm se transformado e desempenham um papel cada vez mais importante no desenvolvimento econômico e nas estratégias de promoção turística (TUFTS, MILNE, 1999, p. 613).

Essas demandas caracterizaram-se principalmente nos anos 1980, com a democratização do acesso à cultura, “o desenvolvimento dos serviços educativos e a abertura ao público escolar por parte dos museus” (MARTINS, 2018, p. 737). Martins (2018) destaca ainda que os museus compreendem “um conjunto de componentes tangíveis e intangíveis que são percebidos como uma experiência” (p. 736) e que sua visitação deve ser pensada para públicos diferenciados que possam se apropriar de

seu espaço, garantindo acesso físico e intelectual a todos os visitantes. Além disso, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assinada em 2007, reconhece o direito de participação na vida cultural com igualdade de oportunidades. Para tanto, estabelece a acessibilidade como critério a bens, atividades e eventos culturais, para que essas pessoas possam:

a) Ter acesso a bens culturais em formatos acessíveis; b) Ter acesso a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais, em formatos acessíveis; e c) Ter acesso a locais que ofereçam serviços ou eventos culturais, tais como teatros, museus, cinemas, bibliotecas e serviços turísticos, bem como, tanto quanto possível, ter acesso a monumentos e locais de importância cultural nacional. (BRASIL, 2009a, artigo 30).

Dentre as múltiplas possibilidades de atividades culturais também consideradas turísticas, estipulou-se como recorte a análise dos museus por seu entendimento e valorização conforme as definições previamente apresentadas. Além disso, por se considerar que o Estatuto de Museus estabelece que “Os museus caracterizar-se-ão pela acessibilidade universal dos diferentes públicos, na forma da legislação vigente” (BRASIL, 2009c, capítulo II, art. 35). E ainda porque, em 2011, o Ministério da Cultura estabeleceu o Plano Nacional de Cultura para 2020, em que apresenta entre suas 53 metas, o seguinte objetivo: ter “100% de bibliotecas públicas, museus, cinemas, teatros, arquivos públicos e centros culturais atendendo aos requisitos legais de acessibilidade e desenvolvendo ações de promoção da fruição cultural por parte das pessoas com deficiência” (BRASIL, 2011c, p. 62).

Essa meta, em concordância à Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, à Lei nº 10.098 e ao Decreto nº 7.612 (Plano Nacional da Pessoa com Deficiência), exige que sejam cumpridos os seguintes requisitos mínimos: estacionamentos com vagas reservadas e sinalizadas; acesso, sinalização visual e tátil adequados a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, conforme a normas da ABNT; banheiros adaptados; “e espaços reservados para cadeira de rodas e lugares específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual com acompanhante” (BRASIL, 2011c, p. 62). Entretanto, segundo levantamento realizado pelo Minc, em 2011 apenas 53% dos museus brasileiros eram acessíveis, de um total de 3.025 instituições (BRASIL, 2011c). Atualmente, segundo o Ibram,

existem 3.769 museus cadastrados na plataforma MuseusBr¹⁶ e verificados¹⁷ (BRASIL, 2018), sendo que mais de 80% deles indicam não possuir condições de acessibilidade.

Entende-se que muitos desses ambientes culturais são instalados em construções com utilização anterior que se mantêm com apelo a valores históricos, o que interfere no processo de adaptação para o uso acessível (CARDOSO, 2012). Contudo, considera-se que a promoção da acessibilidade em empreendimentos turísticos, além de ser um direito de todos os cidadãos, é uma oportunidade de ganhos na economia do destino. Mesmo em casos de bens tombados, “não se pode restringir o acesso das pessoas à história de uma localidade.” (EVANGELISTA, BRAMBILLA, VANZELLA, 2018, p. 258). Henriques (2003, p. 53) considera que o “patrimônio só é cultural na medida em que pode ser conhecido e fruído pelas pessoas”. Assim, incentivam-se adaptações para a acessibilidade que respeitem o patrimônio histórico, incentivando sua apropriação e acesso ao maior número possível de pessoas, explorando diferentes recursos que possam tornar os museus mais acessíveis.

Segundo Sousa (2014, p. 126), “Entender a acessibilidade em edifícios tombados passa, necessariamente, não só por assimilar esse espaço de expressão de liberdade, mas também por garantir o usufruto dos valores culturais.” Nesse sentido, não se considera apenas a acessibilidade física aos edifícios reconhecidos por valores culturais, mas o “acesso ao conhecimento, às qualidades dos espaços, à memória que se constitui na produção histórica de edifícios e artefatos, enfim, à história de uma sociedade.” (SOUSA, 2014, p. 216). O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) dispõe sobre a acessibilidade em bens culturais imóveis e estabelece diretrizes para equiparar suas oportunidades de uso pela sociedade, especialmente ao público com deficiência ou mobilidade reduzida. Considera que:

[...] as soluções adotadas para a eliminação, redução ou superação de barreiras na promoção da acessibilidade aos bens culturais imóveis devem compatibilizar-se com a sua preservação e, **em cada caso específico**, assegurar condições de acesso, de trânsito, de orientação e de comunicação, facilitando a utilização desses bens e a compreensão de seus acervos para

¹⁶ Esse mapeamento faz parte da Rede Nacional de Identificação de Museus e do Cadastro Nacional de Museus (CNM) do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM. O Registro de Museus é um instrumento da Política Nacional, previsto pelo Estatuto de Museus, Lei 11.904/2009 e regulamentado pelo Decreto nº 8.124/2013 e Resolução normativa nº 1/2016, que visa criar mecanismos de coleta, análise e compartilhamento de informações sobre os museus brasileiros, com o propósito de aprimorar a qualidade de suas gestões e fortalecer as políticas públicas setoriais (BRASIL, 2018).

¹⁷ Como a plataforma é colaborativa, recebe atualizações constantes. Para fim desta pesquisa, utilizou-se dados coletados no dia 20 de setembro de 2018.

todo o público [...]. As intervenções poderão ser promovidas através de modificações espaciais e estruturais; pela incorporação de dispositivos, sistemas e redes de informática; bem como pela utilização de ajudas técnicas e sinalizações específicas, de forma a assegurar a **acessibilidade plena** sempre que possível, devendo ser **legíveis como adições do tempo presente**, em harmonia com o conjunto. (IPHAN, 2003, grifo do autor).

Dessa maneira, a fim de compreender os recursos de acessibilidade em ambientes culturais, apresenta-se a seguir a análise dos tipos ideais. Esses recursos podem ser de âmbitos físico ou comunicacional, como a utilização de audioguias, Libras – com mediador fluente ou através de vídeos, recursos táteis, organização do espaço e disposição de mobiliário adequadas (CARDOSO, 2012). Essa estratégia de análise de tipos ideais aproxima-se do que Ascher (2010, p. 92) identifica como neourbanismo, em que se “acumula e mobiliza a experiência, os saberes e as técnicas, não para aplicar soluções repetitivas, mas para aumentar suas possibilidades de adaptação aos contextos particulares, mutantes, incertos.” Assim, busca-se produzir sinergias entre os quadros comuns de ação específicos para cada situação.

6.1 CONSTRUÇÃO DO TIPO IDEAL

Com relação ao método de análise weberiano proposto e a fim de responder à natureza da pesquisa, utiliza-se como instrumento a construção de um tipo ideal. Entre os museus brasileiros, buscou-se referência a três casos em diferentes esferas. A escolha dos locais delimitou-se por características comuns, estabelecidas com base nas informações do MTur (BRASIL, 2018), bem como em pesquisas prévias. As escolhas se assemelham pela presença de temáticas de âmbito cultural e pela locação em edificações históricas que foram adaptadas em sua estrutura física para permitir a acessibilidade e a visitação por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Dessa maneira, considera-se possível o entendimento de diferentes escalas, investimentos e recursos acessíveis.

A definição da Pinacoteca do Estado de São Paulo, como referência nacional, deu-se a partir de uma visita orientada realizada como atividade complementar do Congresso Mundial do Lazer, em 2018. A escolha pelo Museu de Arte do Rio Grande do Sul, de âmbito estadual, foi resultado de um levantamento realizado na plataforma Museus BR (BRASIL, 2018), em que se selecionaram os museus localizados em Porto Alegre - RS, abertos, que apresentam condições acessíveis, e gratuidade de acesso.

No caso local, de Caxias do Sul, optou-se pelo Instituto Hércules Galló em função de pesquisas prévias.

Tem-se como parâmetros de observação a identificação de recursos de acessibilidade. Esses foram sistematizados em uma tabela, a partir de categorias de análise que compreendem: recursos físicos internos (acesso, desníveis e portas); recursos comunicacionais (Língua Brasileira de Sinais – Libras¹⁸, audiodescrição¹⁹, sistemas táteis); mobiliários e equipamentos; horário de funcionamento; taxa de adesão (ingresso); via de acesso (condições do passeio, pisos e desníveis); estacionamento (área de embarque e desembarque e vagas reservadas a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida); banheiros e informações. Avaliam-se essas condições em três níveis de acessibilidade: plena/total, parcial/satisfatória e insuficiente/inexistente.

6.1.1 Pinacoteca do Estado de São Paulo, São Paulo – SP

A análise da Pinacoteca do Estado de São Paulo desenvolveu-se a partir de uma visita guiada, realizada como atividade complementar do Congresso Mundial de Lazer no dia 1º de setembro de 2018, em conjunto com a doutoranda Letícia Indart Franzen e outros participantes do evento. A visita foi mediada pela funcionária responsável pelo Programa Educativo para Públicos Especiais – Pepe, e acompanhada pela consultora de Acessibilidade Cultural, museóloga e educadora, Dra. Amanda Fonseca Tojal. Esse programa tem por objetivo promover a acessibilidade à arte e ao patrimônio existentes no museu a pessoas com deficiência, considerando suas potencialidades e necessidades específicas.

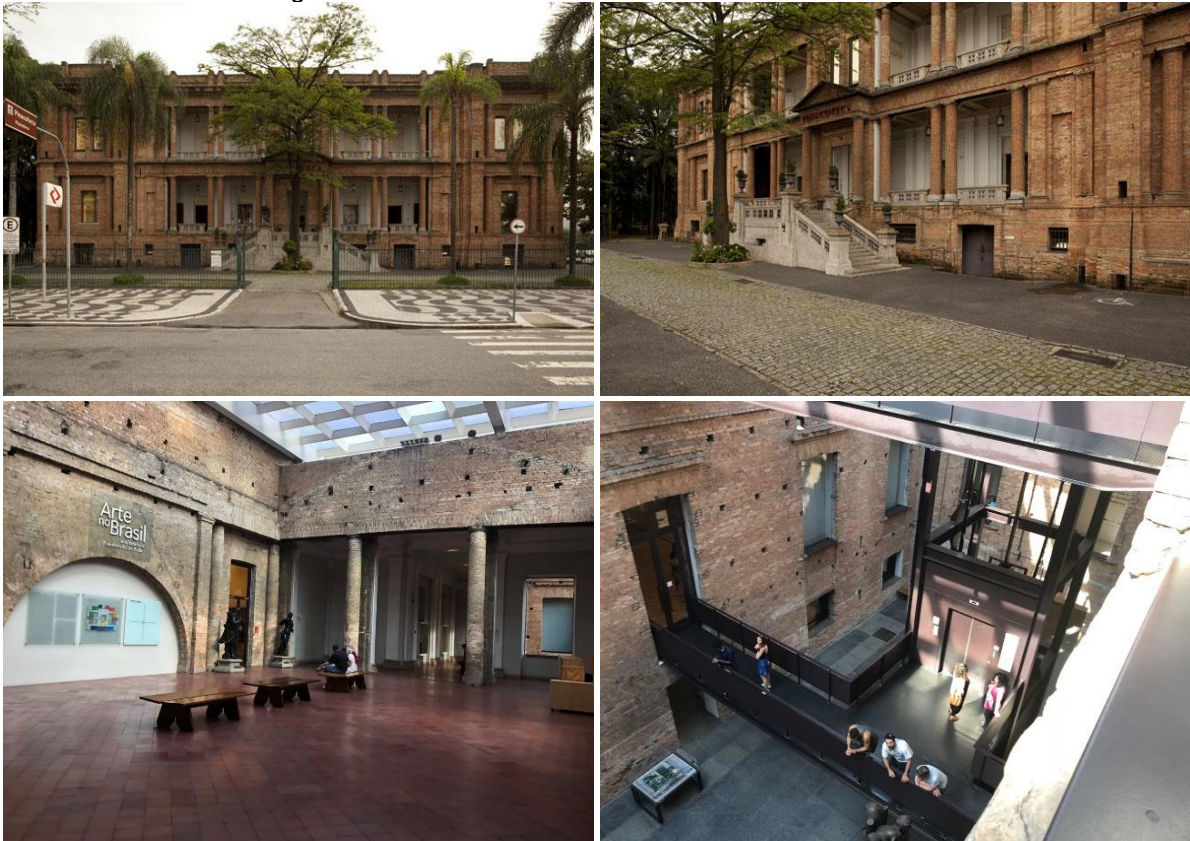
De acordo com o histórico da Pinacoteca, seu edifício foi construído em 1897 para abrigar o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, projetado pelo arquiteto Ramos de Azevedo. Em 1905, por iniciativa do governo do estado, passa a ser um museu de artes visuais – considerado o mais antigo da cidade. O local conta com um acervo de, atualmente, quase 10 mil obras que retratam a produção artística brasileira do século

¹⁸ Língua Brasileira de Sinais - Libras é entendida como “a forma de comunicação e expressão, [...] de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil” (BRASIL, 2002, art. 1º).

¹⁹ A audiodescrição é um recurso de acessibilidade, “[...] uma atividade de mediação linguística, uma modalidade de tradução intersemiótica, que transforma o visual em verbal, abrindo possibilidades maiores de acesso à cultura e à informação”. (MOTTA; ROMEU FILHO, 2010, p. 7)

XIX até os dias atuais. No final da década de 1990 a construção de três pavimentos, em tijolos aparentes – conforme pode ser observado na Figura 16 – e aproximadamente 10 mil m² de área, passou por uma reforma assinada pelo arquiteto Paulo Mendes da Rocha (PINACOTECA, 2018). O Anexo A apresenta as plantas baixas da edificação.






Figura 16 – Fotos da Pinacoteca do Estado de São Paulo








Fonte: Pinacoteca (2018) e Letícia Indart Franzen (2018).

Durante a visita e em pesquisas no site da Pinacoteca foi possível identificar recursos acessíveis, os quais foram representados em ícones pictográficos e sistematizados no Quadro 8. Esses recursos foram divididos entre as categorias físicos internos e comunicacionais (Libras, audiodescrição e táteis, incluindo Braille). Além disso, foram consideradas relevantes outras condições para análise da acessibilidade, quanto a mobiliários e equipamentos, ao horário de funcionamento, ao valor de ingressos, à via de acesso, ao estacionamento, aos banheiros e às informações prestadas aos visitantes.

Quadro 8 – Sistematização dos recursos de Acessibilidade da Pinacoteca de São Paulo

Recursos de Acessibilidade	Descrição	Nível de Acessibilidade
 Físicos Internos	<p><u>Acesso:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Acesso principal: se dá por meio de escadarias, ao hall no 1º andar. • Acesso secundário: no nível térreo, para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida <p><u>Desníveis Internos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • A Pinacoteca possui 3 andares, os quais podem ser acessados por elevadores (Figura 17), ou escadas. • Pequenos desníveis entre as salas de exposição e as passarelas metálicas (transição de pisos) são resolvidos com pequenas rampas (Figura 17). <p><u>Portas:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Portas duplas entre as salas de exposição porém pesadas – o que dificulta a abertura, e com largura da folha insuficiente para passagem de cadeira de rodas (Figura 17). <p><u>Pisos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Alternância de materiais nos pisos internos (cerâmico, madeira, emborrachado pastilhado, pedra polida). 	Parcial/ Satisfatória
 Libras	<ul style="list-style-type: none"> • Possui educadores especializados fluentes em Língua Brasileira de Sinais que fazem parte do Programa Educativo para Públicos Especiais, além de videoguia de algumas obras. 	Plena/ Total
 Audiodescrição	<ul style="list-style-type: none"> • Possui educadores especializados que fazem parte do Programa Educativo para Públicos Especiais e que realizam a audiodescrição aos visitantes com deficiência visual. • Possui equipamento de audioguia para utilização do visitante da Galeria Tátil, com a descrição das esculturas, e para algumas obras de outras exposições. 	Plena/ Total
 Táteis	<p><u>Piso:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Piso tátil no percurso do 2º andar, a partir do elevador, entre a Galeria Tátil e até o segundo elevador (Figura 18). <p><u>Exposição:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Galeria Tátil no 2º andar com 12 esculturas que podem ser tocadas por pessoas com deficiência visual (Figura 18). • Réplicas de quadros e esculturas em miniaturas para manuseio, especiais mas não restritos a pessoas com deficiência visual ou intelectual (Figura 18). • Maquete da edificação e do entorno para serem tocadas por pessoas com deficiência visual (Figura 18). <p><u>Braille:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Apenas na identificação das maquetes táteis e das esculturas da Galeria Tátil. 	Insuficiente/ Inexistente
 Banheiros	Possui banheiros femininos e masculinos adaptados a pessoas com deficiência física.	Plena/ Total

<p>Mobiliário e equipamentos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Possui Telefone para Surdos. • Possui bancos. • Possui guarda-volumes gratuito. • Possui bebedouro adaptado. • Balcão da recepção não-acessível. • Bilheteria não-acessível, localizada no 1º piso. • Dispõe de cadeira de rodas para uso do visitante. • Reserva de lugares para cadeirantes no auditório. 	<p>Parcial/ Satisfatória</p>
 <p>Horário de Funcionamento</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Quarta a segunda-feira, das 10h às 17h30 com permanência até as 18h. • Terça-feira: fechado. 	<p>Plena/ Total</p>
 <p>Ingressos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Valor: R\$6,00 (estudantes têm direito a meia-entrada com a apresentação da carteirinha). • Menores de 10 anos e maiores de 60 anos isentos. • Sábado: gratuito. 	<p>Plena/ Total</p>
 <p>Via de acesso</p>	<p><u>Condições da via de acesso:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Rua Praça da Luz: trânsito moderado, revestimento asfáltico. • Passeio público com largura de aproximadamente 7m. 	<p>Plena/ Total</p>
	<p><u>Rebaixamento de meio-fio:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Possui rampas de rebaixamento do meio-fio em desconformidade com as normas. 	<p>Insuficiente/ Inexistente</p>
	<p><u>Pisos externos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Passeio público em Pedra Portuguesa com mosaico. • Piso na via de acesso em paralelepípedo de basalto e Pedra portuguesa. 	<p>Parcial/ Satisfatória</p>
 <p>Estacionamento</p>	<p><u>Estacionamento:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Possui estacionamento privado gratuito. • Possui área para embarque/desembarque na via de acesso. • Possui bicicletário. 	<p>Plena/ Total</p>
	<p><u>Vagas reservadas:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Possui vagas reservadas para pessoa com deficiência em seu estacionamento privado. • Existem vagas reservadas no estacionamento público, na rua em frente. 	<p>Plena/ Total</p>
 <p>Informações</p>	<p><u>Sinalização Turística:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Possui placas de sinalização turística no entorno com identificação em português e inglês. 	<p>Plena/ Total</p>
	<p><u>Outros idiomas:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Placas de sinalização internas em 2 idiomas (português e inglês). 	<p>Plena/ Total</p>
	<p><u>Site:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Acessível em Libras. • Disponível em Português, Inglês e Espanhol. • Com recurso para aumento da fonte (texto). 	<p>Plena/ Total</p>

Fonte: elaborado pelo autor (2018).

Dentre as condições identificadas e sistematizadas no quadro acima, destaca-se com relação aos recursos físicos de acessibilidade: a partir da reforma realizada

na Pinacoteca, foram inseridas portas de vidro com folhas duplas e esquadria metálica entre as salas de exposição para manter a climatização dos ambientes. Contudo, cada folha de abertura dessa porta não apresenta largura suficiente para passagem de cadeira de rodas e o peso da esquadria dificulta sua abertura, o que torna esses elementos insatisfatórios quanto à acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. A Figura 17 apresenta essa condição e outros recursos físicos como o elevador principal e a rampa no desnível entre pisos:

Figura 17 – Recursos físicos de acessibilidade da Pinacoteca de São Paulo



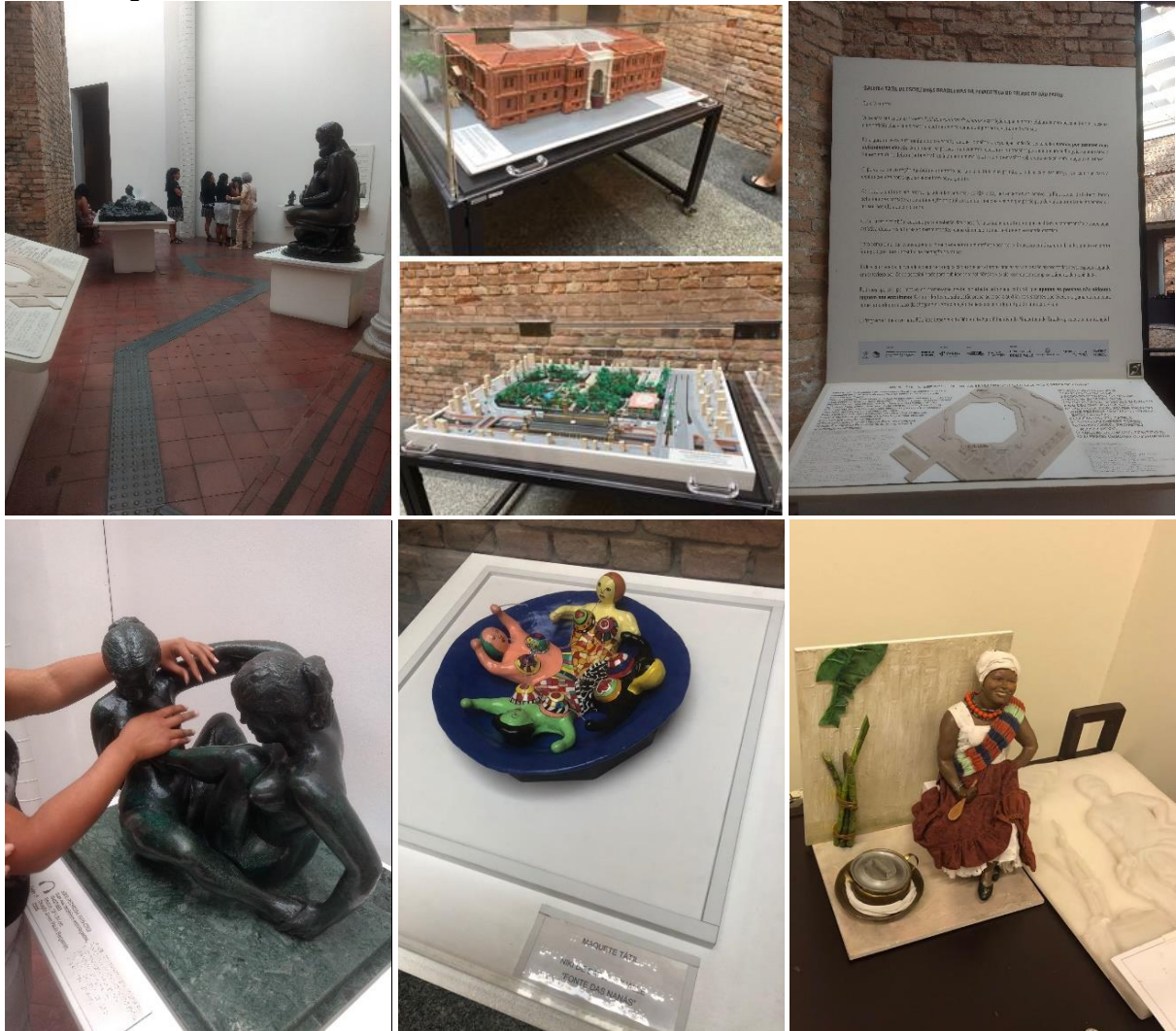
Fonte: Letícia Indart Franzen (2018)

Quanto aos mobiliários e equipamentos, destaca-se que o local oferta condições de acessibilidade em bebedouros, em telefone para surdos, além de dispor de cadeira de rodas para visitantes e de lugares reservados para cadeirantes no auditório. Entretanto, a bilheteria e o balcão da recepção não apresentam dimensões, principalmente de altura de atendimento, compatíveis e acessíveis. A bilheteria localiza-se na entrada principal, que fica no primeiro piso, ocupando o vão de uma antiga abertura da construção. Para minimizar essas adversidades, há uma iniciativa de isenção de ingresso para pessoas com deficiência.

No que se refere aos recursos comunicacionais, ressalta-se a importância do Pepe, projeto criado em 2003 que ao longo dos anos desenvolveu iniciativas de inclusão e acesso a pessoas com deficiências sensoriais, intelectuais e físicas à Pinacoteca. Seus educadores possuem treinamento para receber públicos especiais e atender às suas demandas específicas de visita. Com isso, tem-se recursos diversos que incluem audioguia, audiodescrição, comunicação em Libras e escrita em

Braille. Além de réplicas em miniatura de esculturas, também são desenvolvidas pranchas em alto-contraste, maquetes tridimensionais e reproduções texturizadas em resina acrílica de quadros e pinturas, como ilustram as fotos da Figura 18:

Figura 18 – Recursos de acessibilidade comunicacional da Pinacoteca de São Paulo



Fonte: Letícia Indart Franzen (2018)

Outro fator que se destaca é o site da instituição que contém recursos de acessibilidade para atender a diferentes necessidades de visitantes. Além das condições internas da edificação e da exposição, destaca-se a existência de sinalização turística no entorno em três idiomas; de estacionamento próprio com reserva de vagas para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida; de área de embarque e desembarque para visitantes e bicicletário. Identifica-se como fragilidade o piso do passeio público ao redor da edificação, em paralelepípedo de basalto e mosaico de pedra portuguesa. Apesar de reconhecer-se a originalidade do

material, sua composição dificulta o deslocamento de usuários de aparatos de locomoção, deficientes visuais, idosos, pessoas com carrinho de bebê, etc.

A partir da análise realizada da Pinacoteca enquanto tipo ideal, identificam-se boas práticas e iniciativas diversas que visam a inclusão e a acessibilidade a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Contudo, ainda pode-se considerar que não se tem acessibilidade em sua totalidade, principalmente física, muito em função das condições pré-existentes da construção, por se tratar de uma edificação histórica, tombada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo, e pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo. Ainda assim, ressalta-se que muitos dos recursos empregados possuem baixo-custo de execução e fácil aplicação em ambientes culturais.

6.1.2 Museu de Arte do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS

O Museu de Arte do Rio Grande do Sul - Margs situa-se na capital do estado, Porto Alegre. O edifício que o abriga foi projetado pelo arquiteto Theodor Wiederspahn, e construído em 1913 para sediar, originalmente, uma Delegacia Fiscal (MARGS, 2015). Apesar de o Margs ter sido instituído em 1954, somente em 1978 passou a ocupá-lo. Em seu entorno encontra-se a Praça da Alfândega e o centro histórico da cidade. A análise desse museu desenvolveu-se a partir da visita realizada no dia 22 de setembro de 2018. A Figura 19 apresenta fotos externas do local:





Figura 19 – Fotos do Museu de Arte do Rio Grande do Sul, Porto Alegre








Fonte: Bruna Tronca (2018).

Destaca-se que a edificação de três pavimentos e aproximadamente 5 mil m² de área (ANEXO B), foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1981, e reconhecida como patrimônio cultural do Rio Grande do Sul em 1984. Devido à sua deterioração, em meados da década de 1990, o prédio passou por um processo de restauro. O acervo do museu possui mais de 3.600 obras de arte brasileiras e estrangeiras, com destaque para artistas gaúchos (MARGS, 2015). A partir da visita ao local e de pesquisas foi possível identificar recursos acessíveis, os quais foram representados Quadro 9, seguindo as mesmas categorias estabelecidas na análise anterior.

Quadro 9 – Sistematização dos recursos de Acessibilidade do Margs

Recursos de Acessibilidade	Descrição	Nível de Acessibilidade
 Físicos Internos	<u>Acesso:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Acesso principal: se dá por degraus até o hall (Figura 20) e por escadas até o primeiro nível de exposição. • Acesso secundário: no nível térreo, na fachada lateral, para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (Figura 20). 	Parcial/ Satisfatória
	<u>Desníveis Internos:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Possui três pavimentos, os quais podem ser acessados por elevador (Figura 20) e escadas. • Pequenos desníveis entre as salas de exposição (transição de pisos) são resolvidos com pequenas rampas (Figura 20). 	Plena/ Total
	<u>Portas:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Possui vãos largos nas passagens entre os ambientes (portas duplas) e portas simples com largura adequada para passagem de cadeira de rodas (Figura 20). 	Plena/ Total
	<u>Pisos:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Alternância de materiais nos pisos internos (cerâmico, madeira, pedra polida). 	Plena/ Total
 Libras	<ul style="list-style-type: none"> • Não foram encontrados recursos para comunicação em Libras. 	Insuficiente/ Inexistente
 Audiodescrição	<ul style="list-style-type: none"> • Não foram encontrados recursos de audiodescrição. 	Insuficiente/ Inexistente
 Táteis	<u>Piso:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Não foi encontrado piso tátil nos ambientes internos da edificação. 	Insuficiente/ Inexistente
	<u>Exposição:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Não foram encontrados recursos táteis nas exposições do museu. 	Insuficiente/ Inexistente
	<u>Braille:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Não foram encontradas informações em Braille. 	Insuficiente/ Inexistente

 Banheiros	Possui banheiro acessível unissex e banheiros sem acessibilidade divididos entre gêneros masculino e feminino.	Plena/ Total
Mobiliário e equipamentos	<ul style="list-style-type: none"> • Possui bancos. • Possui guarda-volumes gratuito. • Balcão da recepção não-acessível. • Não dispõe de bebedouro para visitantes. • Dispõe de cadeira de rodas para uso do visitante. • Não possui reserva de lugares para cadeirantes no auditório, nem assentos para obesos. 	Insuficiente/ Inexistente
 Horário de Funcionamento	<ul style="list-style-type: none"> • Terça-feira a domingo, das 10h às 19h. • Segunda-feira: fechado. 	Plena/ Total
 Ingressos	<ul style="list-style-type: none"> • Entrada gratuita. 	Plena/ Total
 Via de acesso	<u>Condições da via de acesso:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Vias adjacentes de trânsito local, boas condições de pavimentação. • Passeio público com largura de aproximadamente 3m. 	Parcial/ Satisfatória
	<u>Rebaixamento de meio-fio:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Possui rampas de rebaixe do meio-fio nas esquinas adjacentes em condições parciais de acessibilidade. 	Parcial/ Satisfatória
	<u>Pisos externos:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Passeio público em Pedra Portuguesa com mosaico. • Piso na via de acesso em paralelepípedo de basalto. 	Parcial/ Satisfatória
 Estacionamento	<u>Estacionamento:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Não possui estacionamento próprio. • Existência de vagas de estacionamento na via pública. 	Parcial/ Satisfatória
	<u>Vagas reservadas:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Existência de vagas reservadas a pessoa com deficiência e idoso na via pública ao lado do museu. 	Parcial/ Satisfatória
 Informações	<u>Sinalização Turística:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Possui uma pequena placa de sinalização turística na esquina, sem legibilidade. 	Insuficiente/ Inexistente
	<u>Outros idiomas:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Não disponível. 	Insuficiente/ Inexistente
	<u>Site:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Não está disponível em outros idiomas. • Não apresenta recursos de acessibilidade. 	Insuficiente/ Inexistente

Fonte: elaborado pelo autor (2018).

No caso do Margs, destaca-se enquanto recursos de acessibilidade física: a existência de um elevador com porta pantográfica para acesso a todos os pavimentos; a correção de desníveis internos entre ambientes por pequenas rampas com faixa

adesiva antiderrapante; corredores de circulação e portas com largura adequada para passagem de cadeira de rodas. Contudo, um dos principais problemas identificados nesse quesito configura-se no acesso à edificação, uma vez que a entrada principal possui escadas e a acessibilidade só é possível por uma porta lateral. Esse acesso está identificado em um *totem* de informação em frente à edificação, mas para acessá-lo é necessário solicitar a abertura da porta na recepção ou por contato telefônico. Assim, ainda que se tenha o recurso, seu uso torna-se restritivo e inconveniente. A Figura 20 ilustra com fotos algumas dessas condições:

Figura 20 – Recursos físicos de acessibilidade Museu de Arte do Rio Grande do Sul



Fonte: Bruna Tronca (2018).

Outra dificuldade encontrada no local remete-se à acessibilidade comunicacional e de informação. Destaca-se que as placas de identificação das obras encontram-se em altura acessível, porém com letras reduzidas o que torna pouco

legível para pessoas com baixa visão, idosos, etc. Além disso, não são apresentadas informações em Braille, nem em outros idiomas. Também não se identificam recursos de audiodescrição nem funcionários capacitados para prestar orientações em Libras. Dessa maneira, a partir dos exemplos encontrados na Pinacoteca de São Paulo, tem-se recursos potenciais que poderiam ser implementados no Margs para qualificá-lo e torná-lo mais inclusivo.

6.1.3 Instituto Hércules Galló, Caxias do Sul - RS

O Instituto Hércules Galló localiza-se em Caxias do Sul, no bairro Galópolis, às margens da rodovia BR-116. Inaugurado em 10 de novembro de 2012, seu projeto envolveu o restauro de duas casas históricas e centenárias pertencentes a Hércules Galló – um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento da indústria têxtil da região (BUENO, 2012). Visando à valorização da cultura e da memória local, o Instituto está instalado em três edificações – sendo duas antigas que foram restauradas e outra nova, construída e inaugurada em 2014, como apresenta a Figura 21:

Figura 21 – Fotos do Instituto Hércules Galló, Caxias do Sul






Fonte: Bruna Tronca (2018).




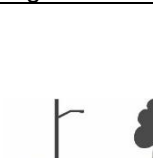


A casa menor (Casa 1), construída em 1904, possui estilo em chalé com influência da arquitetura do período tardio de formação colonial migratória italiana (BUENO, 2012). Essa abriga atualmente a reserva técnica e o Banco de Dados. Já o casarão (Casa 2), com aproximadamente 500m², data de 1908 e possui quatro pavimentos: porão, térreo, pavimento superior e sótão (BUENO, 2012). Nele está abrigado o Museu do Território, inaugurado em 28 de novembro de 2015, onde são

apresentados aspectos da vida de Hércules Galló e detalhes da vivência familiar, narrando a história de vida desse empreendedor. A terceira edificação do complexo, o Espaço Multiuso Edwige Galló, tem o propósito de receber exposições, mostras, palestras e exposições artísticas e culturais.

A escolha desse local como tipo ideal baseou-se no acompanhamento do projeto de restauro, em estudos anteriores e em visitas prévias realizadas ao Instituto, após sua inauguração. Para esta pesquisa, realizou-se uma visita no dia 13 de novembro de 2018 a fim de identificar recursos acessíveis e coletar informações pertinentes à análise. O Quadro 10 sintetiza a os recursos de acessibilidade identificados no local, a partir das categorias estabelecidas anteriormente:

Quadro 10 – Sistematização dos recursos de Acessibilidade do Instituto Hércules Galló

Recursos de Acessibilidade	Descrição	Nível de Acessibilidade
 Físicos Internos	<u>Acesso:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Museu do Território (Casa 2): acesso principal com degraus, acesso secundário com rampa, em uma porta lateral. • Espaço Edwiges Galló: acesso principal por escada, acesso secundário a partir do casarão com rampa. • Casa 1: acesso principal com degraus, acesso secundário com rampa 	Parcial/ Satisfatória
	<u>Desníveis Internos:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Museu do Território (Casa 2): possui elevador para acesso entre o térreo e o segundo pavimento. • Espaço Edwiges Galló: sem desníveis internos. • Casa 1: possui escadas originais que acessam o porão e o sótão. 	Parcial/ Satisfatória
	<u>Portas:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Museu do Território (Casa 2): portas originais com largura adequada. • Espaço Edwiges Galló: possui porta dupla de acesso. • Casa 1: possui portas com largura adequada. 	Total/ Plena
	<u>Pisos:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Museu do Território (Casa 2): pisos originais de madeira (taboão). • Espaço Edwiges Galló: piso cerâmico. • Casa 1: pisos originais de madeira (taboão). 	Parcial/ Satisfatória
 Libras	<ul style="list-style-type: none"> • Possui monitora cultural com conhecimento básico em Libras. 	Parcial/ Satisfatória
 Audiodescrição	<ul style="list-style-type: none"> • Não foram encontrados recursos de audiodescrição. 	Insuficiente/ Inexistente
	<u>Piso:</u>	Insuficiente/ Inexistente

	<ul style="list-style-type: none"> • Não foi encontrado piso tátil nos ambientes internos da edificação. 	
Táteis	<u>Exposição:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Não foram encontrados recursos táteis nas exposições do museu. 	Insuficiente/ Inexistente
	<ul style="list-style-type: none"> • Museu do Território (Casa 2): possui banheiros acessíveis no térreo, construídos em bloco anexo, nos gêneros masculino e feminino. • Espaço Edwiges Galló: possui banheiro acessível. Casa 1: possui banheiro acessível. 	Plena/ Total
Banheiros	<ul style="list-style-type: none"> • Não possui bebedouros. • Não possui telefones públicos. • Nas áreas de exposição não possui bancos. • Não dispõe de cadeira de rodas para visitantes. 	Insuficiente/ Inexistente
	<ul style="list-style-type: none"> • Terça-feira a sábado, das 13h30min às 17h30min. • Segunda-feira e domingo: fechado. • Excepcionalmente realizam-se visitas com agendamento. 	Parcial/ Satisfatória
Horário de Funcionamento	<ul style="list-style-type: none"> • Entrada gratuita. 	Plena/ Total
	<p><u>Condições da via de acesso:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Via de acesso de fluxo intenso (BR-116), sem recuo para redução da velocidade e acesso ao estacionamento. <p><u>Rebaixamento de meio-fio:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Não se aplica. <p><u>Pisos externos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Passeio-público apenas no lado adjacente da via, com largura inferior a 1m. • Via de acesso em asfalto, com inclinação > 8,33%. 	Insuficiente/ Inexistente
	<p><u>Estacionamento:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Possui estacionamento próprio. <p><u>Vagas reservadas:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Não possui marcação de vagas reservadas as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. 	Insuficiente/ Inexistente
	<p><u>Sinalização Turística:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Sem sinalização turística pública. • Totem indicativo no acesso. <p><u>Outros idiomas:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Possui monitora cultural fluente em português e inglês, com conhecimento de italiano. • Possui um documentário sobre o restauro das casas disponibilizado em inglês, português e italiano. <p><u>Site:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Não está disponível em outros idiomas. • Não apresenta recursos de acessibilidade. 	Insuficiente/ Inexistente
Estacionamento	Informações	

Fonte: elaborado pelo autor (2018).

Com relação aos recursos físicos de acessibilidade, destaca-se que, a partir do restauro, as edificações existentes foram adaptadas visando mínimas interferências nas construções originais. Essas são tombadas pelo Patrimônio Histórico e Cultural de Caxias do Sul. Dessa maneira, anexo à lateral do casarão foi construído um bloco para abrigar o elevador e os sanitários, projetados com condições acessíveis. Além disso, como a entrada principal tem seu acesso por uma escada, uma rampa foi instalada em um acesso secundário. A partir do segundo pavimento do casarão é possível o acesso a uma passarela que dá acesso ao Espaço Multiuso, possibilitando a acessibilidade física ao local, que se encontra elevado em relação ao nível do piso do estacionamento. A Figura 22 apresenta algumas dessas condições:

Figura 22 – Recursos físicos de acessibilidade do Instituto Hércules Galló



Fonte: Bruna Tronca (2018).

Embora se considere um tipo ideal, principalmente com relação aos recursos de acessibilidade física, faz-se necessário destacar alguns pontos desfavoráveis para sua visitação. Em primeiro lugar, a carência de acessibilidade comunicacional e de informações do local. Os textos descritivos da história e dos objetos expostos encontra-se em letra reduzida, somente em português, conforme mostra a Figura 23. Considera-se que algumas informações principais poderiam apresentar informações em Braille ou em outros idiomas, bem como em texto ampliado.

Figura 23 – Falta de legibilidade nos textos descritivos do Instituto Hércules Galló



Fonte: Bruna Tronca (2018).

Também se ressalta a dificuldade do acesso externo – da rodovia ao estacionamento – uma vez que não há recuo na estrada para desaceleração e manobra de veículos, nem área para embarque/desembarque de visitantes, como apresenta a Figura 24. Embora o projeto de adaptação do local para o novo uso incluía essas facilidades, até o momento não houve a liberação do Departamento de Estradas de Rodagem para execução, conforme informações do Instituto. Além disso, a pavimentação externa em paralelepípedo irregular de basalto e brita dificulta a locomoção entre os edifícios. Por fim, considera-se que, com o horário de funcionamento reduzido, a possibilidade de visita acaba sendo limitada.

Figura 24 – Condições de acesso ao Instituto Hércules Galló



Fonte: Bruna Tronca (2018).





A partir da análise do Instituto Hércules Galló, bem como da Pinacoteca de São Paulo e do Museu de Arte do Rio Grande do Sul, podem-se perceber iniciativas







nos diversos âmbitos da acessibilidade para possibilitar a visitação segura, autônoma e confortável ao maior número de pessoas, incluindo pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Ainda que se identifiquem fragilidades em alguns casos, principalmente quanto às dimensões da comunicação e da informação, destacam-se as potencialidades na possibilidade de igualdade de oportunidades aos usuários. Com isso, apresenta-se a seguir uma síntese dos tipos ideais analisados.

6.2 SÍNTESE DOS MUSEUS ANALISADOS

Para possibilitar o cruzamento dos dados levantados sobre os museus analisados enquanto tipos ideais, faz-se um comparativo a partir das categorias estabelecidas entre a Pinacoteca de São Paulo, o Museu de Arte do Rio Grande do Sul e o Instituto Hércules Galló, conforme apresenta o Quadro 11. Reforça-se que esses apresentam temáticas comuns, assim como compartilham da condição de situarem-se em construções históricas que sofreram adaptações em sua estrutura física por iniciativas de acessibilidade. Além disso, representam diferentes partir de escalas de referência de âmbito nacional, estadual e local, respectivamente.

Quadro 11 – Síntese dos tipos ideais analisados

Recursos de Acessibilidade		Pinacoteca de SP	Margs	Inst. Hércules Galló
 Físicos Internos	Acesso	Parcial/ Satisfatória	Parcial/ Satisfatória	Parcial/ Satisfatória
	Desníveis Internos	Plena/ Total	Plena/ Total	Parcial/ Satisfatória
	Portas	Insuficiente/ Inexistente	Plena/ Total	Plena/ Total
	Pisos	Plena/ Total	Plena/ Total	Parcial/ Satisfatória
 Libras		Plena/ Total	Insuficiente/ Inexistente	Parcial/ Satisfatória
 Audiodescrição		Plena/ Total	Insuficiente/ Inexistente	Insuficiente/ Inexistente
 Táteis	Piso	Insuficiente/ Inexistente	Insuficiente/ Inexistente	Insuficiente/ Inexistente
	Exposição	Parcial/ Satisfatória	Insuficiente/ Inexistente	Insuficiente/ Inexistente
	Braille	Parcial/ Satisfatória	Insuficiente/ Inexistente	Insuficiente/ Inexistente

Recursos de Acessibilidade		Pinacoteca de SP	Margs	Inst. Hércules Galló
 Banheiros		Plena/ Total	Plena/ Total	Plena/ Total
Mobiliários e equipamentos		Parcial/ Satisfatória	Insuficiente/ Inexistente	Insuficiente/ Inexistente
 Horário de Funcionamento		Plena/ Total	Plena/ Total	Parcial/ Satisfatória
 Ingressos		Plena/ Total	Plena/ Total	Plena/ Total
 Via de acesso	Condições da via de acesso	Plena/ Total	Parcial/ Satisfatória	Insuficiente/ Inexistente
	Rebaixamento do meio-fio	Insuficiente/ Inexistente	Parcial/ Satisfatória	Insuficiente/ Inexistente
	Pisos externos	Parcial/ Satisfatória	Parcial/ Satisfatória	Insuficiente/ Inexistente
 Estacionamento	Estacionamento	Plena/ Total	Parcial/ Satisfatória	Plena/ Total
	Vagas reservadas	Plena/ Total	Parcial/ Satisfatória	Insuficiente/ Inexistente
 Informações	Sinalização Turística	Plena/ Total	Insuficiente/ Inexistente	Insuficiente/ Inexistente
	Outros idiomas	Plena/ Total	Insuficiente/ Inexistente	Parcial/ Satisfatória
	Site	Plena/ Total	Insuficiente/ Inexistente	Insuficiente/ Inexistente

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Percebe-se que os três casos analisados possuem, em geral, condições satisfatórias de acessibilidade física. Em todos existem acessos destinados a pessoas com deficiência, principalmente cadeirantes, ainda que em entradas secundárias. Também são tratados os desníveis internos e pisos de maneira a permitir percursos internos acessíveis. À exceção da Pinacoteca de São Paulo, as portas e passagens são adequadas à circulação dos visitantes, independentemente de suas condições específicas. Outro ponto positivo é a adaptação de banheiros para visitantes, seguindo as orientações de normas específicas, como a NBR 9050 (ABNT, 2015), sejam separados por sexo ou unissex.

Também se destaca a disponibilidade dos horários de visita e, mais do que isso, a isenção de ingressos, viabilizando a acessibilidade econômica, ainda que

não seja o foco desta pesquisa. A Pinacoteca de São Paulo dá exemplo da possibilidade de ensejar projetos e investimentos na instituição por meio do retorno financeiro obtido com a cobrança de uma taxa de adesão, ainda que em uma instituição de caráter público. Ao mesmo tempo, oferece entrada gratuita aos visitantes aos sábados e disponibiliza descontos e gratuidades a públicos específicos.

Por outro lado, em outros aspectos como recursos comunicacionais e de informação, percebe-se a deficiência nos exemplares estadual e local analisados. Tanto o Margs quanto o Instituto Hércules Galló não dispõem de soluções táteis, em Braille, em Libras e de audiodescrição para acessibilidade plena. Também são insuficientes as informações disponibilizadas em outros idiomas, na sinalização turística e no *site* das respectivas instituições. Nota-se que as adaptações de acessibilidade se concentram, muitas vezes, apenas na eliminação de barreiras físicas, sem considerar outras estratégias que atendam aos demais tipos de necessidades. Além disso, mobiliários e equipamentos não se encontram mobiliários e equipamentos voltados ao uso dos visitantes.

Outras condições adversas com relação à microacessibilidade podem ser percebidas no ambiente externo. Ainda que as edificações analisadas estejam adaptadas para possibilitar entradas e percursos internos acessíveis, identifica-se a falta de consideração com o entorno, em que se envolvem as ruas adjacentes e os passeios, os pisos externos, o rebaixamento de meio-fio e até mesmo o estacionamento. Nesses casos, deve-se viabilizar rotas acessíveis, que façam a conexão da via de acesso ao museu. Para tanto, é necessário considerar múltiplos meios de locomoção que podem ser utilizados pelos visitantes, desde o transporte coletivo, o uso de veículos particulares, a chegada por ônibus de excursão, a pé, etc.

As condições encontradas nos tipos analisados refletem além de níveis diferentes de atendimento às premissas ideais de acessibilidade. Representam escalas diversas de investimento, de demanda e de atendimento a leis, normas e políticas públicas relacionadas aos direitos de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e à inclusão. No caso da Pinacoteca, encontram-se mais recursos e estratégias voltadas a públicos diversos, sendo uma instituição que recebe um montante maior de visitantes do que os demais museus analisados. Ao mesmo passo, o Museu de Arte do Rio Grande do Sul, por sua escala estadual, apresenta condições melhores que o Instituto Hércules Galló, museu local de Caxias do Sul.

Contudo, independentemente da escala de abrangência, considera-se necessário o atendimento à legislação vigente e às premissas de inclusão social por meio da acessibilidade plena ou, no mínimo, satisfatória. Nesse sentido, percebe-se a importância da participação da comunidade na reivindicação de adaptações, bem como a representatividade do público visitante. Com essa reflexão, faz-se possível estabelecer uma definição de um tipo ideal que sirva de referência à análise dos objetos de estudo, apoiado em leis e normas relativas às categorias propostas, que atendem ao ambiente interno, externo, e recursos de comunicação e informação.

6.3 DEFINIÇÃO DO TIPO IDEAL

A fim de possibilitar o desenvolvimento do diagnóstico dos museus municipais de Caxias do Sul – RS, estabelece-se nesta seção uma síntese dos tipos ideais apresentados anteriormente. Entende-se que esse modelo conceitual responde a ferramentas, tecnologias e condições atuais, identificadas neste momento, mas que podem ser substituídas por novas soluções com o passar do tempo, uma vez que se amplie a inclusão das de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida na sociedade. Com isso, pode-se ter novas normas e leis, cada vez mais adequadas e conscientes às necessidades específicas desse público.

Para sistematizar as informações analisadas nos tipos ideais, avaliam-se as boas práticas de acessibilidade identificados, estabelecendo um guia de estratégias. Para tanto, faz-se necessária a redução em categorias para formulação da síntese de recursos de acessibilidade. Essas foram divididas em ambiente interno, ambiente externo e comunicacionais/ de informação. Na primeira, inclui-se acessos, desníveis, escadas e degraus isolados, elevadores e plataformas elevatórias, rampas, pisos, portas, circulação, mobiliário e equipamentos e banheiros (WC). Na segunda, rota acessível, estacionamento, passeios, via de acesso, faixa de pedestres e mobiliário urbano. E na terceira, elenca-se: sinalização interna, Libras, audiodescrição, Braille, táteis, idiomas, site e sinalização turística, conforme o Quadro 12.

Quadro 12 – Síntese de Recursos de Acessibilidade

Ambiente interno	
Acessos	Todas as entradas e rotas de interligação devem ser acessíveis. “Na adaptação de edificações e equipamentos urbanos existentes, todas as entradas devem ser acessíveis e, caso não seja possível, desde que comprovado tecnicamente, deve ser adaptado o maior número de acessos.” (ABNT, 2015, p. 54).

Desníveis	Os desníveis internos, superiores a 5mm (ABNT, 2015) e entrepisos devem ser amenizados por meio de rampas, plataformas ou elevadores.
Escadas e degraus isolados	A largura das escadas é calculada de acordo com o fluxo de pessoas, mas a dimensão mínima para rotas acessíveis é de 1,20m. Devem possuir sinalização visual e corrimãos laterais. Em casos de escadas com largura igual ou superior a 2,40m deve ser instalado corrimão intermediário (ABNT, 2015).
Elevadores e plataformas elevatórias	Equipamentos eletromecânicos devem ter painéis de chamada com informações em relevo e em Braille, com sinalização tátil e visual no piso e atender a normas específicas (ABNT, 2015).
Rampas	Para serem consideradas acessíveis, as rampas devem ter largura mínima de 1,20m, corrimãos, e inclinação mínima de 5% e máxima de 8,33%, respeitados os desníveis máximos, a criação de patamares (com comprimento mínimo de 1,20m) e o número máximo de segmentos. “Em reformas, quando esgotadas as possibilidades de soluções que atendam integralmente à Tabela 6, podem ser utilizadas inclinações superiores a 8,33 % (1:12) até 12,5 % (1:8)” (ABNT, 2015, p. 59). Nesses casos podem ser executadas com largura de 0,90m.
Pisos	Devem ser utilizados pisos estáveis, regulares, não-trepidantes e antiderrapantes (tanto seco quanto molhado), com inclinação transversal de até 2%, e sinalização tátil e visual – de alerta e direcional - contrastante com o piso existente (ABNT, 2015).
Portas	As portas ou vãos de passagem devem dispor de largura adequada (vão livre mínimo de 0,80m de largura e 2,10m de altura), preferencialmente com maçaneta do tipo alavanca ou puxadores com, no mínimo, 0,30m de comprimento. Portas do tipo vaivém devem ter um visor no eixo vertical. Portas de correr recomenda-se a instalação de trilhos na parte superior. Portas e paredes de vidro devem ser identificadas de maneira contínua para fácil identificação visual da barreira (ABNT, 2015).
Circulação	Os corredores internos de até 4m de comprimento com 0,90m de largura; até 10m de comprimento com 1,20m de largura; e com extensão maior que 10m com 1,50m de largura (ABNT, 2015).
WC	“Os sanitários, banheiros e vestiários acessíveis devem localizar-se em rotas acessíveis” (ABNT, 2015, p. 83), a uma distância recomendada de 50m de qualquer ponto da edificação. O número de sanitários acessíveis para novas construções deve atender a 5% do total de peças sanitárias, sendo no mínimo um feminino e um masculino em cada pavimento; e um por pavimento no caso de edificações existentes (ABNT, 2015, p. 84). O dimensionamento, barras de apoio e demais condições devem atender às situações expostas na norma.
Mobiliário e equipamentos	No caso de telefones públicos, bebedouros, lixeiras e etc. devem ser instalados fora da faixa livre de circulação, com pelo menos um equipamento em altura diferenciada que possibilite o alcance do maior número de pessoas. Balcões de atendimento e informações e bilheterias devem ser facilmente identificáveis, localizados em rotas acessíveis, com largura mínima de 0,90m e altura entre 0,75m a 0,85m do piso acabado, com iluminação adequada. Em teatros, cinemas, auditórios, restaurantes e similares devem ser reservados espaços para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, de acordo com as orientações de normas específicas para cada caso (ABNT, 2015).
Ambiente externo	
Rota acessível	As edificações de uso público devem ter pelo menos uma rota acessível - percurso contínuo, desobstruído e sinalizado conectando a via de acesso à edificação (ABNT, 2015).
Estacionamento	reserva de vagas a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (2% do total de vagas ou, no mínimo, uma), devidamente sinalizadas na vertical e na horizontal (BRASIL, 2015a, cap. X, art. 47; ABNT, 2015).
Passeio	O passeio público deve ter inclinação transversal máxima de 3%, com faixa livre para circulação de pedestres contínua de, no mínimo, 1,20m de largura e pisos adequados. (ABNT, 2015). Deve ser colocado piso tátil direcional e alerta conforme determinações de norma específica.
Via de acesso	“As vias são os caminhos físicos preparados para a circulação de pessoas e veículos. Elas são formadas por [...] calçadas [...] e o ‘leito carroçável’, por onde devem circular os veículos” (VASCONCELLOS, 2018, p. 77).

Faixa de pedestres	Faixa de travessia de pedestres elevada ou com rebaixe de meio-fio, devidamente sinalizadas (ABNT, 2015).
Mobiliários urbanos	“Recomenda-se que todo mobiliário urbano atenda aos princípios do desenho universal” (ABNT, 2015, p. 113). Devem ser instalados, preferencialmente, fora da rota acessível, e devidamente sinalizados.
Comunicacionais/ de Informação	
Sinalização interna	É importante o museu apresentar uma identidade visual, bem como utilizar um logo em todo o material de divulgação e comunicação. O percurso de visitaç�o pode ser direcionado, sugerido ou livre (IBRAM, 2014).
Libras	A comunica�o em Libras pode ocorrer por um educador fluente ou por v�deos, de maneira que sejam institucionalizadas formas de apoiar seu uso e difus�o (BRASIL, 2002). Os espa�os culturais devem ter dispon�veis “atendimento especializado em LIBRAS e por meio de articulador orofacial” (ABNT, 2008).
Audiodescri�o	Recursos de audiodescri�o ou audioguias podem ser realizados por educadores ou por equipamentos de som com alto-falantes ou fones de ouvido para descri�o dos ambientes, dos percursos e roteiros dos pontos de interesse e das obras (BRASIL, 2008).
Braille	Recursos em Braille devem ser utilizados para descri�o da exposi�o, sinaliza�o e orienta�o dos visitantes (BRASIL, 1962; ABNT, 2008).
T�teis	Recursos t�teis, como o caso da Pinacoteca, (maquetes, pranchas em alto-relevo, r�plicas em escala reduzida e reprodu�o em alto-contraste) aumentam a intera�o de visitantes com defici�ncia sensorial e permitem sua visualiza�o e seu entendimento dos espa�os e obras expostas (ABNT, 2008).
Idiomas	Recomenda-se a comunica�o em outros idiomas, com a disponibiliza�o de um livreto de informa�o, audioguias, ou por meio de educadores b�ngues (IBRAM, 2014).
Site	Al�m dos recursos presenciais, o site da institui�o deve ser acess�vel para que os visitantes possam buscar informa�o sobre o local. “Quando em meio digital, as informa�o devem ser process�veis por sistemas de leitura e amplia�o de tela e outros que a tecnologia permitir.” (ABNT, 2008, p. 5).
Sinaliza�o Tur�stica	A sinaliza�o tur�stica no entorno aux�lia na legibilidade e orienta�o dos visitantes, com textos, pictogramas e setas indicativas, seguindo os padr�es estipulados pelo Minist�rio do Turismo. Tamb�m pode ser oferecida em outros idiomas. “[...] a sinaliza�o precisa ser vis�vel, objetiva e com tempo suficiente para leitura da informa�o e adequada condu�o do ve�culo” (IBRAM, 2014, p. 32)

Fonte: elaborado pelo autor (2018)

Com rela o aos audioguias, destaca-se ainda que esse suporte tecnológico utilizado como instrumento de media o pode ser útil a ser utilizado, além de pessoas com deficiência (cegos, pessoas com baixa visão, dificuldades de aprendizagem ou com deficiência intelectual), por crianças e estrangeiros, com a disponibiliza o do áudio em outros idiomas. Essa ferramenta   capaz de “potenciar uma experiência multissensorial, educativa, pessoal e da própria memória coletiva dos visitantes, contribuindo para uma experiência holística do espaço museológico” (MARTINS, 2018, p. 744). Segundo a autora (2018), para tanto, deve ser elaborada com linguagem simples e acessível, com falas entre um e dois minutos e a limita o de até 16 palavras por frase.

Ao se analisar a microacessibilidade física, como neste caso, do entorno imediato da edificação, é relevante considerar que, no país, a responsabilidade pela construção e a manutenção dos passeios é do proprietário do terreno lindeiro. Isso leva à falta de padronização e nivelamento das calçadas, baixa qualidade de execução, inadequação e má conservação dos pisos, etc. No caso de prédios públicos, essa responsabilidade estaria a cargo do governo municipal e, ainda assim, muitas vezes não são encontradas condições ideais. Além disso, apesar da norma orientar a faixa mínima de circulação de 1,20m, “a largura mínima para a circulação confortável nos dois sentidos é de 2 metros, [...] chegando a 6 metros nas grandes metrópoles” (VASCONCELLOS, 2018, p. 75).

Com essa síntese, relacionam-se estratégias para reprimir as barreiras arquitetônicas e comunicacionais que possam se fazer presentes na utilização do espaço construído, em congruência a determinações da legislação vigente. “Os serviços do museu devem permitir ao visitante usufruir de uma visita informativa, agradável e confortável, tanto no sentido físico, quanto no sentido intelectual, afetivo e social.” (IBRAM, 2014, p. 38). Ressalta-se que as orientações de leis e normas acima apresentadas foram reduzidas e devem ser consultadas na íntegra para a execução de adaptações ou construções que utilizem preceitos acessíveis.

Neste caso, especificamente, abordam-se atrativos turísticos de cunho cultural, ao se tratar de museus. Planejar ou adaptar esses locais para universalizar a experiência turística, de maneira segura e autônoma. Além das condições de acessibilidade, devem ser consideradas as orientações normativas específicas para sinalização de emergência e rotas de fuga contra incêndio e pânico. Sugere-se ainda, conforme analisado nos modelos de tipos ideais, a flexibilização do horário de funcionamento e da cobrança de taxa de adesão. A essa, se necessária, indica-se um dia de gratuidade para incentivar a visitação e a acessibilidade econômica de públicos diversos ao local.

Com essas reflexões, espera-se contribuir para discussões teóricas e aplicações práticas acerca da acessibilidade de maneira transversal nos mais diversos meios da sociedade. Além da acessibilidade, as características sistematizadas podem ser relacionadas a categorias fundamentais para obter-se a hospitalidade urbana: legibilidade, identidade, urbanidade, qualidade de vida e cidadania (GRINOVER, 2013). Esses preceitos remetem ainda à eliminação de barreiras no meio físico, dos transportes, da informação e da comunicação, em vista da inclusão social.

7 CAXIAS DO SUL E OS MUSEUS MUNICIPAIS

Para situar os casos de estudo propostos, faz-se uma breve contextualização sobre Caxias do Sul. Para tanto, apresentam-se inicialmente alguns dados censitários considerados relevantes. Em seguida, realiza-se um apanhado histórico que relaciona a cultura da imigração italiana na região, marco que remete à principal temática presente nos museus municipais. Dessa maneira, posteriormente, faz-se possível a caracterização dessas instituições administradas pela Prefeitura Municipal, destacando-se as informações necessárias para o desenvolvimento da pesquisa de campo e do diagnóstico de acessibilidade proposto.

Caxias do Sul situa-se na região nordeste do Rio Grande do Sul, conforme ilustrado na Figura 25; e pode ser considerado um dos principais polos industriais do Brasil, com um PIB de R\$20.637.191,76 (mil) e uma população estimada em 468.518 habitantes (FEE, 2015). A partir de tais indicadores pode-se conferir o *status* de segundo município do Estado em termos de importância econômica e população (CORÁ et al, 2017). Além disso, ocupa a quinta posição no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico do Estado (Idese), com 0,801 (FEE, 2015). Contudo, o município não é considerado um destino indutor do desenvolvimento turístico regional²⁰ (BRASIL, 2015b).

Figura 25 – Situação do município de Caxias do Sul



Fonte: adaptado pelo autor (2018) a partir de FEE (2015)

²⁰ No Rio Grande do Sul, de acordo com o Ministério do Turismo, os principais destinos do RS são: Porto Alegre, Gramado e Bento Gonçalves (BRASIL, 2015b).

Historicamente, apesar de ocupações anteriores no território, tem-se um marco na região com o envio de famílias estrangeiras, principalmente europeias, para o povoamento de terras devolutas. Em 1875, destaca-se a chegada de imigrantes italianos que se estabeleceram na Encosta Superior do Nordeste (MACHADO, 2001) por meio do regime da pequena propriedade, do trabalho livre e do uso de mão de obra familiar (HERÉDIA, 2005). Com o intuito de reproduzir a forma de vida que tinham na Itália, essas famílias fixaram valores sociais na região, como o espírito empreendedor, o culto ao trabalho, a integração e a influência da Igreja Católica, construindo uma identidade cultural (HERÉDIA, 2005, p. 239-240).

Segundo Machado (2001, p. 162), a Colônia Caxias²¹ teve como principal atividade econômica a agricultura – passando da subsistência à produção comercial. Esse desenvolvimento comercial e o crescimento econômico refletiram na formação da zona urbana, principalmente após a construção da estrada de ferro ligando a Colônia à capital do estado e a chegada do trem em 1910 (MACHADO, 2001). O cultivo da uva e a fabricação do vinho foram “as primeiras dentre as atividades agroindustriais de que se ocuparam os imigrantes italianos” e “lideraram as atividades econômicas de Caxias do Sul durante várias décadas” (MACHADO, 2001, p. 183-197).

Esses produtos ganharam representação na Colônia a ponto de se tornarem símbolo de festas em comemoração aos feitos e conquistas (CÉSAR, MARCOLIM, 2017, p. 539), uma vez que os imigrantes trouxeram em sua bagagem cultural seu hábito pelas festas e feiras (MACHADO, 2001, p. 227). Esses eventos, até então de iniciativa da Intendência, são assumidos por lideranças empresariais e cria-se no município, em 1931, a Festa da Uva para celebrar a produção agroindustrial da região, sua história e cultura (MACHADO, 2001). O evento passa a ter maior abrangência e assume caráter regional em 1933, sendo realizado também em 1934 e 1937, com a exposição da diversidade de produtos feitos em Caxias do Sul em um pavilhão montado na Praça Dante Alighieri (MACHADO, 2001).

Contudo, a partir de 1938, por ocasião da Segunda Guerra Mundial, o evento deixa de ser realizado, sendo retomado em 1950 (CÉSAR, MARCOLIM, 2017). Nesse ano, em comemoração aos 75 anos da imigração italiana na região, além dos aspectos econômicos, a Festa da Uva direcionou-se a âmbitos socioculturais, visando

²¹ “Em 1890, pelo Ato estadual 257, de 20 de junho, foi criado o Município de Caxias, que já contava com cerca de 16.000 habitantes e era economicamente produtivo.” (MACHADO, 2001, p. 84).

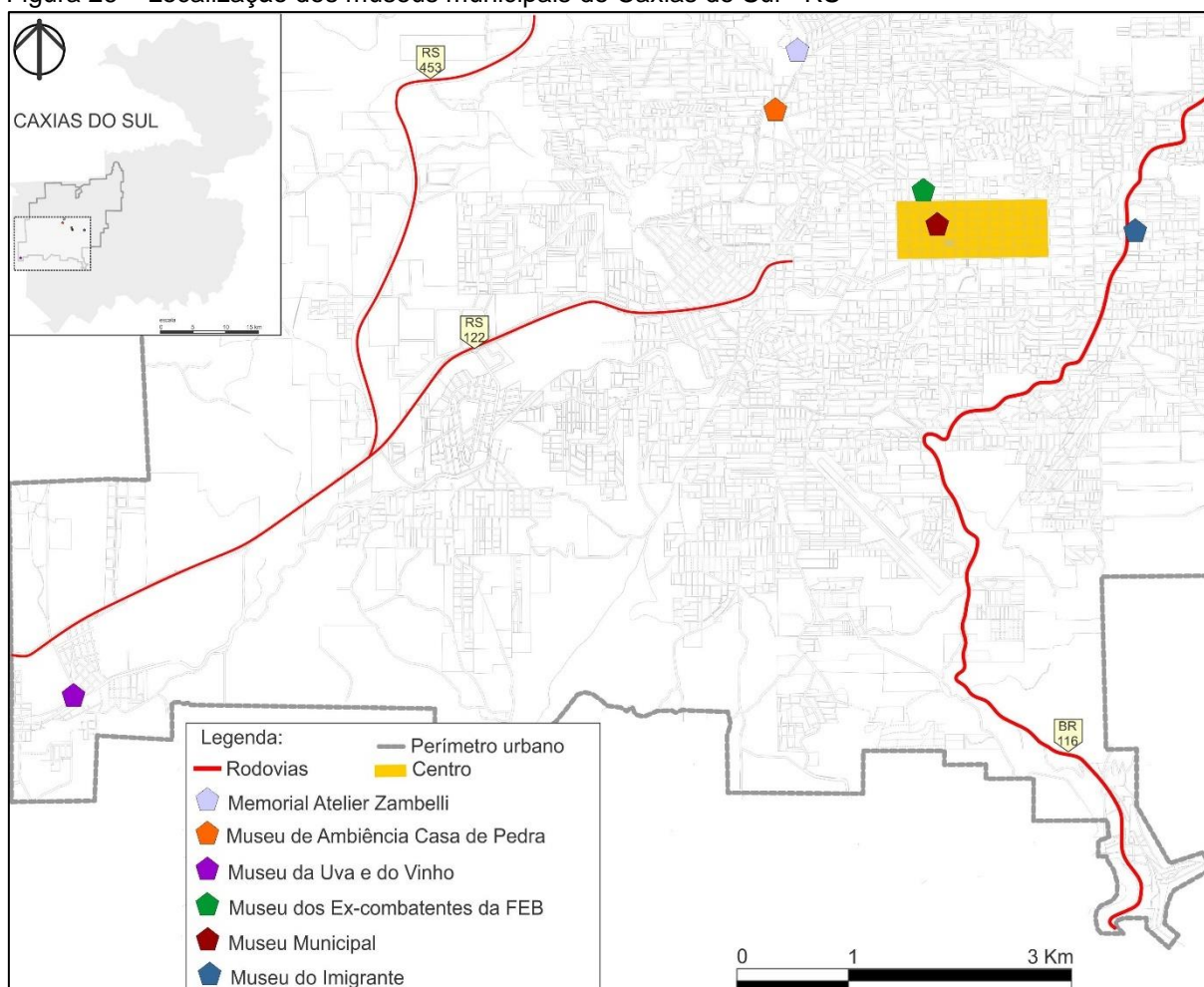
o resgate e a preservação da memória e da tradição italiana local (MACHADO, 2001). Por meio de um concurso nacional, idealizou-se a criação de um monumento em homenagem aos imigrantes do país. Assim, em 1954 inaugura-se o Monumento Nacional ao Imigrante no município (CÉSAR, MARCOLIM, 2017).

Posteriormente, em 1975, em consonância ao centenário da imigração italiana no Rio Grande do Sul, a Festa da Uva passa a ser realizada em uma área adquirida pela prefeitura municipal. Nesse local, denominado Parque Mário Bernardino Ramos, são construídos os pavilhões de exposições em que se realiza esse e diversos outros eventos até os dias atuais. Além disso, destaca-se que naquele ano impulsionou-se a expansão do Museu Municipal de Caxias do Sul e a criação do Museu de Ambiente Casa de Pedra (CORÁ et al, 2017).

A partir desse retrospecto, pode-se considerar que a expressão da cultura italiana influenciou a criação de atrativos e equipamentos urbanos no município, principalmente a partir da década de 1970. Com isso, pode-se situar os objetos de estudo propostos nesta pesquisa: os museus públicos de Caxias do Sul. Para tanto, destaca-se que a cidade é a quarta do estado com maior número de museus (17), atrás de Porto Alegre (78), Santa Maria (25) e Pelotas (21), de acordo com a plataforma colaborativa MuseusBR (BRASIL, 2018).

Entre os 17 museus de Caxias do Sul, embora uma parte tenha principalmente recursos e investimentos privados, nove deles são considerados públicos (BRASIL, 2018). A Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal, atualmente, identifica seis dessas instituições como museus municipais (CAXIAS DO SUL, 2018): o Museu Municipal de Caxias do Sul, o Museu da Casa de Pedra, o Memorial Atelier Zambelli, o Museu da Uva e do Vinho Primo Slomp, o Museu de Ex-Combatentes da Força Expedicionária Brasileira (Feb) na II Guerra Mundial, e o Monumento Nacional ao Imigrante. A Figura 26 situa esses locais no mapa da área urbana do município:

Figura 26 – Localização dos museus municipais de Caxias do Sul - RS



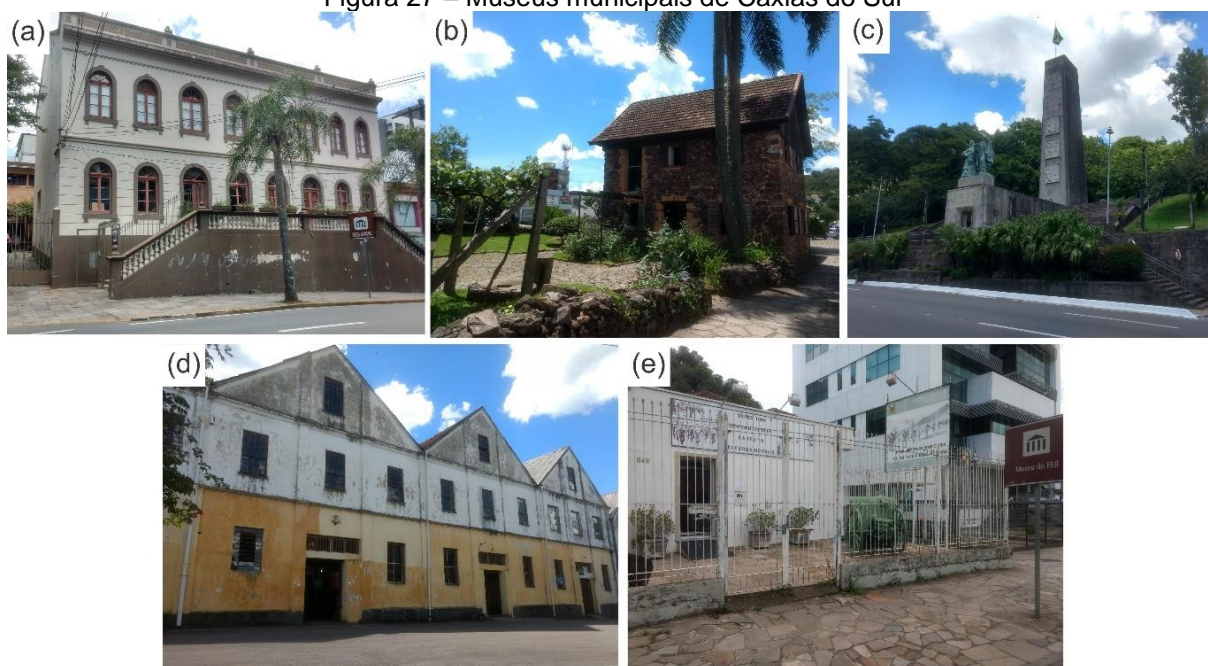
Fonte: elaborado pelo Núcleo de Estudos Urbanos (2018), a partir de Caxias do Sul (2010).

Destaca-se que os museus municipais se encontram dentro do perímetro urbano de Caxias do Sul. O Museu Municipal e o Museu de Ex-Combatentes da Feb na II Guerra Mundial estão localizados na área central urbana; já o Museu do Imigrante situa-se na zona leste, à margem da rodovia BR-116. O Museu de Ambiência Casa de Pedra e o Atelier Zambelli possuem fácil acesso através da Avenida Rubem Bento Alves (Perimetral Norte) e têm como ponto de referência os Pavilhões da Festa da Uva. Esses museus fazem parte do roteiro turístico La Città. Já o Museu da Uva e do Vinho é o que se encontra mais distante da área central, localizado no bairro Forqueta.

Ressalta-se que, em decorrência de uma reforma no Memorial Atelier Zambelli, foi necessário retirar essa instituição da análise desta pesquisa. As visitas no local estão temporariamente indisponíveis, sem data para reabertura. Dessa maneira, ainda que se tenha realizado um pré-teste no Memorial no ano de 2017, tornou-se inviável a continuação do levantamento de dados e da análise das condições de acessibilidade. Portanto, tem-se como objeto de estudo os outros cinco

museus administrados pela Prefeitura Municipal, os quais serão apresentados a seguir: Museu Municipal (a), Museu de Ambiência Casa de Pedra (b), Museu do Imigrante (c), Museu da Uva e do Vinho (d), Museu de Ex-combatentes da Feb na II Guerra Mundial (e), identificados conforme a Figura 27.

Figura 27 – Museus municipais de Caxias do Sul

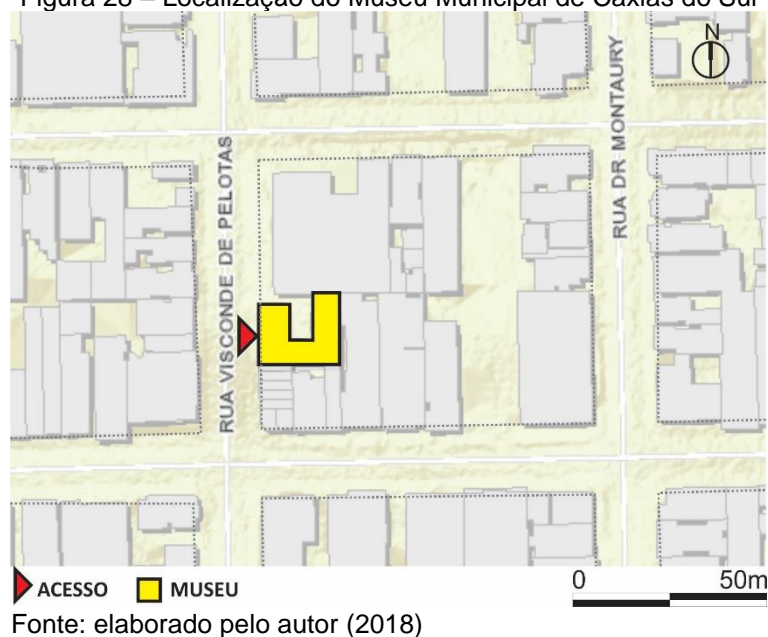


(a) Museu Municipal; (b) Museu de Ambiência Casa de Pedra; (c) Museu do Imigrante; (d) Museu da Uva e do Vinho Primo Slomp; (e) Museu de Ex-combatentes da Feb na II Guerra Mundial
Fonte: Bruna Tronca (2018).

7.1 MUSEU MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL

O Museu Municipal de Caxias do Sul foi criado, juntamente com a Biblioteca Pública, em 1947, registrados pela Lei nº 02 assinada pelo então prefeito Demétrio Niederaurer. Atualmente situa-se a Rua Visconde de Pelotas, conforme a Figura 28, e ocupa a antiga Residência da Família Otolini, construída em 1884. De acordo com o histórico apresentado pela Secretaria Municipal de Cultura, o prédio foi a leilão dez anos mais tarde, sendo arrematado pela Intendência Municipal que a utilizou como delegacia. Em 1919, a edificação passou a sediar a própria Intendência e continuou servindo de sede do poder até 1974. No ano seguinte, em decorrência da Festa da Uva e das comemorações do centenário da imigração italiana na região, o Museu Municipal foi transferido para o local (CAXIAS DO SUL, 2018).

Figura 28 – Localização do Museu Municipal de Caxias do Sul



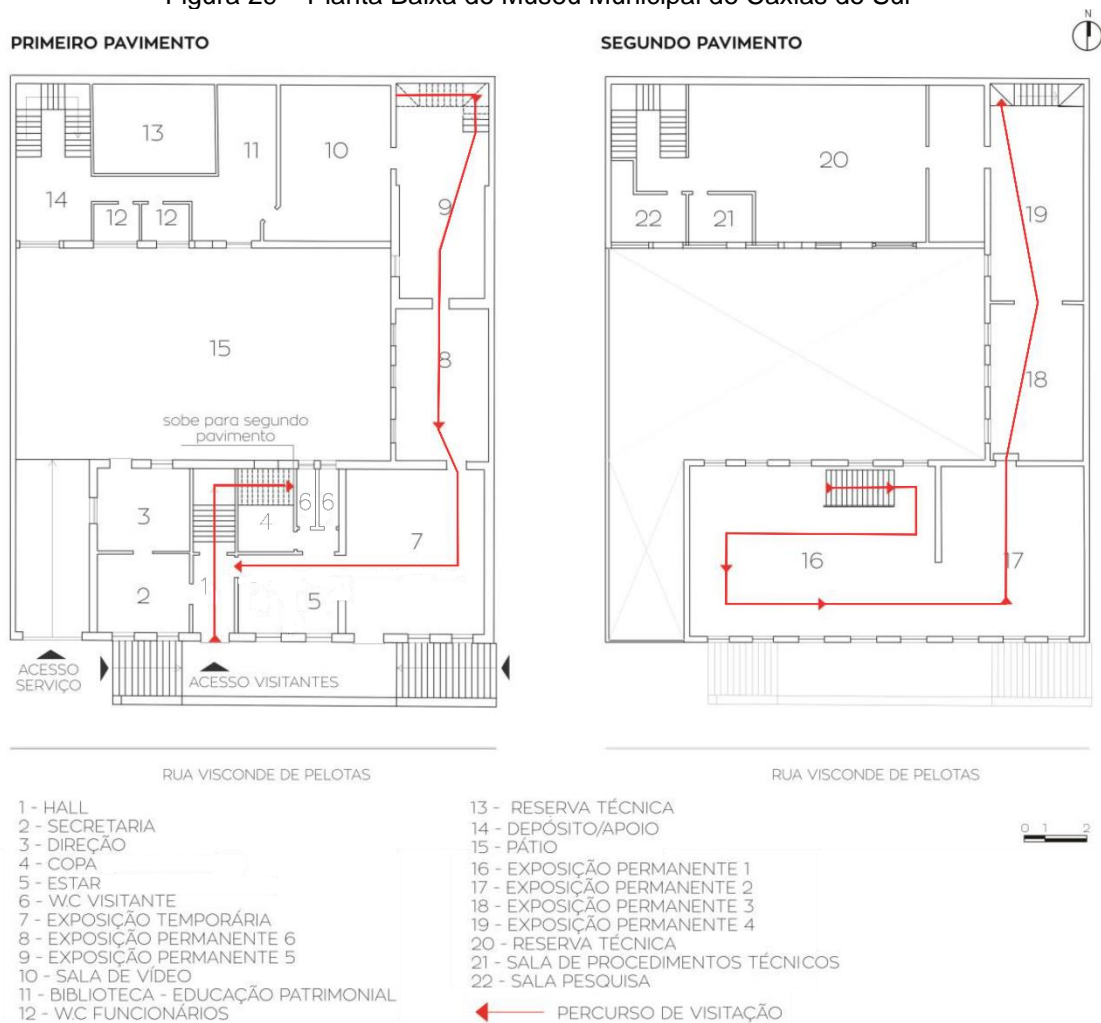
Ao longo do tempo, a edificação sofreu diversas modificações, com ampliações e alterações na fachada. Em 1997, o bloco que ficava nos fundos - que chegou a ser uma Escola Elementar e em outro momento também as celas da cadeia - foi demolido, e no espaço foi construído um prédio para abrigar a reserva técnica do museu, a oficina de conservação, a biblioteca e a sala de vídeo. No ano seguinte foi realizada uma reforma geral em toda a construção, com melhorias internas e externas aos espaços do Museu (MEZZALIRA, 2008, p. 20-21).

Atualmente o acervo do museu está distribuído em seis salas de exposição de longa duração, com objetos, peças e móveis provenientes de doações, referentes desde aos primitivos habitantes à chegada dos imigrantes europeus e ao desenvolvimento da antiga colônia de Caxias. Cada sala remete a uma temática, sendo que no primeiro salão são apresentados objetos arqueológicos encontrados na região, além de peças e ferramentas artesanais utilizadas no cultivo e processos agrícolas e na criação de animais pelos primeiros habitantes.

Em uma linha cronológica, o acervo é distribuído em um percurso, apresentando o desenvolvimento das técnicas, materiais e utensílios, até chegar à montagem de ambientes de comércio e serviço tradicionais na história da cidade: a farmácia, o comércio de secos e molhados, o consultório de dentista, a barbearia. A sala adjacente apresenta produtos, documentos e imagens referentes à Metalúrgica Abramo Eberle, incluindo uma maquete do prédio original, com referência à vocação industrial desenvolvida em Caxias do Sul.

No ambiente seguinte são apresentados artefatos católicos, com imagens produzidas em madeira e em gesso por artesãos locais. No pavimento inferior o acervo volta-se ao trabalho feminino: o cenário doméstico, o artesanato, a agricultura e outros ofícios. Por fim, a última sala de exposição permanente apresenta equipamentos e registros relacionados à fotografia. O museu ainda possui uma sala para exposições temporárias. A Figura 29 ilustra as plantas baixas dos dois andares da edificação.

Figura 29 – Planta Baixa do Museu Municipal de Caxias do Sul



Fonte: Adaptado pelo Núcleo de Estudos Urbanos, do projeto de reforma da edificação em 1973. Documento cedido pelo Arquivo Histórico Municipal (2017).

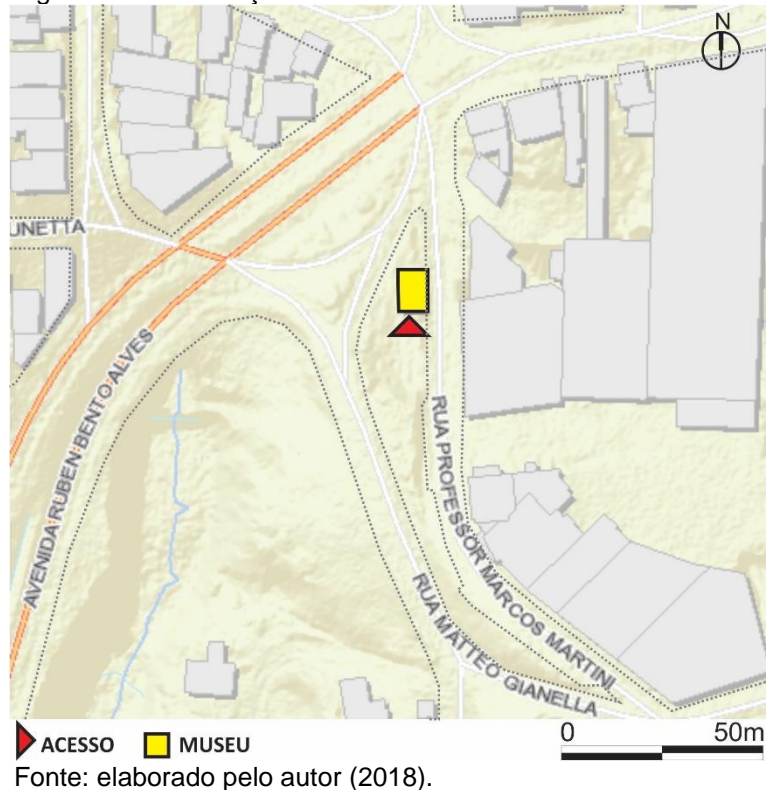
Ressalta-se que o Museu Municipal se encontra na área central da malha urbana de Caxias, em uma via de fluxo intenso, com sinalização turística para o equipamento no entorno. Não existe estacionamento destinado especificamente para visitantes, porém existem vagas públicas na rua adjacente. Além disso, há um recuo

na via de acesso para embarque e desembarque. Seu acesso principal e interno é realizado por escadarias, entre os dois pavimentos, o que gera desníveis internos e restrições de acessibilidade ao local.

7.2 MUSEU DE AMBIÊNCIA CASA DE PEDRA

O Museu de Ambiência Casa de Pedra situa-se na antiga residência da Família Lucchese, a Rua Matteo Gianella, 531, junto à Praça dos Tiroleses, no bairro Santa Catarina, como localiza a Figura 30. A residência foi construída originalmente ao final do século XIX, utilizando os materiais disponíveis na região: pedra de basalto assentadas com barro e madeira. Seu interior é composto por objetos usados pelos primeiros moradores, com o intuito de reproduzir fielmente o ambiente original.

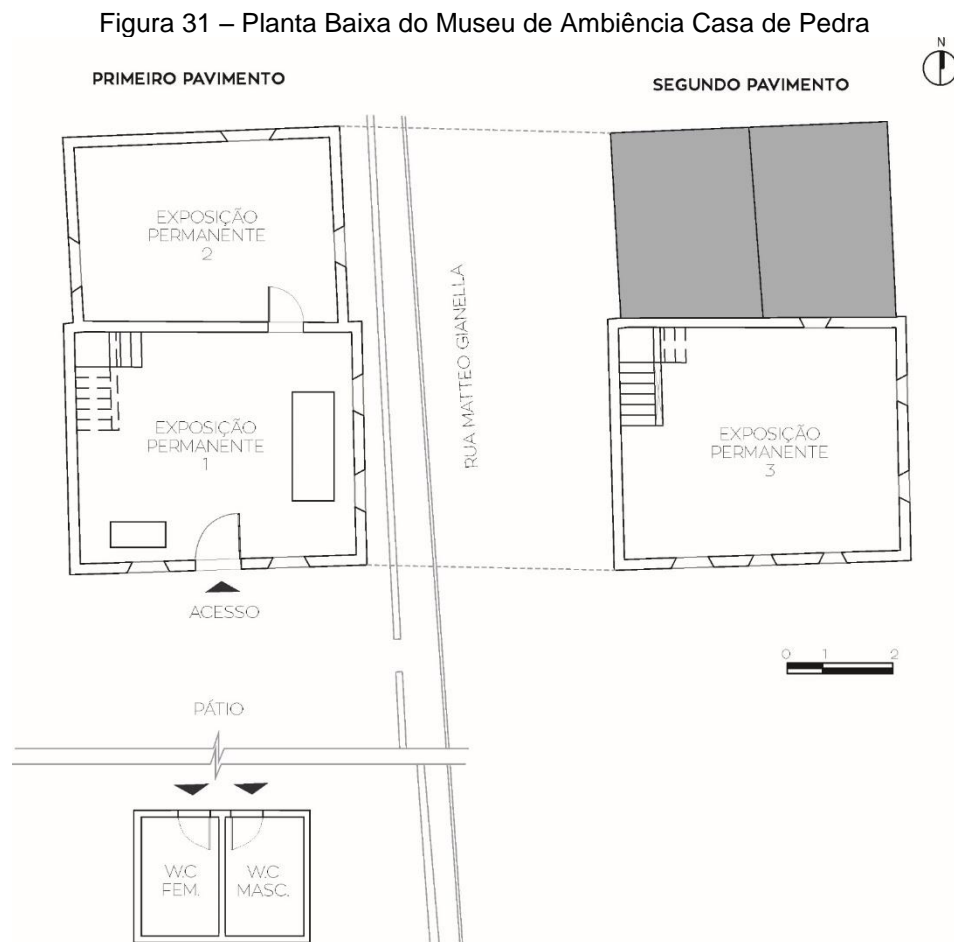
Figura 30 - Localização do Museu de Ambiência Casa de Pedra



A propriedade pertenceu à família Lucchese até 1913, passando por outras famílias e usos até ser desapropriada em 1974. Com isso, a Casa de Pedra, como é chamada pelos moradores de Caxias do Sul, recebeu uma reforma e passou a funcionar como museu de ambiência em 1975, ano em que a cidade sediou as comemorações do centenário da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Nos anos

2000 ainda foi realizado um trabalho de restauro na edificação, buscando valores na autenticidade da construção original, de acordo com técnicas adequadas (MEZZALIRA 2008, p. 18-19).

O programa arquitetônico do Museu conta com três salas de exposição permanente, que remetem à sala e à cozinha, no pavimento inferior, e ao dormitório, no pavimento superior, conforme ilustra a Figura 31. O local ainda conta com um anexo construído no ano 2000, situado no mesmo terreno, próximo da edificação, que abriga os sanitários masculino e feminino para suprir a demanda dos visitantes e do pessoal que trabalha no local.



Fonte: elaborado pelo Núcleo de Estudos Urbanos (2018).

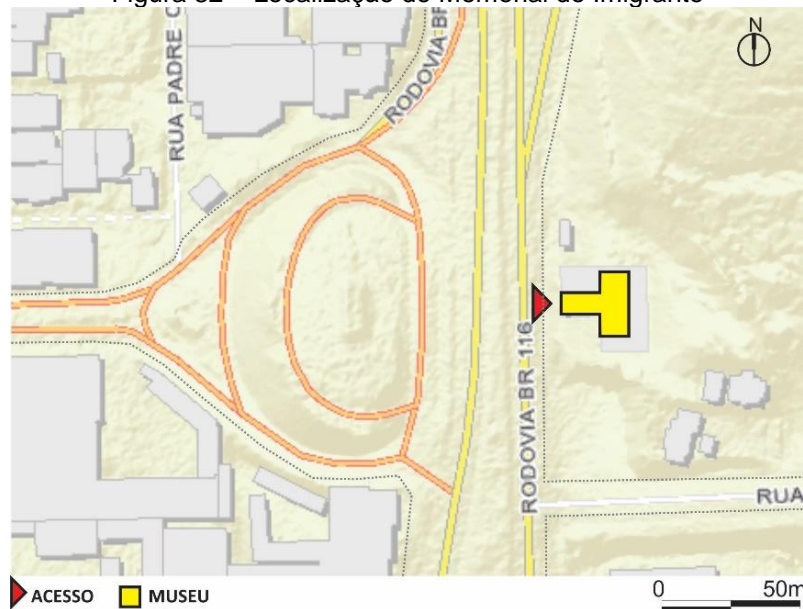
Durante a realização do pré-teste, percebeu-se no local a presença de estacionamento na rua lateral, além de área para embarque e desembarque de visitantes e placas de sinalização turística no entorno. Em função de seus dois pavimentos, a edificação apresenta desníveis internos de difícil acesso, pois a escada – que remete à construção original – é estreita, de madeira, com degraus altos.

Também apresenta piso irregular tanto interno quanto externamente, de pedra na área térrea e de madeira no andar superior. A circulação entre as peças de exposição (móveis e utensílios de ambiência) é reduzida e não foram encontrados recursos em Braille. A visitação é monitorada.

7.3 MUSEU DO IMIGRANTE

O Museu do Imigrante está situado na cripta sob o Monumento ao Imigrante, construído à beira da Estrada Federal BR 116, Km 150, no bairro Petrópolis, como mostra a Figura 32. O monumento data do ano de 1954 e foi construído sob a coordenação de uma comissão comunitária, com o intuito de homenagear todas as etnias imigrantes que contribuíram para a formação do país. No ano de 2007 foi incluído no Livro de Tombo do município de Caxias do Sul, como Patrimônio Histórico Cultural (MEZZALIRA, 2008, p. 11). Somente em 2009 o espaço do Museu passou a receber visitas diárias.

Figura 32 – Localização do Memorial do Imigrante

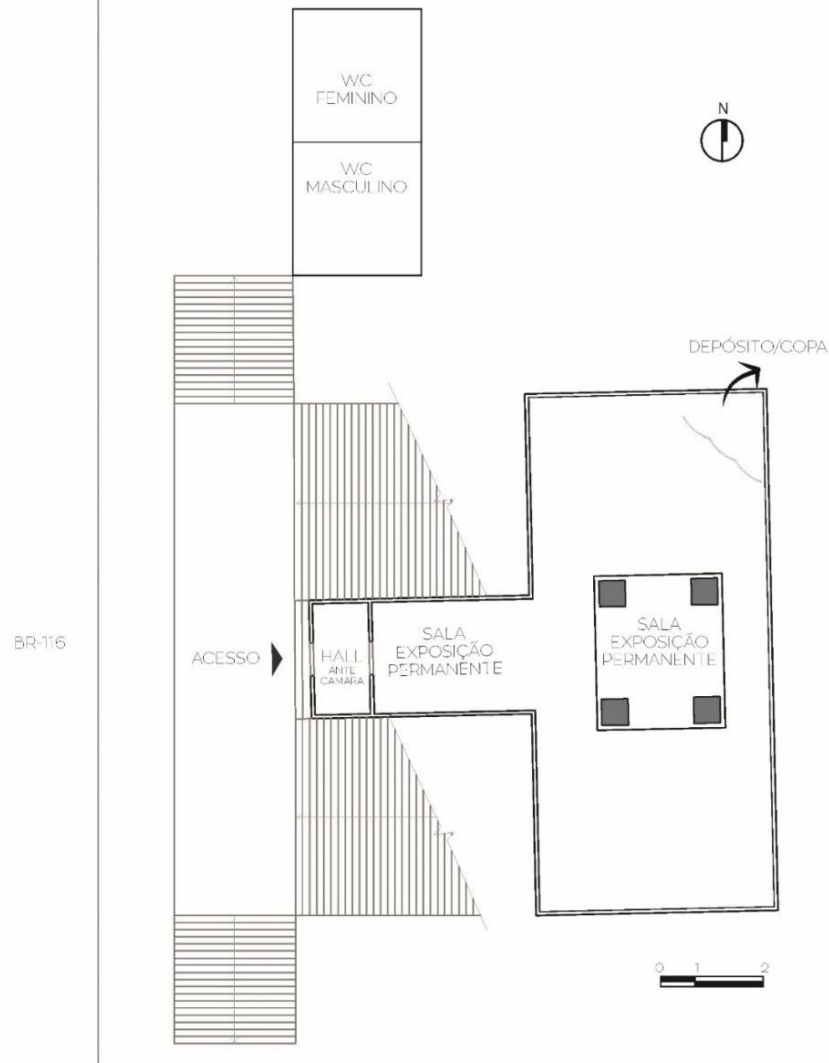


Fonte: elaborado pelo autor (2018).

O acesso ao local se dá a partir da rodovia federal por escadarias. Seu Programa Arquitetônico conta com um hall – antecâmara externa para o acesso às duas salas de exposição permanentes, copa e depósito (adaptados) e um bloco anexo onde se encontram os sanitários masculino e feminino. A Figura 33 apresenta a planta

baixa do museu. A primeira sala de exposição configura-se como um corredor, em que são expostas fotografias e são recebidos os visitantes; a segunda abriga a exposição sobre os imigrantes com objetos, painéis, fotografias, etc.

Figura 33 – Planta Baixa do Monumento Nacional ao Imigrante



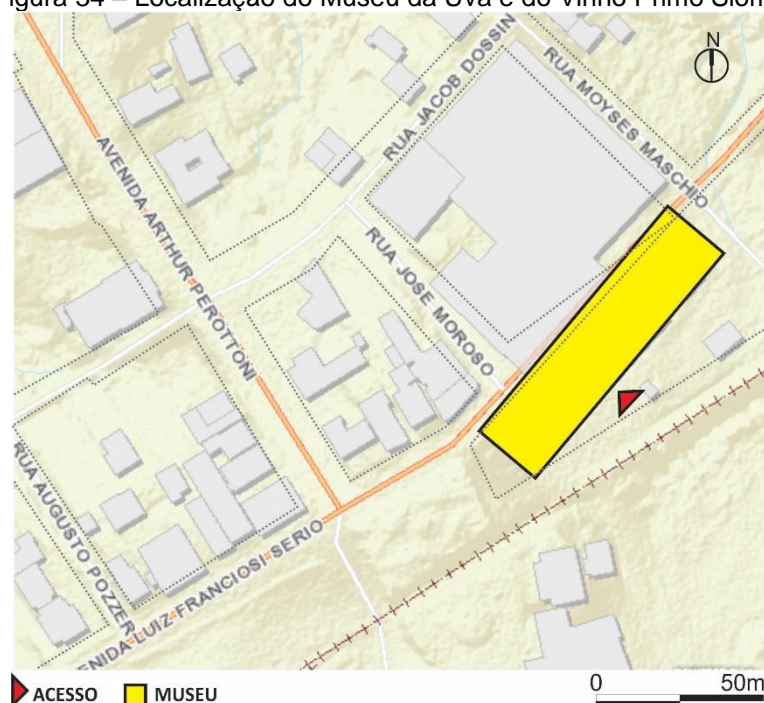
Fonte: elaborado pelo Núcleo de Estudos Urbanos (2018).

Destaca-se ainda que o museu possui estacionamento com vagas inclusive para transporte coletivo (ônibus), ao lado do Monumento, assim como área para embarque e desembarque. Embora possua escadarias para atingir o nível de acesso, não existem desníveis internos, uma vez que a exposição se apresenta em um único plano. Em seu entorno podem ser percebidas placas de sinalização turística, que orientam os visitantes ao Monumento. Outras placas, em formato de *outdoor*, indicam a existência do memorial no local.

7.4 MUSEU DA UVA E DO VINHO PRIMO SLOMP

Localizado contíguo à Cooperativa Vitivinícola Forqueta, no bairro Forqueta (Figura 34), o Museu da Uva e do Vinho Primo Slomp foi criado em 2002 e reúne, em exposição de longa duração, artefatos relacionados à colonização europeia, principalmente italiana, e à prática artesanal da vitivinicultura (CAXIAS DO SUL, 2018). Essa atividade foi responsável pela prosperidade da localidade através da união de produtores locais, e o acervo museológico narra a história desde o processo do plantio da uva, da colheita e da produção do vinho e de outros produtos derivados.

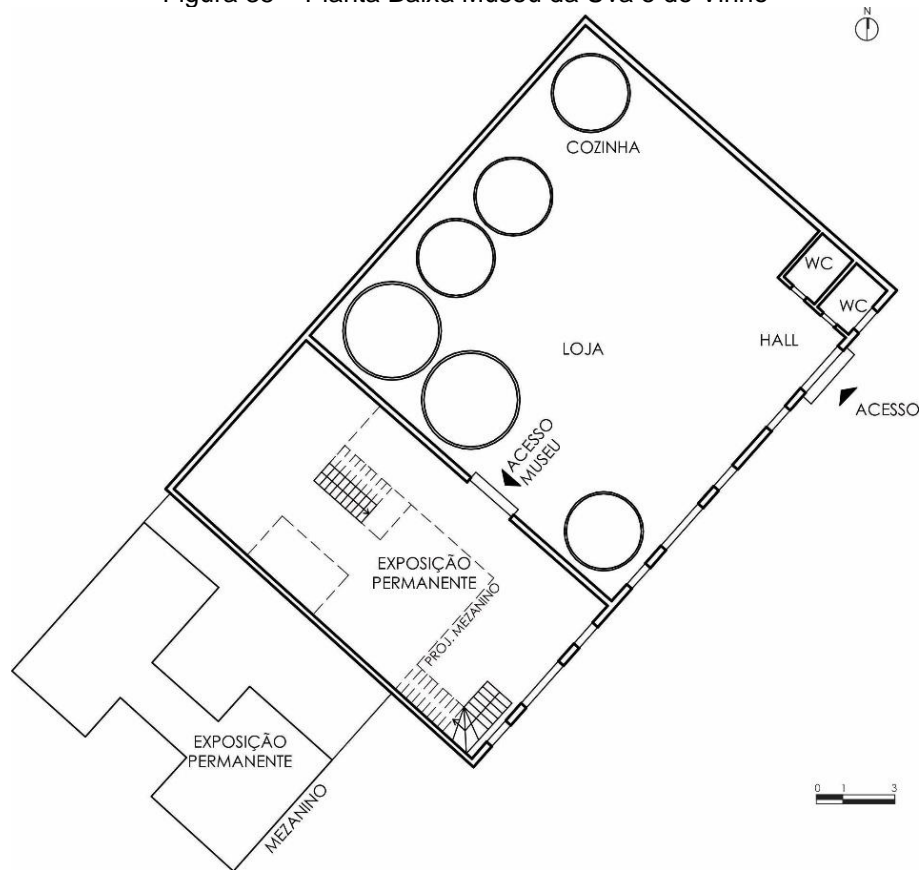
Figura 34 – Localização do Museu da Uva e do Vinho Primo Slomp



Fonte: elaborado pelo autor (2018)

O acesso ao museu é possível através de uma antessala onde são recebidos os visitantes, que apresenta pipas em madeira, decoração temática, e itens a venda, como produtos coloniais, vinhos, peças de artesanato e *souvenirs*. O acervo do museu está disposto em dois pavimentos (térreo e mezanino), sendo que o desnível entre os ambientes é realizado apenas por escadas, conforme apresentado na Figura 35. A visita é guiada, porém não existe indicação de percurso ou sinalização histórica indicativa das peças expostas. Eventualmente apresentações de um grupo musical de canções italianas também são realizadas no local.

Figura 35 – Planta Baixa Museu da Uva e do Vinho



Fonte: pelo Núcleo de Estudos Urbanos (2017).

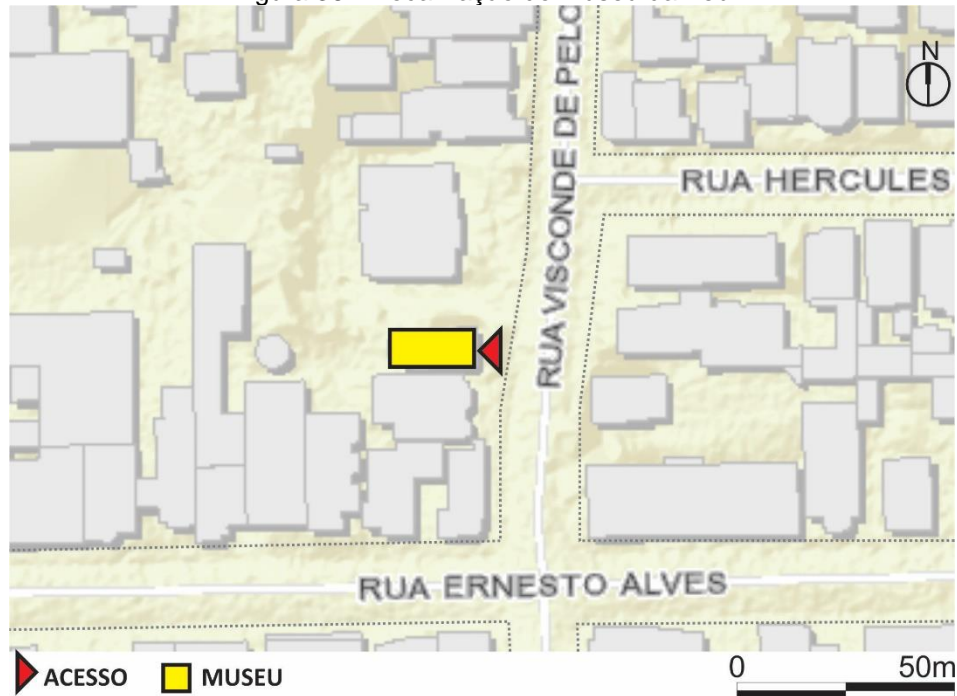
Observa-se a inexistência de sinalização turística no percurso até o museu. Considerando que sua localização é distante do centro da cidade, e acesso principal ao bairro dá-se via a rodovia RS-122, pode-se avaliar que esse aspecto pode reduzir o número de visitantes. Além do que foi observado anteriormente, destaca-se quanto à sua infraestrutura, que o museu dispõe de estacionamento para visitantes e área para embarque e desembarque. Também disponibiliza material de folheteria produzido pela Prefeitura Municipal para orientação dos visitantes, e loja para venda de mercadorias e *souvenires*.

7.5 MUSEU DE EX-COMBATENTES DA FEB NA II GUERRA MUNDIAL

O Museu de Ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira na II Guerra Mundial foi criado originalmente em 1976 e administrado até o ano de 2005 pela associação de veteranos que guerrearam junto às Forças Aliadas na Itália (CAXIAS DO SUL, 2018). A partir desse ano, o acervo do museu foi doado para o município de Caxias do Sul e a Prefeitura assumiu a administração. O prédio em que se encontra

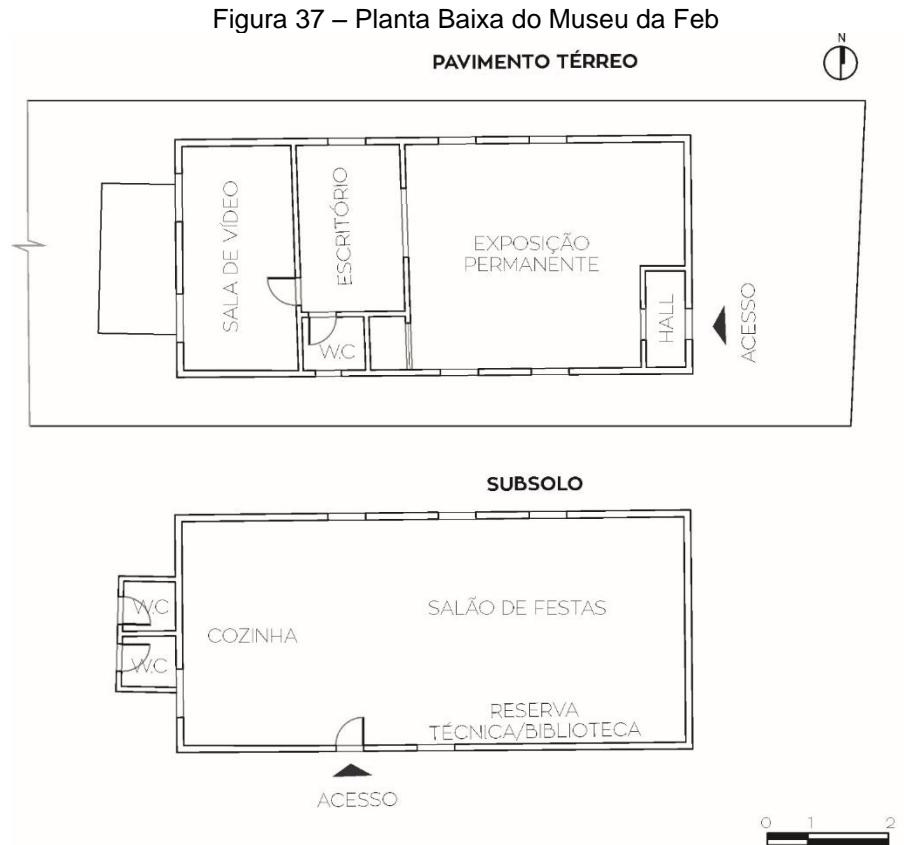
o museu era também a sede social da Associação dos ex-combatentes e está situado a Rua Visconde de Pelotas, conforme a Figura 36.

Figura 36 – Localização do Museu da Feb



Fonte: elaborado pelo autor (2018)

O museu é composto por um hall de entrada, uma sala de exposição permanente, um escritório, uma sala de vídeo – que apresenta o acervo audiovisual com depoimentos de ex-combatentes e imagens que narram suas memórias durante a expedição à II Guerra Mundial -, sanitário para funcionários, sanitários masculino e feminino para visitantes e, no andar inferior, por uma cozinha, salão de festas e arquivo/biblioteca que contém alguns documentos exclusivos doados por ex-combatentes ou familiares. A Figura 37 apresenta as plantas baixas da edificação. Seu acervo conta com fotografias e imagens, documentos, objetos pessoais, armas, uniformes e equipamentos doados pelos ex-combatentes, expostos com painéis explicativos e etiquetas de identificação. Em alguns casos, os textos e informações históricas são apresentados também na língua espanhola.



Fonte: elaborado pelo Núcleo de Estudos Urbanos (2018).

A partir dos levantamentos iniciais, destaca-se quanto à infraestrutura, que o museu se localiza na área central da cidade, porém em uma via de fluxo intenso que não dispõe de estacionamento para visitantes nem área contígua reservada para embarque e desembarque de passageiros. A sinalização turística é realizada apenas em frente ao local, sem indicação no entorno. Identificam-se desníveis externos e internos no acesso à edificação e à sala de exposição. Destaca-se ainda a existência de funcionário qualificado para mediação da visita, e a disponibilização de material de divulgação (folders e panfletos). Com base nessas informações iniciais, apresenta-se no próximo capítulo os resultados da análise e o diagnóstico das condições de acessibilidade.

8 RESULTADOS

A partir das verificações preliminares, apresentadas na etapa intermediária desta dissertação, observou-se a falta de acessibilidade nos museus municipais de Caxias do Sul. Esta etapa baseia-se no terceiro momento da pesquisa de levantamento, em que se retomam os dados identificados nos objetos de estudo. Com base na análise dos tipos ideais propostos, discutem-se os resultados encontrados a fim de identificar suas potencialidades ou fragilidades enquanto espaços acessíveis. Assim, tem-se uma análise minuciosa e a sistematização das condições atuais, chegando-se, por fim, ao diagnóstico de acessibilidade.

Das informações coletadas durante os levantamentos aos objetos de estudo, destaca-se que todos os museus recebem excursões, em sua maioria de estudantes de escolas da região. Além disso, nos livros de assinaturas pode-se perceber a abrangência de visitantes de diversos estados e até mesmo de outros países. Em todas as instituições museológicas são realizadas visitas monitoradas por estudantes-estagiários, os quais cursam, em sua maioria, cursos de graduação em História ou em Turismo. Todos apresentam uma ordem cronológica de exposição, apesar de nenhum deles possuir sinalização indicativa do percurso de visitação. Dos cinco museus analisados, quatro apresentam temática histórica relacionada à imigração italiana e às tradições dos primeiros colonizadores da cidade.

Ao que se percebe pelos levantamentos realizados, os museus municipais de Caxias do Sul apresentam barreiras físicas no âmbito da acessibilidade arquitetônica. Em todos foram encontrados degraus no acesso que impedem ou, no mínimo, dificultam o acesso de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Na Figura 38 pode-se perceber que o Museu Municipal (a) e o Museu do Imigrante (b) são acessados por escadarias; o Museu da Casa de Pedra (c), o da Uva e do Vinho (d) e o da Feb (e) possuem degraus no acesso. E em nenhum deles encontram-se acessibilidade e rotas acessíveis por acessos secundários, nem recursos que possam minimizar essas barreiras.

Figura 38 – Condições de acesso aos museus municipais de Caxias do Sul



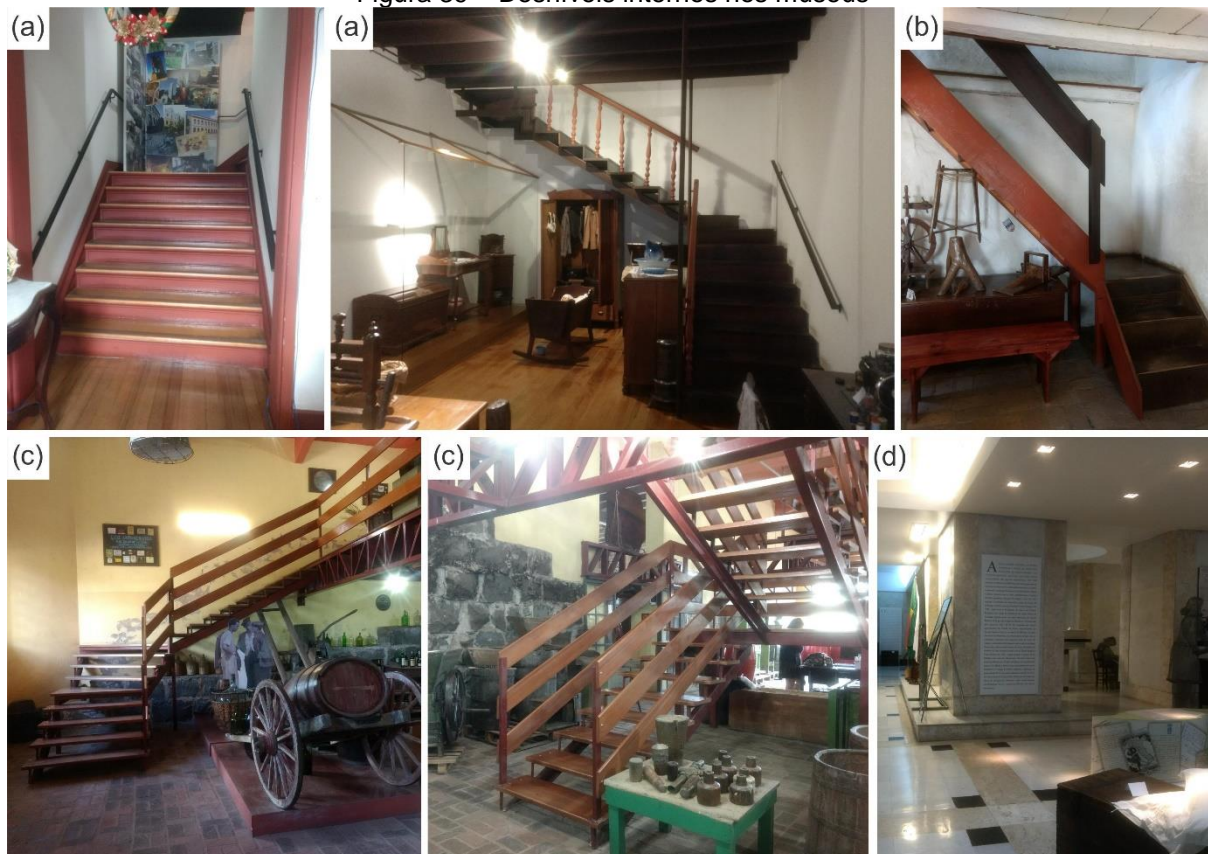
(a) Museu Municipal; (b) Museu do Imigrante; (c) Museu de Ambiente Casa de Pedra; (d) Museu da Uva e do Vinho Primo Slomp; (e) Museu de Ex-combatentes da Feb na II Guerra Mundial.
Fonte: Bruna Tronca (2018).

Além disso, em todos os casos são encontrados desníveis internos, seja entre pisos ou entre pavimentos. Conforme pode ser observado na Figura 39, nos Museus Municipal (a), da Casa de Pedra (b), e da Uva e do Vinho (c), o acervo museológico está distribuído em dois andares. Já os Museus do Imigrante (d) e de Ex-combatentes da Feb²², que estão alocados em um único pavimento, possuem degraus em seu espaço interior que se caracterizam como obstáculos à circulação para visitação. Pode-se considerar que o Museu de Ambiente Casa de Pedra é o de maior complexidade para adaptação em função de sua técnica construtiva histórica, sua dimensão e divisão internas. No local, os vãos de passagem são considerados

²² No Museu de Ex-combatentes da Feb na II Guerra Mundial não são permitidas fotografias do acervo. Portanto, não se têm fotos internas do local.

parcialmente acessíveis e o piso térreo original, em pedra irregular, é insuficiente para as condições de acessibilidade.

Figura 39 – Desníveis internos nos museus



(a) Museu Municipal; (b) Museu de Ambientação Casa de Pedra; (c) Museu da Uva e do Vinho Primo Slomp; (d) Museu do Imigrante.

Fonte: Bruna Tronca (2018).

Embora a maioria dos museus encontre-se em edificações históricas, tombadas pelo patrimônio municipal, poder-se-iam encontrar soluções que respeitassem a originalidade da construção, por meio de intervenções removíveis e que marquem sua temporalidade. Utilizando-se das tecnologias atuais e de estratégias de menor impacto possível, pode-se solucionar muitas das barreiras físicas encontradas, com elevadores, rampas móveis, plataformas elevatórias, entre outros. Em último caso, se realmente for constatada a impossibilidade de adaptação, podem ser utilizadas outras estratégias e recursos que deem conta de possibilitar a fruição do espaço museológico. Para isso, é necessário o reconhecimento da importância da acessibilidade universal, além de investimentos por parte do poder público para possibilitar a apropriação de seu patrimônio e da memória coletiva nele resguardada por todas as pessoas, sem restrições.

Ainda que a acessibilidade seja muitas vezes associada às barreiras físicas, deve-se considerar também a disponibilidade de informações acessíveis, as quais não são encontradas nos museus caxienses. Os itens do acervo ou o percurso de visita não são indicados na maioria dos casos, o que dificulta a apropriação cultural e intelectual por parte dos visitantes. Ainda que as visitas possam ser mediadas, a disposição de um nível básico de informações sobre o acervo seria de grande valia. O Museu do Imigrante (a) e o Museu da Feb possuem painéis com textos explicativos e fotos sobre a história retratada na instituição. O Museu da Uva e do Vinho (b) dispõe de *totens* que identificam por foto cada peça exposta e apresentam sua descrição, conforme ilustra a Figura 40.

Figura 40 – Painéis e *totens* explicativos



(a) Museu do Imigrante; (b) Museu da Uva e do Vinho Primo Slomp.

Fonte: Bruna Tronca (2018).

A partir das análises e da síntese dos tipos ideais, considera-se que poderiam ser utilizados recursos como textos ampliados, informações gráficas como na indicação de sanitários, material informativo em Braille, ferramentas de audiodescrição seja por monitor capacitado ou com suporte tecnológico (audioguia, vídeos, etc.), recursos táteis para a exposição (como maquetes, reproduções em alto-relevo, réplicas reduzidas, etc). Também poderia ser permitido a pessoas com deficiência visual o toque em objeto do acervo, uma vez que esse sentido é o que lhes permite ver. Além disso, faz-se necessária a sinalização tátil e visual no piso, direcional e alerta. Com relação à comunicação, ressalta-se, positivamente, o conhecimento em Libras dos estagiários que trabalham nos museus, ainda que em nível básico, adquirido como parte do curso de graduação.

Além dos acessos, os banheiros destinados a visitantes são pontos críticos de acessibilidade. Todos os museus dispõem de sanitários para visitantes. Nos casos do Museu Municipal, do Imigrante e da Uva e do Vinho são separados entre feminino e masculino; e unissex no Museu da Feb e na Casa de Pedra. Contudo, em nenhum deles foram encontrados banheiros adaptados para as necessidades específicas de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Nem mesmo a largura das portas dos lavabos são adequadas à passagem de cadeira de rodas. No caso de edificações existentes, a NBR 9050 (ABNT, 2015) indica a adaptação de, no mínimo, um banheiro por pavimento, acessível quanto ao dimensionamento, área de manobra, barras de apoio e demais condições apresentadas na norma.

Nos museus municipais de Caxias do Sul não se encontram equipamentos como bebedouro, telefone público, guarda-volumes destinados aos visitantes. Também não há bilheteria, nem balcão de informações. Dos mobiliários, em alguns casos apenas são disponibilizados bancos para descanso durante o percurso de visita. O material informativo ofertado encontra-se, geralmente, em mesas laterais de apoio, assim como o livro de assinatura indicado ao registro do público. Dessa maneira, considera-se que as condições de acessibilidade para mobiliários e equipamentos são insuficientes ou inexistentes em todos os casos, ainda que não se configurem como barreiras nos casos analisados.

Com relação ao horário de funcionamento dos museus analisados, destaca-se que até julho de 2017, o atendimento ao público ocorria de terça-feira a sábado, das 9h às 17h e a maioria atendia também aos domingos. Contudo, a Prefeitura Municipal reduziu o expediente e, atualmente, as visitas ocorrem de terça a sexta-feira das 9h às 17h; e aos sábados das 11h às 17h. Não há funcionamento na segunda-feira e para visitas aos domingos é necessário consultar por telefone a disponibilidade junto à administração, uma vez que é feito um rodízio em que cada domingo um dos museus é aberto.

Essa limitação de horários é desfavorável para trabalhadores de turnos diurnos, estudantes, visitantes em trânsito ou a negócios, entre outros. A priorização acaba sendo a grupos previamente agendados, principalmente de escolas. Além disso, a possibilidade de visita aos domingos não é clara e a necessidade de contato prévio para a identificação de expediente tende a criar um bloqueio para possíveis visitantes. Já a Pinacoteca de São Paulo e o Museu de Arte do Rio Grande do Sul dão bons exemplos quanto à flexibilidade de horários de visita.

Destaca-se ainda que em nenhum dos cinco museus é cobrado ingresso. A gratuidade vai de encontro à acessibilidade econômica, que permite o acesso a todos os públicos e níveis de renda. Contudo, reduz a capacidade das instituições de manterem-se financeiramente. De acordo com pesquisas de Tufts e Milne (1999), muitas vezes administradores optam pela redução de pessoal, do horário de funcionamento e da qualidade das exposições no intuito de minimizar custos, mas acabam, entretanto, diminuindo a demanda de público. Por tratarem-se de museus públicos, percebe-se que o que ocorre vai de encontro às pesquisas dos autores.

Utilizando-se do conceito de microacessibilidade, considera-se ainda as condições do entorno dos museus de Caxias do Sul, para verificar se há acessibilidade na chegada dos visitantes. Percebe-se que quase todos os museus estão localizados em vias de fluxo intenso de veículos (exceto o Museu da Uva e do Vinho e a Casa de Pedra – que apesar de estar ao lado de uma Avenida, tem seu acesso por uma rua local). Em nenhum dos casos há o rebaixamento do meio-fio de acordo com as normas, o que dificulta a circulação e o cruzamento de transeuntes e visitantes, que podem chegar aos locais analisados pelos mais diversos meios de transporte. Os pisos dos passeios são, em sua maioria, em pedra basalto, em alguns casos irregular, o que os torna parcialmente ou insuficientemente acessíveis.

Com relação à disponibilidade de estacionamento para visitantes, encontra-se apenas no Museu do Imigrante e no Museu da Uva e do Vinho. Contudo, nesses locais não há indicação de reserva de vagas para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, o que vai contra à Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015a). Já os demais museus possuem apenas estacionamento público, nas ruas adjacentes. Desses, apenas em frente ao Museu Municipal existem vagas sinalizadas horizontal e verticalmente que restringem seu uso a pessoas com deficiência ou a idosos, com veículos devidamente sinalizados. No Museu da Feb, além de uma área restrita de estacionamento, não há área para embarque e desembarque de passageiros em frente à edificação, devido ao fluxo intenso de veículos da via. Essas condições reduzem a acessibilidade de visitantes ao local, principalmente de excursões.

Ao se inserir a análise sobre a sinalização turística no entorno dos museus municipais, busca-se verificar a identificação e a abrangência da sinalização aos atrativos turísticos, de maneira a reforçar a legibilidade e a orientação aos visitantes. Nota-se que todos os casos são identificados com placas situadas próximo ao acesso, com o fundo na cor marrom, o pictograma referente a museu (que se assemelha à

fachada de um templo grego) e o nome do local, conforme ilustrado na Figura 41. Essas seguem os padrões estipulados pelo Guia Brasileiro de Sinalização Turística. Em alguns casos, há ainda placas de orientação, também de fundo marrom, com setas indicativas do caminho a se seguir para chegar a tal atrativo.

Figura 41 – Sinalização Turística no entorno dos museus municipais de Caxias do Sul













(a) Museu de Ambiente Casa de Pedra; (b) Museu de Ex-combatentes da Feb na II Guerra Mundial
Fonte: Bruna Tronca (2018).

Quanto às informações, no Museu Municipal, na Casa de Pedra e no da Feb encontra-se a possibilidade de transmissão de informações em outros idiomas, principalmente inglês, realizada pelos monitores/estagiários que acompanham a visitação. Apenas no Museu de Ex-Combatentes da Feb encontram-se painéis explicativos com os textos traduzidos em espanhol. Já no Museu do Imigrante e no da Uva e do Vinho não foi indicada pelos correspondentes a fluência em outros idiomas, o que limita a comunicação com turistas estrangeiros. Além disso, nenhum dos museus municipais possui *site* próprio. Contudo, as informações sobre as instituições estão presentes no *site* da Prefeitura Municipal, onde são encontradas ferramentas de acessibilidade como aumento do tamanho da fonte e modo alto-contraste.

Para possibilitar a análise e a reflexão sobre as características identificadas nos museus municipais de Caxias do Sul, elabora-se uma síntese apresentada no Quadro 13 a seguir. Os parâmetros de observação seguem a classificação organizada para os tipos ideais. Assim, destacam-se as condições de acessibilidade quanto a: recursos físicos internos e externos e comunicacionais; mobiliários e equipamentos; horário de funcionamento; ingresso; e informações. Esses são avaliados em três níveis: plena/total, parcial/satisfatória e insuficiente/inexistente, de acordo com o grau de conformidade a leis e normas vigentes.

Quadro 13 – Síntese das características dos museus municipais de Caxias do Sul

Museu		Museu Municipal	Museu Casa de Pedra	Museu do Imigrante	Museu da Uva e do Vinho	Museu da Feb
Ano de Abertura		1947	1975	2009	2002	1976
Edificação Tombada		Sim	Sim	Sim	Não	Não
Recursos de Acessibilidade		Nível de Acessibilidade				
 Físicos Internos	Acesso	Insuficiente/ Inexistente	Insuficiente/ Inexistente	Insuficiente/ Inexistente	Insuficiente/ Inexistente	Insuficiente/ Inexistente
	Desníveis Internos	Insuficiente/ Inexistente	Insuficiente/ Inexistente	Insuficiente/ Inexistente	Insuficiente/ Inexistente	Insuficiente/ Inexistente
	Portas	Plena/ Total	Parcial/ Satisfatória	Parcial/ Satisfatória	Parcial/ Satisfatória	Parcial/ Satisfatória
	Pisos	Plena/ Total	Insuficiente/ Inexistente	Plena/ Total	Parcial/ Satisfatória	Plena/ Total
 Libras		Parcial/ Satisfatória	Parcial/ Satisfatória	Parcial/ Satisfatória	Parcial/ Satisfatória	Parcial/ Satisfatória
 Audiodescrição		Insuficiente/ Inexistente	Insuficiente/ Inexistente	Insuficiente/ Inexistente	Insuficiente/ Inexistente	Insuficiente/ Inexistente
 Táteis	Piso	Insuficiente/ Inexistente	Insuficiente/ Inexistente	Insuficiente/ Inexistente	Insuficiente/ Inexistente	Insuficiente/ Inexistente
	Exposição	Insuficiente/ Inexistente	Insuficiente/ Inexistente	Insuficiente/ Inexistente	Insuficiente/ Inexistente	Insuficiente/ Inexistente
	Braille	Insuficiente/ Inexistente	Insuficiente/ Inexistente	Insuficiente/ Inexistente	Insuficiente/ Inexistente	Insuficiente/ Inexistente
 Banheiros		Insuficiente/ Inexistente	Insuficiente/ Inexistente	Insuficiente/ Inexistente	Insuficiente/ Inexistente	Insuficiente/ Inexistente

Recursos de Acessibilidade		Museu Municipal	Museu Casa de Pedra	Museu do Imigrante	Museu da Uva e do Vinho	Museu da Feb
Mobiliários e equipamentos		Insuficiente/ Inexistente	Insuficiente/ Inexistente	Insuficiente/ Inexistente	Insuficiente/ Inexistente	Insuficiente/ Inexistente
	Horário de Funcionamento	Parcial/ Satisfatória	Parcial/ Satisfatória	Parcial/ Satisfatória	Parcial/ Satisfatória	Parcial/ Satisfatória
	Ingressos	Plena/ Total	Plena/ Total	Plena/ Total	Plena/ Total	Plena/ Total
	Condições da via de acesso	Plena/ Total	Parcial/ Satisfatória	Plena/ Total	Plena/ Total	Plena/ Total
	Rebaixamento do meio-fio	Insuficiente/ Inexistente	Insuficiente/ Inexistente	Insuficiente/ Inexistente	Insuficiente/ Inexistente	Insuficiente/ Inexistente
	Pisos externos	Parcial/ Satisfatória	Insuficiente/ Inexistente	Parcial/ Satisfatória	Insuficiente/ Inexistente	Insuficiente/ Inexistente
	Estacionamento	Parcial/ Satisfatória	Parcial/ Satisfatória	Plena/ Total	Plena/ Total	Parcial/ Satisfatória
	Vagas reservadas	Plena/ Total	Insuficiente/ Inexistente	Insuficiente/ Inexistente	Insuficiente/ Inexistente	Insuficiente/ Inexistente
	Sinalização Turística	Plena/ Total	Plena/ Total	Plena/ Total	Parcial/ Satisfatória	Parcial/ Satisfatória
	Outros idiomas	Parcial/ Satisfatória	Parcial/ Satisfatória	Insuficiente/ Inexistente	Insuficiente/ Inexistente	Parcial/ Satisfatória
	Site	Parcial/ Satisfatória	Parcial/ Satisfatória	Parcial/ Satisfatória	Parcial/ Satisfatória	Parcial/ Satisfatória

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Complementa-se este diagnóstico destacando algumas respostas obtidas por meio da entrevista com o gestor municipal em exercício, responsável pela divisão de museus. Esse procedimento estruturado teve como base perguntas diretas, com o intuito de verificar o público principal dessas instituições, as demandas de visita de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, as barreiras identificadas pelo poder público no atendimento a esses visitantes, eventuais planos e projetos para adaptação desses locais e o maior desafio para tanto.

Dentre as informações obtidas, destaca-se que, no ano de 2018, os museus administrados pela Prefeitura de Caxias do Sul receberam, ao todo, 27.815 visitantes. Novembro foi o mês de maior demanda devido a um projeto chamado “Conheça Caxias”, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Turismo. Por meio dessa iniciativa, realizaram-se excursões de estudantes a atrativos turísticos da localidade, incluindo a Casa de Pedra, o Museu Municipal e os Pavilhões da Festa da Uva. Dessa maneira, pode-se verificar a importância da demanda escolar para o funcionamento das instituições museológicas, de sua integração e do desenvolvimento de planos de aula envolvendo os museus, principalmente os localizados na área central da cidade. Já o Museu da Uva e do Vinho caracteriza-se por um viés turístico.

A partir da verificação quanto ao público que visita os museus atualmente, questionou-se sobre a demanda de visitantes com deficiência ou com mobilidade reduzida. E a resposta obtida foi afirmativa quanto ao atendimento dessas pessoas. No caso de excursões escolares, a instituição museológica recebe previamente a informação da escola da participação de algum aluno com deficiência. Nessas circunstâncias, percebe-se a adaptação da mediação para as necessidades específicas de cada um, assim como o entrevistado indicou ocorrer com visitantes-turistas que chegam aos museus sem aviso prévio. Constatou-se, por meio das respostas obtidas na entrevista, que os museus municipais já receberam autistas, cegos, surdos, cadeirantes, ou seja, demanda de todos os tipos de deficiência.

Segundo o gestor da divisão dos museus, ainda que esses visitantes apresentem necessidades específicas, as principais barreiras encontram-se no meio físico, de origem arquitetônica, relacionadas a acessos e circulação nas edificações. Essa condição gera empecilhos para a visita de pessoas com deficiência física e pode causar constrangimento caso o visitante tenha que ser carregado para transpor desníveis existentes. Em outros casos, ocorreram adaptações à mediação para minimizar os obstáculos, como, por exemplo, a cessão de luvas a cegos para que

pudessem tocar as peças do acervo; a interpretação em Libras da narração do mediador; a eliminação de recursos de áudio para autistas. Ressalva-se, porém, que para a experiência sensorial de pessoas com deficiência visual, o ideal é o contato direto com os objetos para sua melhor percepção.

Percebe-se que existem desafios para o processo de adaptação dos museus para torna-los mais acessíveis. Entre eles, e principalmente com relação às barreiras arquitetônicas, está o conflito com o patrimônio, uma vez que alguns encontram-se em edificações históricas tombadas, convergindo nos interesses de diferentes órgãos municipais. Além disso, foi destacada a limitação financeira para o investimento em reformas e recursos de acessibilidade. Entretanto, nota-se que, na dimensão atitudinal, a administração das instituições museológicas trabalha para minimizar os obstáculos e atrair públicos diversos para os locais, atendendo-os da melhor maneira possível e adaptando-se para receber suas necessidades específicas.

Nesse sentido, ressalta-se ainda que existem projetos e estudos voltados à acessibilidade nos museus municipais de Caxias do Sul. Entre esses, está um plano em vias de instalação no Museu Municipal que prevê a colocação de *totens*. Em cada um dos setores de exposição será implantado um computador com a catalogação do acervo referente à temática, em que serão disponibilizadas informações com textos e imagens, e ainda em Braille e com audiodescrição. A proposta prevê também a expansão, posteriormente, aos demais museus. Com isso, será possível maior autonomia dos visitantes, bem como a inclusão por meio de recursos acessíveis de comunicação e informação. Esse projeto vai de encontro às estratégias definidas pela análise do tipo ideal e complementa algumas das deficiências percebidas no diagnóstico dos objetos de estudo.

Por fim, com base nos levantamentos realizados, pode-se considerar que existam fragilidades, mas, mais ainda, potencialidades para a acessibilidade no turismo cultural de Caxias do Sul. O município, a partir do recorte analisado, apresenta alguns dos critérios para a hospitalidade urbana, conforme a proposta de Grinover (2013), destacando-se alguns fatores fundamentais. A identidade apresenta-se, principalmente, pela coesão do município com a cultura italiana, relativa ao processo de imigração ocorrido na região para povoamento do território. Essa situação pode ser percebida pela semelhança na temática de quatro dos cinco museus analisados. A legibilidade, no contexto urbano do entorno, verificada no entorno dos museus

municipais está presente na forma de sinalizações turísticas, ainda que pudesse ser reforçada em alguns casos.

A qualidade de vida pode ser indicada, nesta perspectiva, a partir de características socioeconômicas apresentadas pelo município, que lhe conferem destaque no Estado, com relação à saúde, educação e renda (medidos pelo Idese). Esses indicadores podem refletir no grau de bem-estar e satisfação da população, pelo atendimento de suas necessidades básicas. Entretanto, diferem-se dos fatores propostos por Grinover (2013), que devem ser analisados em uma macro escala, e que incluem ainda a condição das edificações, iluminação, limpeza, presença de áreas verdes, etc. Nesse sentido, esta pesquisa não chega a observá-los. Contudo, a acessibilidade é um dos fatores que demanda maior atenção e atitude do poder público e da sociedade em geral.

Destaca-se que o município possui, dentro da Diretoria de Proteção Social, uma Coordenadoria de Acessibilidade, criada pelo Decreto Lei nº 15.824, em 2012, além do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Esse órgão auxiliar criado em 1999 e regulamentado pela Lei nº 7.678 de 21 de outubro de 2013, tem como objetivo promover políticas públicas, ações e medidas voltadas para as necessidades e os direitos das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (CAXIAS DO SUL, 2013). Entretanto, pode-se considerar que faltam recursos econômicos, físicos, sociais e atitudinais para minimizar as barreiras arquitetônicas, de comunicação e de informação identificadas.

Essa condição pode ser considerada um reflexo da necessidade de políticas públicas de inclusão, que exijam iniciativas efetivas tanto no âmbito cultural e turístico, quanto nos demais contextos da sociedade. Além disso, é indispensável que seja realizada a fiscalização efetiva, para que não sejam possíveis novas construções sem preceitos de acessibilidade, nem reformas que não respeitem as normas. Para tanto, faz-se necessária a participação e o interesse da população na elaboração de demandas ao poder público, que visem a inclusão social por meio da acessibilidade plena a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Seja por interesse pessoal ou por empatia com as necessidades do próximo, trata-se de um processo de cidadania.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se considerar que a acessibilidade plena a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida nos mais diversos âmbitos da sociedade ainda é um desafio. Apesar de ser uma demanda atual às políticas públicas, existem muitos entraves físicos, comunicacionais, informacionais legais, atitudinais. Ao pensar-se sobre o longo caminho a percorrer no sentido da inclusão social, este tema pode parecer uma utopia, um discurso sonhador de um mundo possível. Mas, para atingi-lo, é preciso caminhar. Nesse sentido, considera-se que esta pesquisa, pelos resultados apresentados, atingiu seus objetivos, caráter e metodologia propostos.

Ainda que não se tenha levado à exaustão a fundamentação teórica desta pesquisa, acredita-se que os autores utilizados dão conta da proposta de caracterizar o campo epistemológico do turismo com relação à temática da hospitalidade urbana, relacionando ainda a considerações sobre acessibilidade. Essa é o reflexo de uma construção de sentido atual, mas não necessariamente definitiva. Avalia-se ainda que o Turismo se configura como uma importante atividade, muito relacionada ao seu caráter econômico, mas que também deve ser valorizada pelas práticas de lazer, pelo consumo de experiências e por seu apelo cultural. Considera-se que o desenvolvimento das dinâmicas de mobilidade facilitou e tornou indispensável o deslocamento na vida humana cotidiana. Entretanto, ainda que seja considerado um princípio básico para a realização de atividades turísticas, percebe-se que para muitas pessoas existem múltiplas barreiras que impedem sua participação social e o exercício de seus direitos.

Essas pessoas foram identificadas como os atores sociais desta pesquisa, e caracterizam-se por possuir algum tipo de deficiência ou mobilidade reduzida. Essas, que até certo tempo atrás comumente viviam em regime de exclusão social, devem ser consideradas como sujeitos ativos, com direito a participação plena na sociedade, inclusive no Turismo, e com igualdade de oportunidades em relação aos demais cidadãos. Vale ressaltar que as pessoas com deficiência expressam uma parcela considerável da população brasileira e, mais do que isso, que as limitações que a elas acometem, assim como a obesos, gestantes e idosos, podem se tornar os desafios de amanhã para qualquer indivíduo.

A caracterização desses atores sociais e, mais ainda, a entrevista com um grupo heterogêneo de usuários de instituições de apoio a pessoas com deficiência ou

com mobilidade reduzida, possibilitaram o reconhecimento de suas demandas por atividades turísticas, bem como suas dificuldades e necessidades específicas. Com isso, facilitou-se a tarefa de ‘colocar-se no lugar do outro’ e ‘dar voz’ a sujeitos que, muitas vezes, são discriminados na sociedade, utilizando-se de uma metodologia compreensiva.

Nesse sentido, embora entenda-se como necessária a definição de “pessoas com deficiência” e de “pessoas com mobilidade reduzida” para o desenvolvimento desta pesquisa e para a caracterização de seus sujeitos, a partir de conhecimentos empíricos e das análises desenvolvidas, acredita-se que o adjetivo de “deficiente” deveria estar ligado aos locais e não às pessoas. A sociedade compõe-se por grupos heterogêneos e uma pluralidade de formas humanas, mas o que deveria estar em julgamento são as deficiências dos espaços, inadequados para o uso seguro e autônomo de todos. Dessa maneira, pensa-se possível uma mudança de olhar que deixe de ser discriminatória para com o “outro” e passe a considerar a importância da adaptação ou da realização de construções, mobiliários, espaços e equipamentos com acessibilidade.

Destaca-se que, geralmente, a ideia de acessibilidade está associada somente à eliminação das barreiras físicas, omitindo-se as necessidades relacionadas aos outros tipos de deficiência. Dessa maneira, devem ser pensadas soluções voltadas a todos os tipos de entraves que atendam além das deficiências físicas ou motoras. E, por essa multiplicidade de barreiras, questiona-se a abrangência do atual Símbolo Internacional de Acesso, que representa a imagem de um cadeirante. Considera-se que a utilização de um símbolo mais abrangente e “imparcial” aumentaria a compreensão, a inclusão e até mesmo a conscientização com relação a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Assim, destaca-se não somente a utilização de recursos físicos, como rampas ou elevadores para vencer desníveis nas edificações. As barreiras existentes no meio construído podem ter caráter permanente ou dinâmico, e ser classificadas em diversas categorias, além de origens arquitetônica ou urbanística, presentes nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e no acesso às informações. Acredita-se que o desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação assistivas e o uso de novas ferramentas sejam um grande avanço na implementação e na garantia de uma sociedade inclusiva, voltada a todas as dimensões a que se pode relacionar a acessibilidade. Para tanto, ainda que não tenha sido tratado nesta pesquisa,

considera-se fundamentalmente necessário o reconhecimento da importância da acessibilidade atitudinal para uma mudança de comportamento e de fazeres a fim de possibilitar a inclusão social, a eliminação de discriminações e de barreiras.

Além do mais, ressalta-se a importância da transição de paradigmas do considerado “homem-padrão” ao “desenho universal”, ou seja, livre de barreiras, consciente da multiplicidade das formas humanas. O crescimento da abrangência de políticas públicas, leis e normas, nos últimos anos, com relação à acessibilidade e aos direitos das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, também reforça o atendimento às demandas de cidadania e por esse viés da inclusão social. Identifica-se que as normas técnicas também promovem cada vez mais condições acessíveis em âmbitos diversos. Ainda que em caráter orientativo, muitas vezes passam a ser obrigatórias por meio de decretos específicos que as referenciam.

Retomando ao objetivo específico de analisar modelos conceituais de turismo acessível de âmbito cultural, reforça-se a importância dos museus nesse segmento. Essas instituições remetem há muitos séculos, mas em sua acepção atual podem ser relacionados à salvaguarda de bens de valor artístico, histórico, técnico, científico, etc., mas, mais do que isso, à valorização e à preservação do patrimônio cultural e ambiental. Dessa maneira, têm importante papel na sociedade, na educação e até mesmo no Turismo, caracterizando-se como atrativos turísticos. Nesse sentido, tem-se a premissa e a demanda por ações que atendam a todos os públicos, incluindo pessoas com deficiência, e possibilitem sua fruição. A fim de definir um tipo de museu que atenda às condições ideais de acessibilidade, realizou-se a análise de tipos ideais.

Os modelos do Instituto Hércules Galló, do Museu de Arte do Rio Grande do Sul e principalmente a Pinacoteca de São Paulo, escolhidos respectivamente por escalas local, estadual e nacional, têm em comum o viés cultural e a adaptação de sua estrutura para permitir a visita de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Nesses locais foram identificadas estratégias como: maquetes táteis; recursos de audiodescrição; acessos – ainda que secundários – e rotas acessíveis, adaptação de sanitários conforme normas e necessidades de pessoas com deficiência; disponibilização de informações em Braille, outros idiomas ou texto ampliado; divulgação de informações em *sites* acessíveis. A partir disso, foi possível definir um tipo que atenda às condições ideais de acessibilidade, apoiado em determinações de leis e normas vigentes, relativos às categorias analisadas.

Pode-se compreender que mesmo edificações históricas podem ser adequadas às condições de acessibilidade. Vale considerar que, no caso de bens tombados como patrimônio – como alguns exemplos analisados -, os preceitos de acessibilidade não eram uma preocupação e uma imposição legal à época de suas construções. Entretanto, acredita-se que, da mesma forma como são feitas adaptações estruturais e espaciais para introduzir sistemas técnicos, de infraestrutura e logística, de sinalização e etc., devam ser executados recursos acessíveis para minimizar barreiras, sem descaracterizar a construção original e sua autenticidade. Esse entendimento vai de encontro a uma perspectiva de conservação baseada em valores, reconhecida por sua importância coletiva, voltada para as pessoas. Dessa maneira, não se pode impedir uma parcela da população possa usufruir desses lugares. Assim, a preservação de bens transpõe a materialidade e em uma visão do valor social que transcende valores históricos, arquitetônicos, artísticos e culturais.

Ao mesmo tempo, deve-se considerar as especificidades de cada caso para avaliar as barreiras existentes e se propor em novas estratégias que as eliminem ou pelo menos minimizem. Assim, ainda que se pense em um modelo ideal, há uma grande variedade de condições que condicionam a execução de uma solução única, sendo necessário analisar cada situação específica. Portanto, a partir da síntese dos tipos escolhidos, e do diagnóstico dos museus municipais de Caxias do Sul, tem-se, para cada caso, a identificação de fragilidades e potencialidades que podem auxiliar no planejamento turístico e no fomento cultural do município, considerando a acessibilidade como premissa.

Apesar de se pensar, nesta pesquisa, sobre a adaptação de construções históricas para possibilitar a acessibilidade a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, considera-se relevante destacar a necessidade de se evitar construir barreiras em novas edificações. Novos projetos devem estar atentos às normas e legislações vigentes, bem como aos recursos necessários para a possibilidade plena de sua percepção e utilização com autonomia e segurança. Nesse sentido, pensa-se em demandas específicas (e não “especiais”) de públicos diversos, ressaltando a importância da sensibilidade e de seu (re)conhecimento.

Com relação aos museus municipais de Caxias do Sul, podem-se destacar fragilidades identificadas no levantamento *in loco*, como acessos inadequados; inexistência de rota acessível; banheiros sem acessibilidade; falta de rampas, elevadores ou outros equipamentos que auxiliem no deslocamento entreníveis; falta

de sinalização adequada e em Braille. Contudo, percebem-se também potencialidades, como o conhecimento em Libras por parte dos monitores, sinalização turística no entorno, existência de estacionamento - próprio ou em vias adjacentes – com possibilidade de marcação de vagas exclusivas para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Nota-se que há um longo caminho a ser percorrido pela conscientização e pela adaptação das condições ideais de acessibilidade nesses locais. Recursos táteis como maquetes, pranchas em alto-relevo, réplicas em escala reduzida e reproduções em alto-contraste, além de instrumentos de audioguias, aparecem como alternativas para a inclusão social e a potencialização de experiências multissensoriais na visitação dos museus. Para isso, é preciso eliminar alguns preconceitos e paradigmas e permitir, por exemplo, que pessoas com deficiência visual toquem em peças do acervo, sem a utilização de luvas, para que possam visualizar o que está exposto através do toque.

Por uma abordagem qualitativa, foi possível responder à questão norteadora, identificando as barreiras arquitetônicas, de comunicação e informação presentes nos museus municipais de Caxias do Sul. Além disso, acredita-se que a construção do diagnóstico de acessibilidade, a partir da sistematização dos resultados alcançados, auxilie no planejamento do espaço urbano, atingindo o principal objetivo desta pesquisa. Percebe-se que a Prefeitura Municipal, mais especificamente, a divisão de museus, possui projetos e estudos nesse âmbito. Contudo, demanda-se ainda de ações concretas e da distribuição de boas-práticas.

Ainda que nesta pesquisa tenha-se escolhido os museus como objeto de estudo, mais especificamente os de caráter público situados na área urbana de Caxias do Sul, deve-se considerar que a acessibilidade é uma premissa importante nos mais diversos âmbitos da sociedade. Eliminar as barreiras tangíveis e intangíveis, sejam de origem arquitetônica, urbanística, comunicacional, de informação, etc., é fundamental para tornar uma sociedade inclusiva, respeitando as diferenças e possibilitando que todos os cidadãos, sem exceção, exerçam seus direitos e seu papel social no meio coletivo. Assim, tem-se como possibilidade para estudos futuros a análise das condições acessíveis em outros objetos, sejam públicos ou privados, relacionados – ou não – a equipamentos e atrativos turísticos. Pensa-se ainda ser interessante extensão a outras dimensões de acessibilidade, como econômica, cultural, social,

além da observação do ponto de vista urbano, abrangendo questões mais amplas de mobilidade e acessibilidade.

Por fim, ressalta-se algumas limitações encontradas no decorrer desta pesquisa. Entre elas, destaca-se a impossibilidade de realizar a análise do Memorial Atelier Zambelli, entre os museus administrados pela Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, em função de uma reforma em seu espaço físico que o deixou fechado para visitação por aproximadamente seis meses. Além disso, por normas das instituições de apoio a pessoas com deficiência em que se fez as entrevistas, não foi possível gravá-las em áudio ou vídeo, sendo necessária a transcrição das falas no ato para permitir o registro das respostas dos entrevistados. Por outro lado, as instituições foram receptivas e colaborativas à realização da pesquisa, assim como os entrevistados indicados foram favoráveis à participação voluntária.

Ainda que se trate de um tema emergente, com um amplo campo de atuação e abordagens multidisciplinares, ressalta-se que a Universidade de Caxias do Sul possui um acervo variado e disponibiliza o acesso a diversas bases de dados, que contribuiu para o desenvolvimento da fundamentação teórica e das análises realizadas. Ao mesmo tempo, o apoio da Capes com o financiamento do Mestrado foi fundamental para a realização do mesmo, possibilitando dedicação total e exclusiva às investigações científicas tanto desta dissertação quanto dos trabalhos do Núcleo de Estudos Urbanos.

Além disso, foram maiores as gratificações alcançadas. Considera-se que o tempo para a pesquisa foi satisfatório, permitindo investigar, analisar, cruzar os dados, compreender, maturar as reflexões e sistematizar os conteúdos e abordagens propostos. A possibilidade de visitar os museus, analisados enquanto tipos ideais, permitiu adquirir novas experiências e ampliar o olhar, por meio da mudança de contexto, de escala, de abrangência, vislumbrada tanto em Porto Alegre como em São Paulo. Do mesmo modo, o contato com pessoas com deficiência para a realização das entrevistas foi um aprendizado recompensador. Por meio delas, foi possível conhecer pessoas corajosas, que enfrentam dificuldades e preconceitos, mantêm vidas ativas e buscam superar as múltiplas barreiras existentes.

REFERÊNCIAS

ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15599:** Acessibilidade - Comunicação na prestação de serviços. Rio de Janeiro, 2008.

ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050:** Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015.

ACERENZA, Miguel Ángel. **Administração do Turismo**. Bauru: EDUSC, 2002.

AGUIAR, Douglas. Urbanidade e a qualidade da cidade. **Vitruvius**. São Paulo, ano 12, s.p, mar. 2012. Disponível em: www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.141/4221. Acesso em: 5 jun. 2018.

ALLIS, Thiago. Viajantes, visitantes, turistas... Em busca de conceitos em um mundo urbano. **Caderno Virtual de Turismo**. Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo. Rio de Janeiro, v. 14, supl.1, s.23-s.38, nov. 2014.

APADEV. Associação dos Pais e Amigos dos Deficientes Visuais de Caxias do Sul. *Site*. Disponível em: www.apadev.org.br/quem-somos. Acesso em: 15 jan. 2019.

APAE. Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Caxias do Sul. *Site*. Disponível em: <https://apaecaxiasdosul.org.br/>. Acesso em: 15 jan. 2019.

ARAUJO, Cíntia Möller; TASCHNER, Gisela. Turismo e políticas públicas no Brasil. In: BENI, Mario Carlos (Org.). **Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão – desenvolvimento regional, rede de produção e clusters**. Barueri, SP: Manole, 2012, p. 69-86.

ARCHDAILY. Pinacoteca do Estado de São Paulo / Paulo Mendes da Rocha + Eduardo Colonelli + Weliton Ricoy Torres. 2015. Disponível em: www.archdaily.com.br/br/787997/pinacoteca-do-estado-de-sao-paulo-paulo-mendes-da-rocha. Acesso em: 22 set. 2018.

ASCHER, François. **Os novos princípios do Urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010. 104p.

ASCHER, François. Les sens du mouvement: modernités et mobilités. In: ALLEMAND, Sylvain; ASCHER, François; LÉVY, Jacques (Org.). **Les sens du mouvement**. Paris: Berlin, 2004. Introdução, p. 21-34.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA O ESTUDO DA OBESIDADE E DA SÍNDROME METABÓLICA (ABESO). Mapa da Obesidade. 2015. Disponível em: www.abeso.org.br/. Acesso em: 12 mar. 2017.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BERSCH, Rita. Introdução à tecnologia assistiva. 2013. Disponível em: www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf. Acesso em: 2 jan. 2018.

BORJA, Jordi. **La ciudad conquistada**. Madrid: Alianza Editorial, 2003.

BOYER, Marc. **História do turismo de massa**. Bauru: EDUSC, 2003.

BRASIL. **Decreto legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008**. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Congresso/DLG/DLG-186-2008.htm. Acesso em: 29 abr. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 abr. 2017.

BRASIL. **Lei nº 4.169, de 4 de dezembro de 1962**. Oficializa as convenções Braille para uso na escrita e leitura dos cegos e o Código de Contrações e Abreviaturas Braille. Disponível em: www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/1950-1969/L4169.htm. Acesso em: 4 set. 2018.

BRASIL. **Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985**. Torna obrigatória a colocação do "Símbolo Internacional de Acesso" em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências. Disponível em: www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7405-12-novembro-1985-367964-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 4 set. 2018.

BRASIL. **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm. Acesso em: 10 mar. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 19 mar. 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000**. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. 2000a. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10048.htm. Acesso em: 18 mar. 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. 2000b. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm. Acesso em: 18 mar. 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 13 set. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 3 mai. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, 2009a. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 3 mai. 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009.** Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Brasília, 2009c. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm. Acesso em 3 set. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011.** Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite. Brasília, 2011a. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2011/Decreto/D7612.htm. Acesso em: 3 mai. 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012.** Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm. Acesso em: 2 fev. 2017

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015a. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 10 mai. 2017

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes.** Brasília: Ministério da Educação, 1975. Disponível em: portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf. Acesso em: 24 jan. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. **Plataforma MuseusBr.** Disponível em: museus.cultura.gov.br/. Acesso em: 30 jul. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. **Metas do Plano Nacional de Cultura.** Brasília: Ministério da Cultura, 2011c. Disponível em: www.cultura.gov.br/documents/10883/11294/METAS_PNC_final.pdf/. Acesso em: 3 set. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. **Turismo e Acessibilidade: Manual de Orientações**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006a. Disponível em: www.turismo.gov.br/assuntos/5054-turismo-acessivel.html. Acesso em: 15 abr. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Estudos da Competitividade do Turismo Brasileiro: Mobilidade e Acessibilidade nas regiões turísticas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006b.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo Acessível: Mapeamento e Planejamento do Turismo Acessível nos Destinos Turísticos**. Brasília: Ministério do Turismo, 2009b. Disponível em: www.turismoacessivel.gov.br/ta . Acesso em: 15 abr. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo cultural: orientações básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf. Acesso em 21 set. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de Turismo 2013 - 2016**. Brasília: Ministério do Turismo, 2013. Disponível em: www.turismo.gov.br/images/pdf/plano_nacional_2013.pdf. Acesso em: 18 set. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Cartilha Programa Turismo Acessível**. Brasília: Ministério do Turismo, 2014. Disponível em: www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes. Acesso em: 18 set. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Índice de competitividade do turismo nacional: relatório Brasil 2015**. Brasília: Ministério do Turismo, 2015b. Disponível em: www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Relatorio_Brasil_2015_WEB.pdf. Acesso em: 5 jan. 2018.

BREIER, Ana Cláudia Böer. **Museus infantis: uma questão contemporânea**. Dissertação (Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2005.

BUENO, Ricardo. **Galópolis e os italianos: patrimônio histórico preservado a serviço da cultura**. Porto Alegre: Quattro Projetos, 2012.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **Hospitalidade**. 2.ed. São Paulo: Aleph, 2004. (Coleção ABC do Turismo).

CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal: Métodos e Técnicas para Arquitetos e Urbanistas**. São Paulo: Senac, 2012.

CARDOSO, Eduardo. Recursos de acessibilidade em ambientes culturais: contextualização e aplicações. In: CARDOSO, Eduardo; CUTY, Jennifer (org.). **Acessibilidade em ambientes culturais**. Porto Alegre: Marca Visual, 2012, p. 38-59.

CARDOSO, Eduardo; CUTY, Jennifer (org.). **Acessibilidade em ambientes culturais**. Porto Alegre: Marca Visual, 2012.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007, 123p.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAXIAS DO SUL. **Lei nº 7.678, de 21 de outubro de 2013**. Reformula o Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência que, por esta Lei, passa a denominar-se Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CMDPcD). Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/c/caxias-do-sul/lei-ordinaria/2013/768/7678/lei-ordinaria-n-7678-2013-reformula-o-conselho-municipal-dos-direitos-das-pessoas-portadoras-de-deficiencia-que-por-esta-lei-passa-a-denominar-se-conselho-municipal-dos-direitos-da-pessoa-com-deficiencia-cmdpcd>. Acesso em: 25 set. 2018.

CAXIAS DO SUL. Mapa de Bairros – Secretaria de Planejamento, 2010. Disponível em: www.caxias.rs.gov.br/_uploads/planejamento/sui/sui_bairros_mapa.pdf. Acesso em: 5 fev. 2018.

CAXIAS DO SUL. Secretaria da Cultura. Museus. 2018. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/servicos/cultura/museus>. Acesso em: 4 set. 2018.

CÉSAR, Pedro Alcântara Bittencourt. **Turismo e desenvolvimento sustentável**: análise dos modelos de planejamento turístico. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2011. (Série turismo). Disponível em: <https://ucsvirtual.ucs.br/startservico/PEA/>. Acesso em: 16 out. 2018.

CÉSAR, Pedro de Alcântara Bittencourt; MARCOLIN, Marcell Costa. Festa e espaço urbano: a Festa da Uva em sua relação com a cidade de Caxias do Sul-RS (Brasil). **Revista Rosa dos Ventos** – Turismo e Hospitalidade. Caxias do Sul, v. 9, n. 4, p. 537-556, out./dez. 2017.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2011.

CORÁ, Jacqueline Maria et al. Compreendendo a relação entre a visitação e os aspectos urbano-arquitetônicos: Caso dos Museus de Caxias do Sul-RS. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.10, n.7, p. 12-25, 2017.

CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana**. Lisboa: Edições 70, 1996.

DEMO, Pedro. **Avaliação Qualitativa**. Campinas – SP: Autores Associados, 2002.

DISCHINGER, Marta; BINS ELY, Vera Helena Moro; PIARDI, Sonia M. D. G. **Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos**: Programa de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nas Edificações de Uso Público. Florianópolis: Ministério Público do Estado, 2012.

DORNELES, Vanessa Goulart; AFONSO, Sonia; BINS ELY, Vera Helena Moro. O desenho universal em espaços abertos: uma reflexão sobre o processo de projeto. **Gestão e tecnologia de projetos**, São Paulo, v.8, n.1, p. 55-67, jan.-jun. 2013. Disponível em: www.revistas.usp.br/gestaodeprojetos/article/view/62203/65031. Acesso em: 6 abr. 2017.

EVANGELISTA, Gabriela Patrício Diniz; BRAMBILLA, Adriana; VANZELLA, Elídio. Acessibilidade para idosos: um estudo aplicado ao Theatro Santa Roza. In: VANZELLA, Elídio; BRAMBILLA, Adriana; SILVA, Márcia Félix da. (Orgs.). **Turismo e Hotelaria no contexto da Acessibilidade**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2018, p. 248-279.

FEE. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Perfil Socioeconômico – Município: Caxias do Sul. 2015. Disponível em: www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Caxias+do+Sul. Acesso em: 8 nov. 2018.

FRANZEN, Letícia Indart. **Hospitalidade pública**: um estudo sobre a acessibilidade nos espaços turísticos de Balneário Camboriú/SC direcionada a pessoas com mobilidade reduzida e com deficiência. 2014. 180f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) – Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2014.

GARCIA, Carla Cristina. **Sociologia da Acessibilidade**. Curitiba: IESDE Brasil, 2012.

GASTAL, Susana. **Turismo, imagens e imaginários**. São Paulo: Aleph, 2005. (Coleção ABC do Turismo).

GASTAL, Susana; MOESCH, Marutschka Martini. **Turismo, Políticas Públicas e Cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007. (Coleção ABC do Turismo).

GONZÁLEZ VIAÑA, Maria del Carmen. **Turismo y ciudad: nuevas tendencias**. Buenos Aires: Turísticas, 2006.

GRINOVER, Lucio. A hospitalidade urbana: acessibilidade, legibilidade e identidade. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, ano III, n. 2, p. 29-50, 2. sem. 2006. Disponível em: www.rev Hosp.org/hospitalidade/article/view/191. Acesso em: 18 set. 2017.

GRINOVER, Lucio. **A Hospitalidade, a Cidade e o Turismo**. São Paulo: Aleph, 2007.

GRINOVER, Lucio. Hospitalidade Urbana: Mobilidade e Acessibilidade. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 6, 2009a, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...]. Disponível em: www.anptur.org.br/anais/anais/files/6/134.pdf. Acesso em 3 mai. 2017.

GRINOVER, Lucio. A hospitalidade na perspectiva do espaço urbano. **Revista Hospitalidade**. São Paulo, ano VI, n.1, p. 4-16, jan.-jun. 2009b. Disponível em: rev Hosp.org/hospitalidade/article/viewFile/214/284. Acesso em: 11 jan. 2018.

GRINOVER, Lucio. Hospitalidade, qualidade de vida, cidadania, urbanidade: novas e velhas categorias para a compreensão da hospitalidade urbana. **Revista Iberoamericana de Turismo**, Penedo, v.3, n.1, p. 16-24, 2013. Disponível em: www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/979/647. Acesso em 23 set. 2017.

HENRIQUES, Cláudia. **Turismo, cidade e cultura: planejamento e gestão sustentável**. Lisboa: Edições Silabo, 2003.

HÉREDIA, Vania Beatriz Merlotti. O mito do imigrante no imaginário da cultura. **Métis: história & cultura**. Caxias do Sul, v.4, n.8, p. 233-244, jul./dez. 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv45419.pdf. Acesso em: 25 abr. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Características Gerais da População: Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: www.censo2010.ibge.gov.br. Acesso em: 18 mar. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Características Gerais da População: Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/. Acesso em: 18 mar. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Museu e Turismo: estratégias de cooperação**. Brasília: IBRAM, 2014. Disponível em: http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/12/Museus_e_Turismo.pdf. Acesso em: 20 nov. 2018.

IPHAN. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Instrução normativa nº 1, de 25 de novembro de 2003**. Disponível em: portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Instrucao_Normativa_n_1_de_25_de_novembro_de_2003.pdf. Acesso em: 14 out. 2018.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2009.

KUSHANO, Elizabete Sayuri; ALMEIDA, Wolney Gomes. Inclusão social, cidadania e turismo – uma investigação sobre a existência de serviços adaptados às pessoas com necessidades especiais nos meios de hospedagem da região metropolitana de Curitiba. In: **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v.2, n.4, p. 88-101, 2008.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Lisboa: Edições 70, 2011.

MACE, Ronald L.; HARDIE, Graeme J.; PLACE, Jaine P. **Accessible Environments: Toward Universal Design**. Raleigh: The Center for Universal Design. 1996.

MACHADO, Maria Abel. **Construindo uma cidade: história de Caxias do Sul - 1875/1950**. Caxias do Sul, RS: Maneco, 2001. 329 p. ISBN 8586610313.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MARGS. Museu de Arte do Rio Grande do Sul. 2015. Disponível em: www.margs.rs.gov.br/. Acesso em: 27 set. 2018.

MARTINS, Cláudia Susana. Longe da Vista, Perto da Imaginação: Audioguias na Acessibilidade Museológica em Portugal. **Revista Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**, Caxias do Sul, v. 10, n. 4, p. 733-747, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v10i4p733>

MEZZALIRA, Heloisa (ed.). Revista memória de Caxias do Sul pelo viés do patrimônio tombado. Caxias do Sul: Prefeitura de Caxias do Sul – Secretaria da Cultura, 2008.

MICHAUD, Y. Museos y turismo. **Amigos de los Museos** – Turismo cultural y Extremadura, Madrid, n.26, p. 13-15, abr. 2008.

MOLINA, Sérgio. **O pós-turismo**. São Paulo: Aleph, 2003.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 2007. 224 p.

MOTTA, Livia Maria Villela de Mello; ROMEU FILHO, Paulo (Org.). **Audiodescrição: transformando imagens em palavras**. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010.

NC STATE UNIVERSITY. The Center for Universal Design. **The principles of Universal Design**. NC State University. Raleigh, NC. 1997. Disponível em: <https://projects.ncsu.edu/ncsu/design/cud/>. Acesso em: 6 fev. 2017.

NEUFERT, Peter. **Arte de projetar em Arquitetura**. São Paulo: GG, 2013.

NOGUEIRA, Dhyego de Lima; et al. Espaços turísticos acessíveis e seu potencial para o público idoso: um olhar sobre a “Bica” em João Pessoa/PB. In: VANZELLA, Elídio; BRAMBILLA, Adriana; SILVA, Márcia Félix da. (Orgs.). **Turismo e Hotelaria no contexto da Acessibilidade**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2018, p. 179-214.

ONU. Accessibility Centre. 2017. Disponível em: www.un.org/accessibilitycentre/. Acesso em 04 set. 2018.

ONU. NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: www.nacoesunidas.org/acao/pessoas-com-deficiencia. Acesso em: 15 jan. 2017.

ONU. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: www.dudh.org.br/. Acesso em: 11 mar. 2017.

PANERO, Julius; ZELNIK, Martin. **Dimensionamento humano para espaços interiores**. Barcelona: GG, 2008.

PINACOTECA. Pinacoteca de São Paulo. Disponível em: <http://pinacoteca.org.br/>. Acesso em: 9 ago. 2018.

POSSEBON, Ennio. O modulator de Le Corbusier: forma, proporção e medida na arquitetura. In: **Revista de Cultura IMAE**, São Paulo, n.11, p. 68-76, jan.-jun. 2004.
REIS, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1720)**. 2.ed. São Paulo: PINI, 2000.

SANTOS, Daniella Haendchen. **Acessibilidade para pedestres com deficiência em espaços turísticos urbanos**: A situação da área central de Balneário Camboriú (SC). 2010. 120f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) – Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2010.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Como chamar as pessoas que têm deficiência? **Revista da Sociedade Brasileira de Ostromizados**, ano I, n. 1, 1º sem. 2003, p. 8-11 [Texto atualizado em 2009].

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia clássica – Marx, Durkheim e Weber**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2013.

SOUSA, Antônio Miguel Lopes de. A acessibilidade em edifícios tombados. In: RIBEIRO, Sandra Bernardes (Org.). **Mobilidade e acessibilidade urbana em centros históricos**. Brasília: Iphan, 2014. p. 126-140.

TUFTS, Steven; MILNE, Simon. Museums: a supply-side perspective. **Annals of Tourism Research**, v. 26, n. 3, 1999, p. 613-631.

UNWTO. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Glossary of terms**. Disponível em: cf.cdn.unwto.org/sites/all/files/Glossary-of-terms.pdf. Acesso em: 23 mar. 2017.

URRY, John. **O Olhar do Turista**. São Paulo: Studio Nobel SESC, 2001.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara de. **Mobilidade urbana e cidadania**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2018.

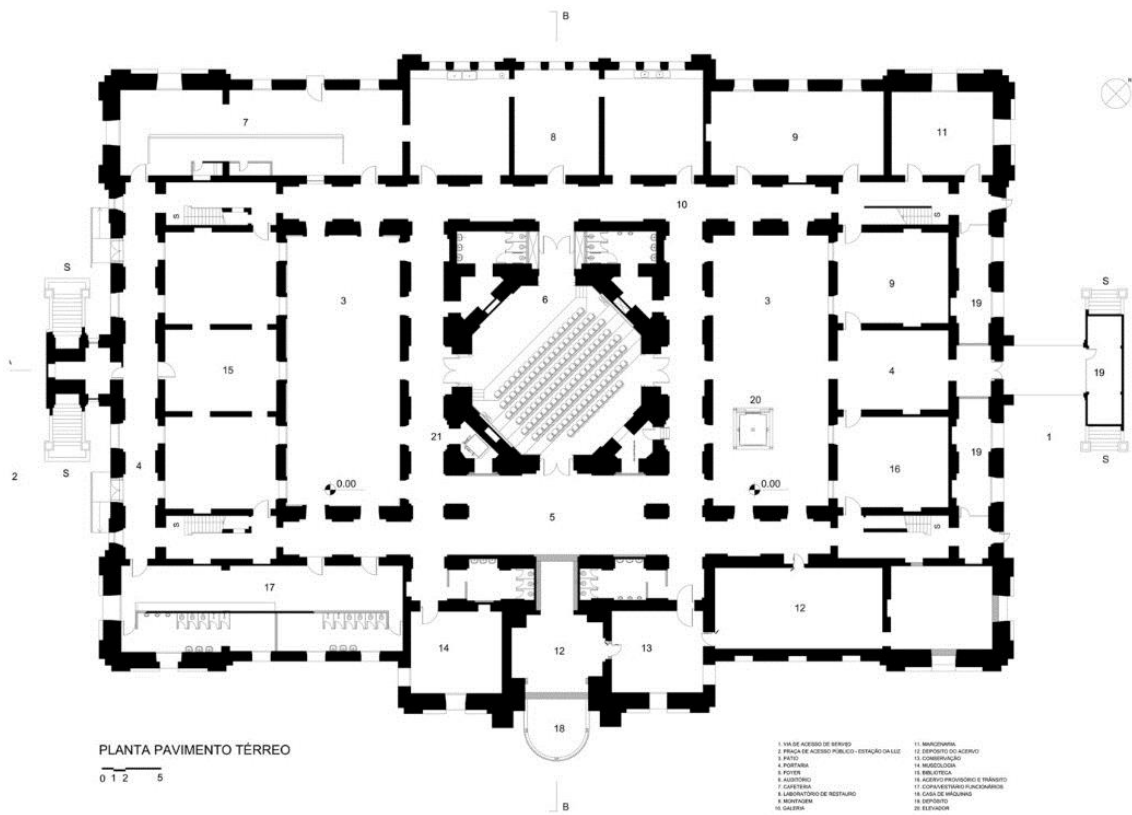
WEBER, Max. Conceito e Categorias da Cidade. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.) **O fenômeno urbano**. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 68-89.

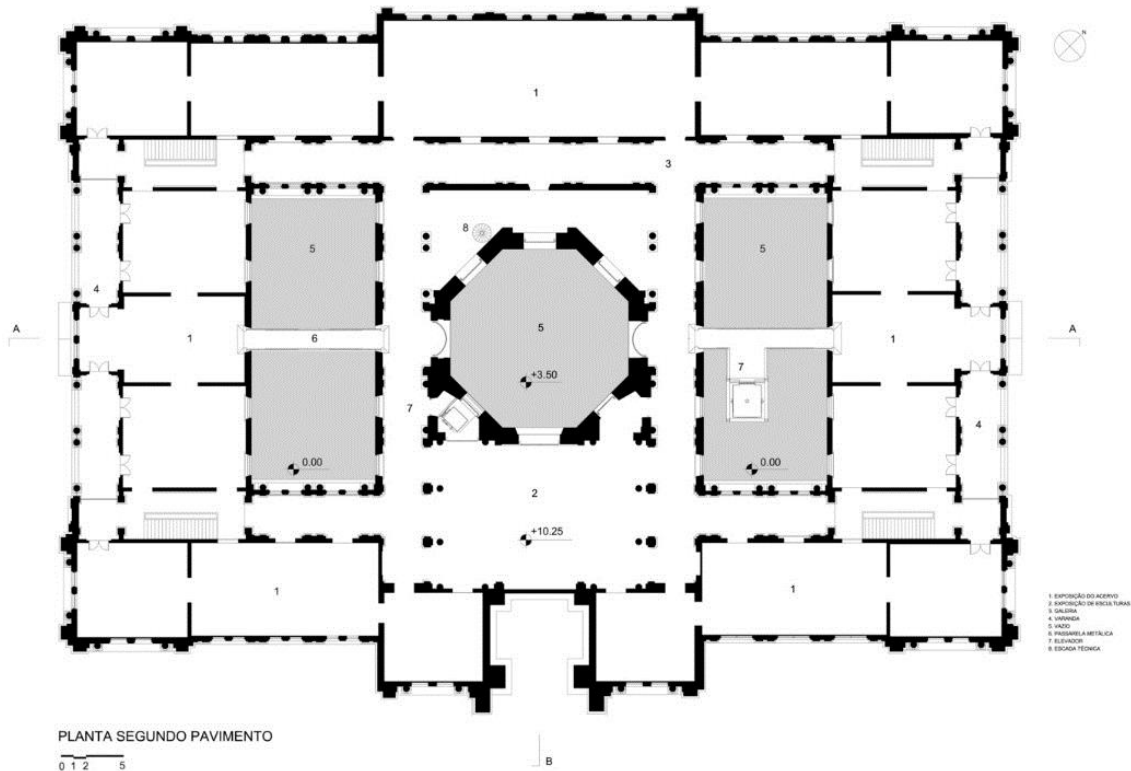
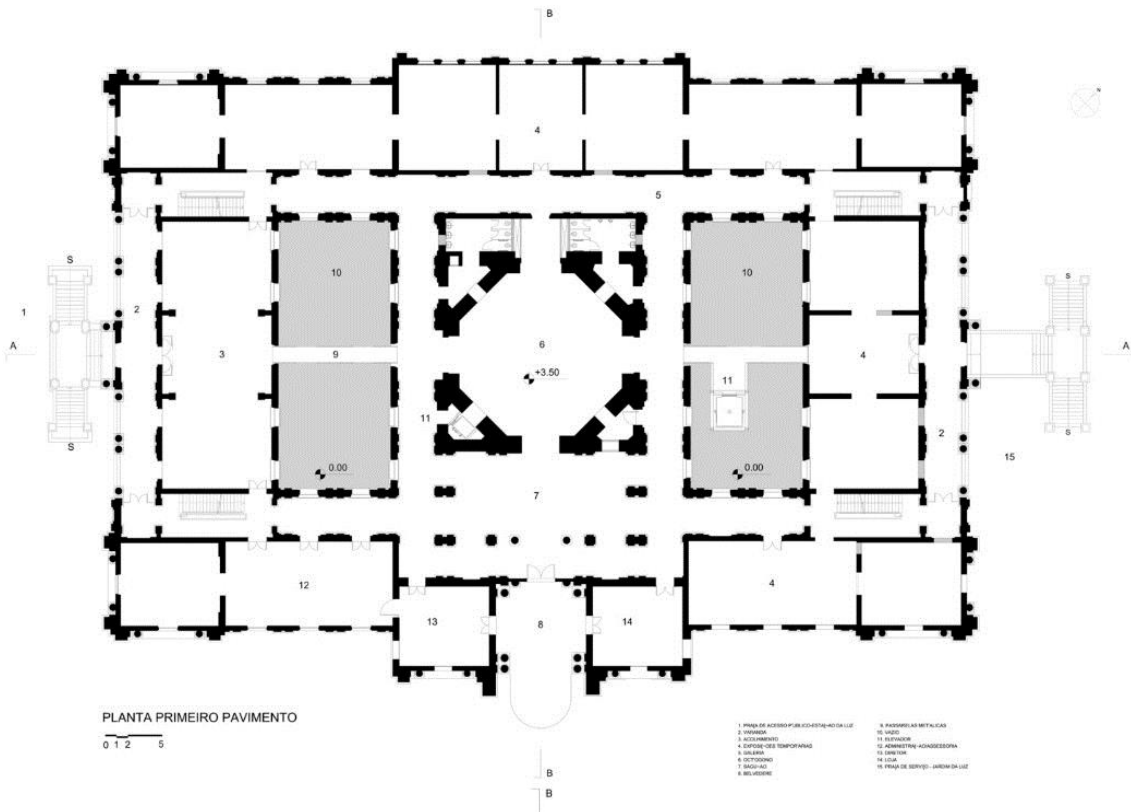
WERNECK, Cláudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na Sociedade Inclusiva**. 2 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2000.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Envelhecimento ativo: uma política de saúde. Brasília: Organização Pan-Americana de Saúde, 2005.

YAZIGI, Eduardo. **A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas**. São Paulo: Contexto, 2001.

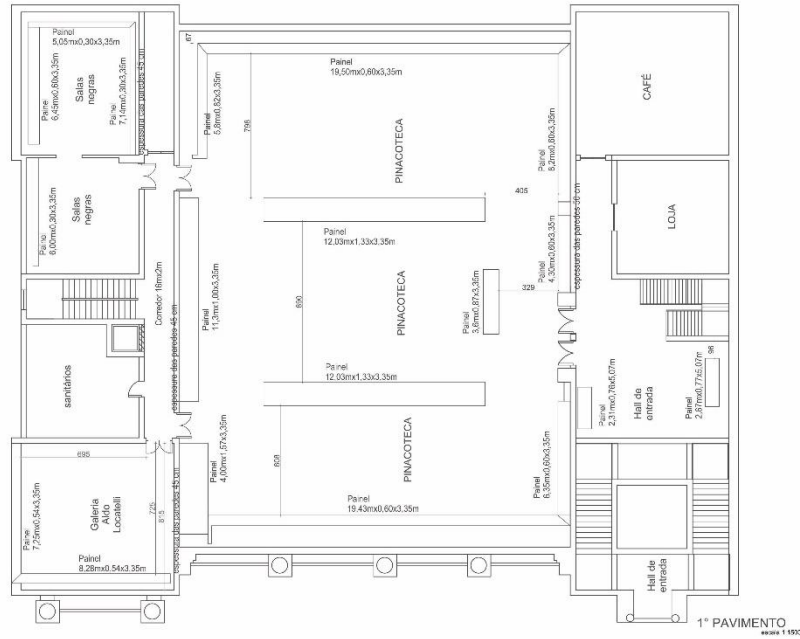
ANEXO A - PLANTA BAIXA DA PINACOTECA ESTADUAL DE SÃO PAULO





Fonte: Archdaily (2015)

ANEXO B - PLANTA BAIXA DO MUSEU DE ARTE DO RIO GRANDE DO SUL



AS MEDIDAS DOS PAINÉIS FORAM RETIRADAS DO LOCAL COM UTILIZAÇÃO DE TEMA ELETRÔNICA NÃO FOI POSSÍVEL APERFEIÇOAR AS DIMENSÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE MEDIDA NO LOCAL.

MUSEU DE ARTE DO RIO GRANDE DO SUL

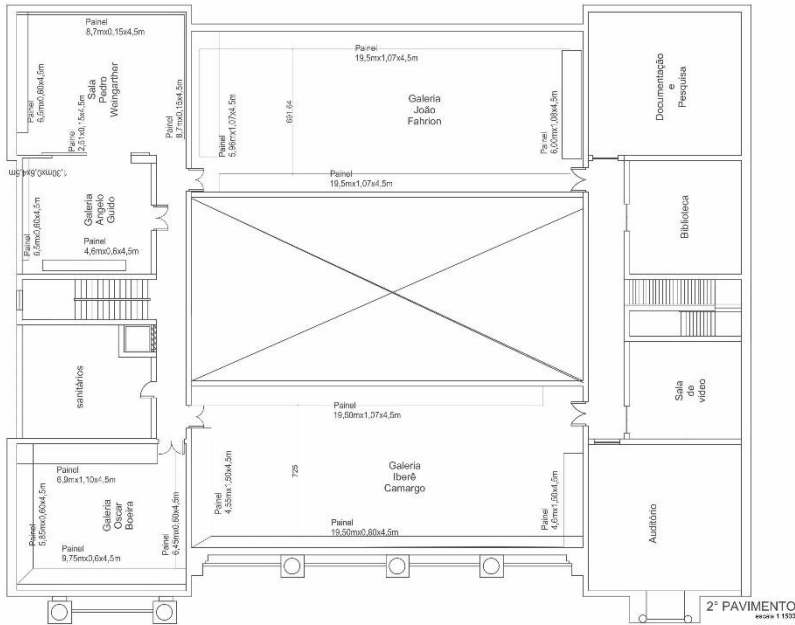
Desenho: Engenheira Fernanda R. Tweedie de Mattos

PLANTA BAIXA escala 1:1000



09/MAR/2015

Equipe PREVENG



AS MEDIDAS DOS PAINÉIS FORAM RETIRADAS DO LOCAL COM UTILIZAÇÃO DE TEMA ELETRÔNICA NÃO FOI POSSÍVEL APERFEIÇOAR AS DIMENSÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE MEDIDA NO LOCAL.

MUSEU DE ARTE DO RIO GRANDE DO SUL

Desenho: Engenheira Fernanda R. Tweedie de Mattos

PLANTA BAIXA escala 1:1000



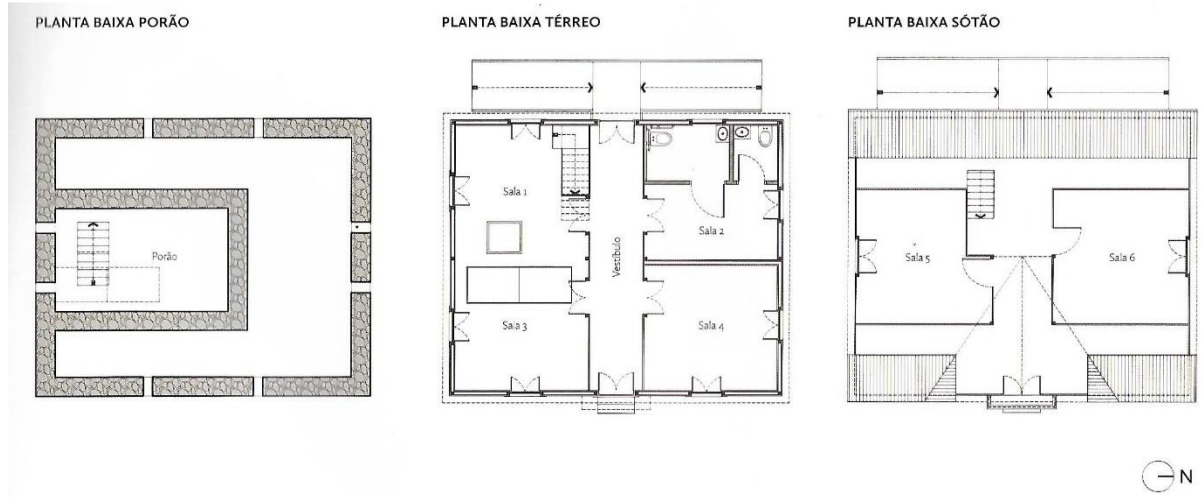
09/MAR/2015

Equipe PREVENG

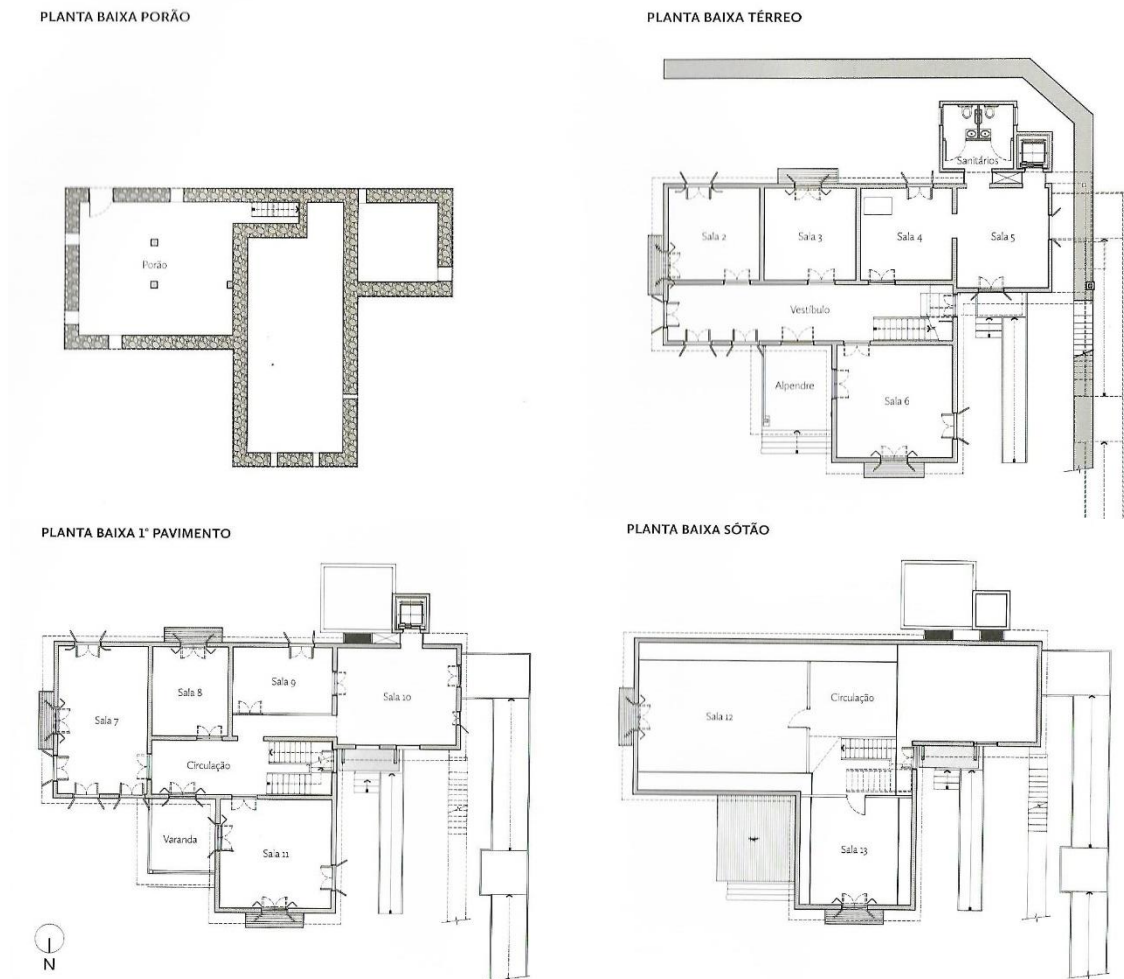
Fonte: MARGS (2015).

ANEXO C - PLANTA BAIXA DO INSTITUTO HÉRCULES GALLÓ

Casa 1



Casa 2



Fonte: Bueno (2012).

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado Sr.(a),

Estamos lhe convidando a participar de um estudo intitulado “TURISMO, HOSPITALIDADE URBANA E ACESSIBILIDADE: UM ESTUDO APLICADO AOS MUSEUS MUNICIPAIS DE CAXIAS DO SUL – RS²³”. Trata-se de uma pesquisa de dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade - Ucs, sob a orientação do Dr. Pedro Alcântara Bittencourt Cesar, Professor da Universidade de Caxias do Sul. O estudo tem por objetivo analisar a acessibilidade no turismo cultural de Caxias do Sul, no que se refere aos museus municipais localizados na área urbana, visando contribuir para a inclusão social de pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida.

Caso aceite participar, terá somente de se submeter a uma entrevista que poderá ser gravada em áudio e/ou vídeo. Seus posicionamentos e opiniões não sofrerão exposição de nenhuma espécie, nem serão utilizados na íntegra. Sua contribuição será meramente acadêmica, e será mantida em sigilo pelos pesquisadores. Seu nome constará somente neste documento.

Lembramos que a sua participação será totalmente voluntária, podendo o Sr.(a) desistir de participar em qualquer momento da entrevista, sem qualquer prejuízo pessoal. Caso tenha qualquer dúvida, pode ligar para o fone: (54) 3218-2100, ramal 2621.

Data: _____

Assinatura do entrevistado(a):

Assinatura do entrevistador:

²³ O título pode sofrer alterações.

APÊNDICE B - ROTEIRO DE INSPEÇÃO DA ACESSIBILIDADE APLICADO AOS MUSEUS MUNICIPAIS DE CAXIAS DO SUL –RS

Dados do Estabelecimento Pesquisado	
Nome:	
Endereço:	Fundação:
Horário de funcionamento:	
Nome do correspondente:	Cargo:
Email:	Telefone:

Dados da Edificação	
Área (em m ²):	Pavimentos:
Estabelecimento Tombado? ()Sim ()Não	

Check List de Verificação Inicial do estabelecimento	SIM	PARCIAL	NÃO
O museu é sinalizado por placas de informação turística no entorno?			
A via de acesso é pavimentada?			
A via de acesso ao museu possui fluxo intenso de veículos?			
O museu possui área para embarque/desembarque de visitantes?			
O museu possui estacionamento para visitantes?			
Se sim, o estacionamento é pago?			
Existem vagas destinadas a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida?			
O museu recebe excursões?			
O museu cobra ingresso?			
O acesso principal do museu possui acessibilidade?			
Se não, existem outros acessos acessíveis?			
Existem desníveis internos na edificação?			
As portas possuem largura adequada para cadeira de rodas?			
Os pisos do museu são adequados?			
O museu possui banheiro destinado aos visitantes?			
Se sim, o banheiro é acessível?			
O museu possui mobiliário acessível (bancos, bebedouro, telefone, balcão de atendimento, etc.)?			
O museu possui sinalização de percurso de visitaçã?			
O museu possui sinalização com piso tátil?			
O museu disponibiliza informações em Braille?			
O museu disponibiliza informações em outros idiomas?			
O museu possui comunicação sonora (áudiodescrição)?			
O museu possui funcionário destinado a dar informações?			
O museu possui funcionário com conhecimento em Libras?			
O museu disponibiliza material informativo (folder, mapa, etc.)?			

Verificação das Condições gerais do local

- | | |
|---|---|
| 1. do acesso principal da edificação:
<input type="checkbox"/> Plena/Total
<input type="checkbox"/> Parcial/Satisfatória
<input type="checkbox"/> Insuficiente/ Inexistente | 10. do estado de conservação das calçadas:
<input type="checkbox"/> Plena/Total
<input type="checkbox"/> Parcial/Satisfatória
<input type="checkbox"/> Insuficiente/ Inexistente |
| 2. dos desníveis internos
<input type="checkbox"/> Plena/Total
<input type="checkbox"/> Parcial/Satisfatória
<input type="checkbox"/> Insuficiente/ Inexistente | 11. do estacionamento:
<input type="checkbox"/> Plena/Total
<input type="checkbox"/> Parcial/Satisfatória
<input type="checkbox"/> Insuficiente/ Inexistente |
| 3. da largura das portas
<input type="checkbox"/> Plena/Total
<input type="checkbox"/> Parcial/Satisfatória
<input type="checkbox"/> Insuficiente/ Inexistente | 12. da quantidade de vagas:
<input type="checkbox"/> Plena/Total
<input type="checkbox"/> Parcial/Satisfatória
<input type="checkbox"/> Insuficiente/ Inexistente |
| 4. dos pisos:
<input type="checkbox"/> Plena/Total
<input type="checkbox"/> Parcial/Satisfatória
<input type="checkbox"/> Insuficiente/ Inexistente | 13. Referente ao estacionamento:
<input type="checkbox"/> Possuem sinalização vertical
<input type="checkbox"/> Possuem sinalização horizontal
<input type="checkbox"/> Nenhuma sinalização |
| 5. Quanto às circulações internas:
<input type="checkbox"/> Possuem largura superior a 1,20m
<input type="checkbox"/> Possuem largura entre 1m e 1,20m
<input type="checkbox"/> Possuem largura entre 0,80m e 1m | 14. dos banheiros:
<input type="checkbox"/> Plena/Total
<input type="checkbox"/> Parcial/Satisfatória
<input type="checkbox"/> Insuficiente/ Inexistente |
| 6. das informações em Braille:
<input type="checkbox"/> Plena/Total
<input type="checkbox"/> Parcial/Satisfatória
<input type="checkbox"/> Insuficiente/ Inexistente | 15. da Sinalização turística no entorno:
<input type="checkbox"/> Plena/Total
<input type="checkbox"/> Parcial/Satisfatória
<input type="checkbox"/> Insuficiente/ Inexistente |
| 7. dos recursos táteis:
<input type="checkbox"/> Plena/Total
<input type="checkbox"/> Parcial/Satisfatória
<input type="checkbox"/> Insuficiente/ Inexistente | 16. da sinalização interna do museu:
<input type="checkbox"/> Plena/Total
<input type="checkbox"/> Parcial/Satisfatória
<input type="checkbox"/> Insuficiente/ Inexistente |
| 8. dos mobiliários e equipamentos:
<input type="checkbox"/> Plena/Total
<input type="checkbox"/> Parcial/Satisfatória
<input type="checkbox"/> Insuficiente/ Inexistente | 17. da qualidade das informações e atendimento prestados aos visitantes:
<input type="checkbox"/> Plena/Total
<input type="checkbox"/> Parcial/Satisfatória
<input type="checkbox"/> Insuficiente/ Inexistente |
| 9. da pavimentação da via de acesso:
<input type="checkbox"/> Plena/Total
<input type="checkbox"/> Parcial/Satisfatória
<input type="checkbox"/> Insuficiente/ Inexistente | 18. Quanto ao Símbolo Internacional de Acessibilidade:
<input type="checkbox"/> Existe em elementos acessíveis
<input type="checkbox"/> Não se aplica |

Observações: